



## Biblioteca Breve

SÉRIE HISTÓRIA

O SEBASTIANISMO  
— HISTÓRIA SUMÁRIA

COMISSÃO CONSULTIVA

JOSÉ V. DE PINA MARTINS  
Prof. da Universidade de Lisboa

JOÃO DE FREITAS BRANCO  
Historiador e crítico musical

JOSÉ-AUGUSTO FRANÇA  
Prof. da Universidade Nova de Lisboa

JOSÉ BLANC DE PORTUGAL  
Escritor e Cientista

HUMBERTO BAQUERO MORENO  
Prof. da Universidade do Porto

JUSTINO MENDES DE ALMEIDA  
Doutor em Filologia Clássica pela Univ. de Lisboa

DIRECTOR DA PUBLICAÇÃO  
ÁLVARO SALEMA

JOSÉ VAN DEN BESSELAAR

O SEBASTIANISMO  
— HISTÓRIA SUMÁRIA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
E CULTURA

*Título*

**O Sebastianismo — História Sumária**

---

*Biblioteca Breve / Volume 110*

---

1.<sup>a</sup> edição — 1987

---

Instituto de Cultura e Língua Portuguesa  
Ministério da Educação

---

© *Instituto de Cultura e Língua Portuguesa*  
Divisão de Publicações  
Praça do Príncipe Real, 14-1.º, 1200 Lisboa  
Direitos de tradução, reprodução e adaptação,  
reservados para todos os países

---

*Tiragem*

5000 exemplares

---

*Coordenação geral*

Beja Madeira

---

*Orientação gráfica*

Lúis Correia

---

*Distribuição comercial*

Livraria Bertrand, SARL  
Apartado 37, Amadora — Portugal

---

*Composição e impressão*

Oficinas Gráficas da Minerva do Comércio  
de Veiga & Antunes, Lda.  
Trav. da Oliveira à Estrela, 10 — Lisboa

---

Junho 1987

## ÍNDICE

Prefácio .....	8
I — NATUREZA E RAÍZES HISTÓRICAS DO SEBASTIANISMO .....	10
1. Natureza do messianismo .....	11
2. O messianismo cristão .....	12
3. Joaquim de Fiore e o Joaquimismo.....	14
4. Portugal, um solo fecundo .....	21
II — AS PROFECIAS E OS CARTAPÁCIOS DOS SEBASTIANISTAS .....	26
1. A profecia e a sua exegese .....	26
2. Os cartapácios.....	30
3. As profecias bíblicas.....	32
4. As profecias não canónicas.....	35
III — AS TROVAS DO BANDARRA .....	43
1. A vida do Bandarra .....	43
2. As duas primeiras edições das trovas.....	46
3. A estrutura e o conteúdo das trovas .....	47
4. Apreciação .....	56

IV — D. SEBASTIÃO E OS INÍCIOS DO SEBASTIANISMO .....	59
1. D. Sebastião e os Pseudo-Sebastiães.....	60
2. Uma explosão de nacionalismo .....	63
3. Reabilitação de D. Sebastião.....	66
4. D. João de Castro .....	71
V — A RESTAURAÇÃO E O JOANISMO.....	78
1. Manuel Bocarro .....	79
2. Bandarra, o profeta da Restauração .....	81
3. Três tratados joanistas.....	85
VI — SEBASTIANISTAS VERSUS JOANISTAS .....	92
1. A teimosia dos sebastianistas.....	93
2. A famosa carta de Vieira .....	102
3. Vieira apoiado e contestado <sup>97</sup> .....	108
4. O epílogo de Vieira.....	120
VII — ABSOLUTISMO E DESPOTISMO.....	122
1. A Ilha Encoberta .....	122
2. Novas profecias do Bandarra .....	126
3. O Encoberto poderá ser D. Afonso Henriques .....	135
4. A perseguição pombalina.....	137
VIII — AS ÚLTIMAS CONVULSÕES .....	140
1. A figura abominável de Napoleão .....	142
2. Alguns papéis sebásticos no reinado de D. Maria I .....	144
3. Um ataque injurioso aos sebastianistas.....	153
4. As edições oitocentistas do Bandarra.....	156
NOTAS .....	163
BIBLIOGRAFIA .....	170

## SIGLAS

Os trechos citados no presente trabalho serão indicados da seguinte maneira:

- ALM. *Prod.* — *Restauração de Portugal*, de G. de Almeida (4 tomos)  
AZEVEDO. *Seb.* — *A Evolução do Sebastianismo*, de J. Lúcio de Azevedo  
Cód. AC — manuscrito da Bibl. da Academia das Ciências de Lisboa  
Cód. BN — manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa  
Cód. BP — manuscrito da Bibl. Pública Municipal do Porto  
Cód. TT — manuscrito do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, de Lisboa  
VIEIRA *Antepr.* — *Livro Antepreimeiro da História do Futuro*, ed. J. van den Besselaar  
VIEIRA *Cartas* — ed. J.-L. de Azevedo (3 volumes)  
VIEIRA *Ob. Esc.* — *Obras Escolhidas*, ed. A. Sérgio e H. Cidade (12 tomos)  
VIEIRA *Repr.* — *Defesa perante o Tribunal do Santo Ofício*, ed. H. Cidade (2 volumes)

Indicações bibliográficas mais detalhadas encontram-se no final deste trabalho

## PREFÁCIO

O sebastianismo é um assunto mais discutido que estudado.

Em vez de atacar ou defender, o presente livro pretende apresentar, com toda a serenidade, os factos básicos do movimento messiânico, que é um capítulo tão importante da história de Portugal. Intentei integrá-lo na história do messianismo europeu, sem jamais perder de vista as feições particulares de que se revestiu na terra lusitana. Mas, por falta de estudos preliminares, não pude focar, quanto desejava, alguns episódios do movimento, falta que senti, sobretudo, ao descrever a sua fase inicial, que é um terreno ainda quase inexplorado.

O que constitui a história do sebastianismo não é tanto um encadeamento de guerras, revoluções e batalhas, como uma série de escritos propagandísticos e polémicos, originados pelas circunstâncias variáveis das diversas épocas. Dando-lhes o devido valor, empenhei-me em oferecer ao leitor uma grande quantidade de textos sebásticos, muitos dos quais são inéditos e outros de difícil acesso ao público em geral. Estes textos

permitted-lhe conhecer o fenómeno por dentro, dispensando qualquer comentário.

Espero que este trabalho possa encontrar algum interesse em leitores não especializados e que contribua para incentivar os historiadores a ampliar e aprofundar as suas pesquisas no campo do sebastianismo.

Nijmegen (Holanda), Julho de 1986

## I / NATUREZA E RAÍZES HISTÓRICAS DO SEBASTIANISMO

O sebastianismo é uma espécie de messianismo.

Na acepção secularizada de hoje, a palavra «messianismo» designa geralmente a cega fé das massas populares num líder político, julgado capaz de acabar com os abusos existentes e de inaugurar uma nova era de bem-estar geral. Seria um anacronismo se interpretássemos o sebastianismo dos séculos passados neste sentido. Sem dúvida, aos sebastianistas não faltavam nem a fé obstinada na vinda de um imperador carismático, nem a esperança inabalável no estabelecimento de uma nova ordem política e social. Mas essa fé e essa esperança estavam, para eles, integradas numa visão nitidamente religiosa da história. O tipo de messianismo a que pertence o sebastianismo português é próprio de uma sociedade ainda não secularizada, digamos (embora o termo se preste a mal-entendidos) uma sociedade «sacral». Nela, todas as áreas da vida individual e colectiva parecem directa e constantemente permeáveis à actuação do mundo sobrenatural. Tal messianismo é inconcebível sem uma fé religiosa, professada pela grande maioria da sociedade. Não é estritamente necessário que a religião

seja judaica ou cristã. A etnologia moderna mostrou que existem também movimentos messiânicos fora do âmbito da Bíblia.

### 1. *Natureza do messianismo*

O messianismo próprio de uma sociedade «sacral» é a crença mais ou menos generalizada na vinda de um Deus ou de um Enviado de Deus, que salvará o seu povo oprimido. O verbo «salvar» tem aqui dois sentidos. No sentido negativo, quer dizer que o Messias ou Salvador livrará o seu povo de opressores externos e internos. No sentido positivo, significa que Ele lhe trará a salvação, isto é, a saúde, a paz, a prosperidade e a felicidade. A salvação por que se anseia não se situa no além-túmulo, mas neste mundo: o messianismo é uma esperança histórica.

O povo oprimido pode ser uma nação inteira, ou uma determinada classe da sociedade: existe não só um messianismo nacional, como também um messianismo social. Aquele foi, quase sem exceção, o caso do sebastianismo português, ao passo que este marcou os movimentos messiânicos que no século XIX ocorreram no Brasil. O povo (ou a classe social) que nutre esperanças messiânicas tem, por via de regra, a ideia de ser um «povo eleito» ou privilegiado pelo Céu. Esta pode levá-lo a uma atitude etnocêntrica, e até megalómana e agressiva. Mas pode ser também que o messianismo nacional ou social evolucione para um certo ecumenismo: o povo eleito, embora reivindique para si um lugar privilegiado, julga-se detentor de uma

mensagem universal e de uma missão histórica válidas para todos os povos.

E, finalmente, o messianismo é um fenómeno tanto apropriado a fomentar a inércia e a inactividade dos indivíduos, como a estimular-lhes iniciativas particulares e actos de heroísmo. A esperada intervenção do Céu pode paralisar-lhes a actividade, mas pode também incentivá-los a preparar o solo terrestre para a irrupção de Deus na história.

## *2. O messianismo cristão*

O termo «Messias» é notoriamente de origem bíblica. É a forma helenizada de uma palavra hebraica que significa «Ungido» e tem por equivalente, na língua grega, a palavra «Cristo». No Velho Testamento, o vocábulo «Messias» é quase sempre designativo de reis e sacerdotes, categorias de pessoas que no antigo Israel costumavam ser «ungidas». Desde o século I a. C., a palavra passou a indicar também o «Salvador», desde muito tempo prometido ao povo eleito. Os cristãos viram essa promessa cumprida na pessoa de Jesus de Nazaré, que reunia em si as qualidades de rei e sacerdote: Jesus Cristo.

Mas não só o termo «Messias» deriva da Bíblia: também os numerosos movimentos messiânicos que marcaram a história da cristandade europeia têm origem nitidamente bíblica. Todos os messianistas da Europa baseavam as suas esperanças em textos bíblicos, interpretando-os à luz das suas aspirações e completando-os com outros textos proféticos. As raízes bíblicas do messianismo ocidental são inegáveis, não

havendo ninguém que as ponha em dúvida. As esperanças messiânicas — tanto dos judeus, como dos cristãos — estavam ancoradas nos livros sagrados.

Que o messianismo ainda exista entre os judeus não é de estranhar. O que poderíamos estranhar é a subsistência de esperanças messiânicas entre os cristãos, para os quais a salvação efectuada por Jesus Cristo é facto único e definitivo. Acontece, porém, que também no Novo Testamento encontramos alguns textos que parecem legitimar certo messianismo cristão, sobretudo, no *Apocalipse* de São João, o último dos livros canónicos da Bíblia. Este livro (cap. 20, 1-6) fala num período de mil anos em que Satanás ficará amarrado, e Cristo reinará com os que «não adoraram a Besta». Terminado este período, Satanás será solto, e com a ajuda de Gog e Magog seduzirá as nações até acabar por ser devorado pelo fogo. Depois se seguirá o Juízo Final.

A interpretação literal deste texto deu origem, já nos primeiros séculos da era cristã, à seita dos milenaristas ou quiliastas. Estes aguardavam a inauguração do Reino de Cristo na Terra, o qual, por diversos motivos, tendiam a situar num futuro muito próximo. Apesar de muito suspeito às autoridades eclesiásticas, o messianismo conseguiu manter-se vivo, assumindo feições diferentes de acordo com a situação religiosa, política e social dos períodos sucessivos. E ainda hoje existe (p. ex., os adventistas). Uma das formas com que apareceu foi o de um milenarismo mitigado. Os mil anos já não eram interpretados no sentido literal, mas simbólico, passando a indicar um período de longa duração. E — coisa mais importante — o Reino de Cristo havia de ser exercido indirectamente por um rei cristão. Esta ideia foi adoptada pelo joaquimismo,

movimento profético que surgiu na Itália no decurso do século XIII e não tardou a espalhar-se pela Europa inteira. Era uma vasta corrente de reforma, tanto da vida eclesiástica e moral, como da organização política e social. Demorou a atingir Portugal, mas uma vez radicada na terra lusitana, encontrou aí um solo fecundo para vicejar. O sebastianismo é, por assim dizer, a sua fruta serôdia e, sem dúvida, uma das mais notáveis.

### 3. *Joaquim de Fiore e o Joaquimismo*

Dado que nem sempre se faz a devida distinção entre a doutrina genuína de Joaquim de Fiore e o joaquimismo posterior, parece-me oportuno dar aqui alguns esclarecimentos preliminares a esse respeito.

Joaquim de Fiore (c. 1135-1202), abade de um convento cisterciense na Calábria, dividia a história em três fases sucessivas, ou, para falarmos na terminologia do autor, em três «estado» (*status*): o do Pai, o do Filho e o do Espírito Santo. O estado do Pai iniciou-se com Adão, começou a frutificar em Abraão e terminou com Zacarias, o pai de São João Baptista. Caracteriza-se pela imposição rigorosa de mandamentos exteriores, à qual corresponde, da parte dos homens, o temor. O estado do Filho iniciou-se com Osias, rei de Judá (século VII a. C.), começou a frutificar com Jesus e deverá terminar por volta de 1260. Caracteriza-se pela humildade do Verbo Encarnado, à qual corresponde, da parte dos homens, a obediência confiante a leis ainda não completamente interiorizadas. O estado do Espírito Santo iniciou-se com São Bento, começará a frutificar por volta de 1260, e deverá terminar com a consumação

dos séculos. Caracteriza-se pelo amor e pela liberdade espiritual e as leis já não são impostas nem propostas, mas livremente aceites, amadas e vividas. Como se vê, não se trata de uma sucessão de três estados rigorosamente demarcados, mas de três estados parcialmente coincidentes. O desenvolvimento da história é, em última análise, a obra de um único Deus Trino.

Baseando-se nas listas genealógicas da Bíblia e dando a cada geração a duração de trinta anos, Joaquim conta, entre a primeira e a segunda frutificação, 42 gerações, isto é,  $42 \times 30 = 1260$  anos. Igual número de anos deverá decorrer entre a segunda e a terceira frutificação. Desta maneira, o abade julgava-se capaz de predizer para o ano de 1260 a grande transfiguração da Igreja e da cristandade.

Cada um dos três estados compõe-se de sete idades, analogamente aos seis dias da Criação seguidos do sábado, e aos sete sigilos sucessivamente abertos pelo Cordeiro do Apocalipse. A estrutura interna de cada uma das sete idades apresenta uma grande semelhança com a da idade que lhe corresponde no estado anterior ou posterior. A cada personagem e a cada facto ocorrente no estado do Pai correspondem, nos dois estados seguintes, outra personagem e outro facto que representam o mesmo tipo. A história repete-se, dentro de certo esquema cronológico, cada vez num plano superior. A repetição não é idêntica, como a imaginavam alguns pensadores da Antiguidade, mas tipológica. A figura de São Bento não é idêntica à do profeta Elias, mas a obra do abade de Monte Cassino repete, num plano superior, a do ermitão do Monte Carmelo. É uma repetição e, ao mesmo tempo, uma

superação. Investigar essas analogias ou «concordias» é, para Joaquim de Fiore, a grande incumbência do exegeta. Quem, munido desta chave, conseguir entrar na tipologia da Escritura Sagrada será também capaz de entender o profundo significado da história moderna.

Tal é, com a preterição de inúmeros detalhes (e problemas), a doutrina de Joaquim de Fiore. A sua concepção da história marca uma censura no pensamento medieval, que até então, neste particular, fora determinado sobretudo por Santo Agostinho. Joaquim admite dois fins históricos: um situado além da história (a eterna bem-aventurança), e outro situado dentro do tempo histórico (o estado do Espírito Santo). Assim a História vem a adquirir uma importância que nunca teve na Idade Média, a qual lhe concedia um valor apenas instrumental, isto é, valorizava o tempo histórico na medida em que nele se situam as decisões dos indivíduos humanos sobre o seu destino definitivo — mas essas decisões são os resultados imprevisíveis da misteriosa interação da graça divina e do livre arbítrio humano. Partindo de especulações teológicas, o abade calabrés introduziu a ideia do progresso histórico, ideia que, com o tempo, se foi desligando do seu contexto original e, uma vez completamente secularizada, acabou por se dirigir contra a Revelação cristã. Semelhantes processos de secularização são bastante comuns na história do mundo ocidental.

Outra inovação de Joaquim consiste no seu método de apontar as «concordias», o qual torna a História predizível, pelo menos, nas linhas gerais. Ele mesmo não se tinha por profeta, mas por simples exegeta à procura do sentido espiritual da Bíblia. O papel de profeta, porém, que o mestre declinara para si,

assumiram-no sem escrúpulos os seus adeptos, que não hesitaram em forjar profecias, como havemos de ver nas páginas seguintes.

Com todo o espírito inovador, Joaquim era autor bem circunspecto: não se queria afastar abertamente da teologia tradicional, invocando a cada passo a autoridade dos Padres, sobretudo, a de Santo Agostinho, que tinha ideias muito diferentes. Fazia distinções e subdistinções, por vezes, bastante subtis; costumavam atenuar uma afirmação ousada com outra inócua; e esta, não raro, chega a contradizer aquela. Tudo isso torna extremamente difícil a interpretação unívoca da sua doutrina, que tanto apresenta textos de uma ortodoxia insuspeitada, como passos que, no campo da teologia, se aproximam de um certo triteísmo e, no terreno da História, de um certo relativismo.

Os seus discípulos já não tinham aquela circunspeção. O que o mestre não quisera (ou não ousara) dizer afirmavam eles sem reserva compondo livros proféticos que atribuíam a Joaquim. Levado pelo seu zelo de reformar a vida eclesiástica do tempo, Joaquim criticara certos abusos, mas sempre com muito respeito. Alguns dos seus adeptos não hesitaram em injuriar a hierarquia eclesiástica, acusando-a de «carnal» e «mundana». E também não deixavam de politizar o pensamento do mestre. O que, para ele, fora uma verdade a ser completada e vivida interiormente foi-se transformando, para os seguidores, numa tese militante, que tinha as suas complicações não só com a religião e a ética mas igualmente com a vida política e social.

Joaquim predissera que o terceiro estado, previsto para o ano de 1260, havia de ser inaugurado por dois homens espirituais e contemplativos, aos quais,

ajudados por um novo gênero de apóstolo, caberia a tarefa de regenerar, internamente, a cristandade, converter os hereges, judeus e pagãos. O que ele esperava era, muito provavelmente, uma reforma radical da vida cristã pela Ordem de Cister. Aconteceu, porém, que pouco tempo depois da morte do abade foram fundadas as duas ordens mendicantes: a de São Francisco e a de São Domingos, duas instituições que reflectiam o facto de que a sociedade europeia estava a sair da fase feudal para entrar na fase burguesa e urbana. Ora, num comentário sobre o profeta Jeremias, escrito cerca de 1240 e falsamente atribuído a Joaquim, esses dois homens espirituais eram identificados com os fundadores das duas novas ordens. Como a figura fulgurante de São Francisco impressionasse os contemporâneos muito mais do que a de São Domingos, o papel predominante para inaugurar a nova era ficou reservado aos franciscanos e, entre eles, de modo especial, aos *spirituali*.

Os *spirituali* pregavam o ideal da pobreza radical. Ligando menos importância à vida comunitária do que os «conventuais», que preferiam dedicar-se à cura das almas em obediência às autoridades eclesiásticas, percorriam as cidades e as aldeias, onde exerciam os trabalhos e serviços mais humildes ou viviam de esmolas, dando assim um exemplo concreto de humildade cristã. A oposição entre os dois grupos, que já existia na vida do fundador, foi-se exacerbando depois da sua morte (1226), agravando-se pela circunstância de que os *spirituali* (que, mais tarde, passaram a ser chamados *fraticelli*), encontravam na Igreja institucional pouca compreensão. Eles professavam a sua fé no advento de uma Igreja

«espiritual», livre dos vínculos pesados deste mundo. Um dos primeiros porta-vozes deste movimento reformador e, por vezes, rebelde foi o frade menor Geraldo de Borgo San Donnino, que, num livro introdutório ao «Evangelho Eterno» (c. 1255) anunciava a iminente ab-rogação dos dois Testamentos. No novo estado, a única norma a dirigir a vida cristã seria o «Evangelho Eterno», depositado nas obras de Joaquim.

Seguiram-se condenações e perseguições, mas não conseguiram estas emudecer a voz dos revoltados, que continuaram a agitar a sociedade medieval durante vários decénios. A revolta contra a ordem estabelecida abrangia todos os sectores da vida pública e, como não podia deixar de ser numa sociedade sacral, tinha raízes profundamente religiosas. Muitos cristãos medievais — e, entre eles, os mais sinceros — viam-se colocados diante de um problema que lhes parecia insolúvel. Como explicar que a Europa, depois de doze séculos de Evangelho professado, levasse uma vida tão pouco evangélica? Os príncipes só empenhados em defender os seus interesses dinásticos, os ricos só ansiosos por aumentar a sua fortuna, os pobres constantemente explorados e oprimidos, e a Igreja, fundada por Cristo, transformada numa instituição mundana. Sofrendo com a antinomia entre o sublime ideal e a triste realidade, muitos pensavam que só uma intervenção do Céu poderia suprimi-la, intervenção, aliás, que lhes parecia prometida por diversas profecias antigas e modernas.

Os vaticínios, que sempre tinham surgido nos lances críticos da cristandade, começaram a brotar, como nunca antes, no fim da Idade Média. Quase todos eles estavam redigidos numa linguagem propositadamente enigmática, só compreensível aos iniciados. Ameaçavam

calamidades que estavam prestes a cair sobre prelados, príncipes, ricos e exploradores, mas mostravam também grandes esperanças. Havia de vir um papa («Pastor Angélico»), que, secundado por um grande monarca cristão («Rei justo e piedoso»), conseguiria transfigurar a sociedade cristã. A vida do Pastor Angélico seria um modelo de humildade, pobreza, e abnegação, em contraste flagrante com a vida principesca que levavam muitos papas da época. O papel do Rei justo e piedoso, muitas vezes imaginado como Imperador Mundial, seria o de acabar com o poder dos Turcos e o de estabelecer um reino de paz e justiça na terra. De acordo com as preferências pessoais dos profetas, que não raro mostravam espírito muito faccioso, o papel de Imperador poderia caber a um Francês, Inglês ou Alemão. Igualmente de acordo com as predileções pessoais, o movimento reformador e profético podia revestir-se das formas mais variadas: espiritualismo, milenarismo, anarquismo, comunismo, nacionalismo, etc. — mas todas essas correntes prometiam um futuro melhor, garantido por Deus.

Algumas dessas profecias eram atribuídas a Joaquim, como, por exemplo, os comentários sobre Isaías e Jeremias, as glosas sobre o *Oráculo Angélico*<sup>1</sup> e uma parte dos *Vaticínios sobre os Papas*<sup>2</sup>. Outras eram postas na boca de uma das Sibilas (Eritreia, Sámia, etc.) e na de Merlino, o famoso mágico da saga celta. Vários destes vaticínios, não raro, entraram bastante deformados nas profecias sebásticas.

Será escusado dizermos que o joaquimismo de data posterior pouco ou nada tem a ver com a doutrina autêntica de Joaquim de Fiore, embora cumpra reconhecer que este criou um clima propício para

nascem esperanças históricas e profecias apocalípticas. Deixando aqui de lado o seu aspecto estritamente religioso, podemos dizer que o joaquimismo do fim da Idade Média é a esperança na vinda de um grande Reformador, que há-de livrar a cristandade de inimigos internos e externos e estabelecer um reino universal de paz e justiça.

Este joaquimismo não tardou a entrar na Península Ibérica, sobretudo no Reino de Aragão, o qual, devido à sua situação geográfica, estava muito exposto às influências do mundo mediterrânico. Atingiu também Portugal, não havendo dúvida que os frades menoritas e, mais tarde, os monges de São Jerónimo foram transmissores importantes da nova mentalidade. Já nos anos críticos de 1383 a 1385 existia um forte messianismo em Portugal, do qual o sermão de Frei Pedro, transmitido por Fernão Lopes <sup>3</sup>, é a expressão mais manifesta. Uma vez arraigado nas terras de Espanha, o joaquimismo sofreu diversas influências regionais e, passando por várias etapas ainda não devidamente estudadas, acabou por traduzir-se, na parte final do século XV em profecias rimadas (coplas, trovas, etc.), cujo impacto foi decisivo para Bandarra, o grande profeta de quase todos os messianistas portugueses.

#### *4. Portugal, um solo fecundo*

Acima ficou dito que a terra lusitana era solo fecundo para o vicejar do joaquimismo. A afirmação pede alguns esclarecimentos mais pormenorizados. Passo a dá-los, não no sentido de causas determinantes (as coisas poderiam ter corrido de maneira bem

diferente), mas no de factores que, *a posteriori*, nos tornam compreensível a intensidade do fenómeno em Portugal, bem como a sua longa duração.

Em primeiro lugar, Portugal continuava a ser uma sociedade «sacral», em que todos os sectores da vida estavam impregnados de religiosidade, ao passo que diversos outros povos da Europa, sobretudo os do Norte, se iam secularizando sob a influência do humanismo e do protestantismo. Desde a segunda metade do século XVI o país já não participava na evolução cultural e intelectual europeia e teimava em ficar encerrado num «mundo encantado». O racionalismo, que estava a criar uma Europa diferente, não afectava profundamente a consciência portuguesa. Na filosofia e na teologia predominava o epigonismo escolástico, sem o espírito inovador dos grandes mestres que fundaram a escola. Na historiografia não se tomava conhecimento das novas ideias descobertas pela crítica histórica. Nas Universidades, as ciências experimentais eram pouco estudadas e pouco estimadas. E assim poderíamos continuar a enumeração dos atrasos culturais. Em muitos pontos, existia ainda em Portugal uma sociedade maciçamente «sacral», que se tornava cada vez mais anacrónica. Ela é, sem dúvida, uma condição prévia de todo e qualquer messianismo, mas não explica a larga difusão e a longa duração do fenómeno. Basta olharmos para Espanha, onde, no mesmo período, existia uma situação muito semelhante, mas onde o messianismo nunca chegou a ter a mesma importância.

A segunda razão poderia consistir no famoso substrato celta — etnia a que se atribuem o amor do longínquo, o sonho do ideal impossível de realizar e a

volúpia de fantasiar. A tese celtista, formulada no fim do século passado por Oliveira Martins e depois sustentada por diversos historiadores da cultura portuguesa, parece relacionar-se com a figura do rei galês Artur, o protótipo do mítico D. Sebastião. Com efeito, é muito plausível que a índole sonhadora e fantasista do substrato celta tenha criado, entre os Portugueses, uma certa predisposição para embeber-se nas esperanças messiânicas. Parece que, assim como o carácter «sacral» da sociedade portuguesa possibilitou o grande êxito do sebastianismo, assim o substrato celta o favoreceu. Mas também este não é suficiente para explicar o fenómeno na sua totalidade. Não devemos esquecer que o povo português, durante a sua longa e rica história, deu provas abundantes de um grande realismo e que as suas faculdades imaginativas se poderiam ter revelado de maneira bem diferente.

A terceira razão, que me parece mais decisiva, relaciona-se com a história do povo português. Esta é uma história de grandes esperanças cruelmente frustradas. No fim da Idade Média, Portugal tinha o orgulho de ser um país pioneiro e até imaginava ser um povo eleito. Pouco depois de entrar nos tempos modernos, viu-se humilhado e impotente. A frustração de grandes esperanças históricas costuma exacerbar o ânimo dos povos em que estão lançados os germes do messianismo. Quanto maiores as atribulações externas e internas, mais fortes se tornam as esperanças num futuro glorioso, nutridas pela recordação de um passado glorioso. Prova-o a história de Israel.

Portugal é o país mais antigo da Europa. Já em meados do século XIII possuía as fronteiras que ainda hoje em dia mantém. Assim, tinha vantagem sobre as

outras nações europeias em unir política, linguística e culturalmente a população do território nacional. Parecia predestinado a ficar absorvido pelo poder crescente de Castela, seguindo o destino de tantos outros reinos da Península. Apesar de todas as tentativas que de dentro e de fora se fizeram neste sentido, o país conseguiu manter a sua independência. A guerra de 1383 a 1385, além de selar a autonomia nacional, foi também uma revolução social e política, que modernizou as estruturas do país. Na obra de Fernão Lopes vemos expresso o júbilo pela grande realização, que lhe parece iniciar a sétima e última idade da História humana <sup>4</sup>. Encontramos nela diversos passos que, se o não proclamam abertamente, ao menos insinuam que o povo português é o povo eleito dos tempos modernos. No reinado de D. João I deu-se a tomada de Ceuta, a primeira fortaleza conquistada aos infiéis fora do continente europeu. Neste clima de euforia nacional nasceu a lenda de que Cristo teria aparecido a D. Afonso Henriques no campo de Ourique, lenda que ilustra o lugar privilegiado de Portugal entre todas as nações cristãs e que, mais tarde, ampliada com elementos nitidamente messianistas, acabou por constituir um dogma fundamental do credo lusitano. À conquista de Ceuta se seguiram as espantosas viagens marítimas, que, no fim do século XV, foram coroadas com o descobrimento do caminho marítimo para a Índia e do Brasil, e com a construção de um grande Império colonial no Oriente e no Ocidente. Eram motivos sobejos para que «a pequena casa lusitana» se fosse embriagando de tantas realizações e chegasse a adjudicar-se uma missão universal. É verdade que, nessa mesma época dos Descobrimentos, também se ouviram

muitas queixas sobre a perda dos valores tradicionais —, consequência inevitável de grandes e rápidas transformações sociais. Mas tudo nos leva a crer que também os pessimistas não deixavam de acreditar na missão histórica do país.

A este período de «ufanismo» pôs termo a aventura de D. Sebastião, que teve por consequência a perda da independência. Mas a humilhação não tardou a reavivar o messianismo do povo português, que não queria abandonar o seu antigo sonho e «cantava as profecias ao som das cadeias, e com a brandura deste som os ferros se tornavam menos duros e os corações mais fortes»<sup>5</sup>. Deu-se o «milagre» da Restauração em 1640, que a muitos parecia iniciar a era das grandes felicidades. Mas, passados alguns anos, a recuperação da autonomia nacional deu provas de não ser o início do Império Mundial: Portugal perdera uma grande parte das suas colónias, e teve de contentar-se com um papel muito modesto na cena política europeia. A frustração continuava a existir e, com ela, as esperanças messiânicas, que adquiriram novas forças sobretudo no reinado de D. João V e na época das invasões francesas. Relatá-las e comentá-las será o assunto deste livro.

## II / AS PROFECIAS E OS CARTAPÁCIOS DOS SEBASTIANISTAS

Antes de entrar na relação dos factos principais da história do sebastianismo, julgo valer a pena deter-me por algum tempo nas profecias, que constituíam o baluarte da seita. O que nos interessa sobretudo é saber como elas se originaram numa sociedade «sacral», qual foi a sua função e sob que forma entraram nas colecções sebásticas, a que António Vieira, com certo desdém, chama «cartapácios».

### 1. *A profecia e a sua exegese*

Assim como os nossos conhecimentos do passado se baseiam em documentos históricos, assim as esperanças messiânicas se fundam em profecias. Mas existe uma diferença fundamental: ao passo que o documento histórico é apenas a base dos nossos conhecimentos do passado, a profecia é a base e, ao mesmo tempo, o produto das esperanças messiânicas. Estas, na fase inicial da sua existência, são vagas e subjectivas, necessitando de uma autoridade reconhecida que lhes

possa dar o devido crédito. A profecia torna concreto o que nelas era vago e indefinido, abonando o que nelas poderia parecer ilusório com o prestígio de um santo ou qualquer outro varão ilustre.

Ao homem moderno, embora cada vez mais inclinado a acreditar em horóscopos, dias aziagos e outros agouros, custa acreditar em profecias. É que ele vive num «mundo fechado», em que ainda há lugar para a actuação misteriosa de um Destino imanente, mas cada vez menos para o governo de um Deus pessoal, o Senhor transcendente da História, o qual nela se revelou e não deixa de revelar-se. Ora, a profecia é uma tentativa para penetrar nos mistérios da Divina Providência. Ela dá um sentido — divinamente garantido — ao processo histórico e, por conseguinte, à actividade colectiva de uma dada sociedade. A profecia é filha de sociedades que vivem da fé num Deus que remunera as virtudes e castiga os pecados já neste mundo; nasce e cresce em épocas ainda não reguladas por pesquisas metódicas da Natureza, nem pelas suas aplicações técnicas. Em tais períodos a contemplação da causa final prevalece sobre a investigação das causas eficientes. Mas cumpre repararmos que a crença num Poder superior a todas as forças da Natureza não chega a eliminar a Razão. Deus revelou os seus desígnios históricos pela boca de profetas, e o intelecto humano pode perscrutá-los e, até certo ponto, compreendê-los. *Fides quaerens intellectum.*

A profecia tem, por definição, um núcleo irredutível à pura racionalidade. Digamos — embora o termo seja dos mais ambíguos — que tem um núcleo mítico. Mas o mito é um motor poderoso de processo histórico. Leva uma grande vantagem sobre as construções puramente

racionais, porque afecta o homem na sua totalidade, não se dirigindo apenas ao seu intelecto, mas tocando-lhe o coração, incentivando-lhe a imaginação e motivando-lhe a vontade. A quem acredita nela, a profecia dá uma visão do futuro, convidando o homem a colaborar com os desígnios divinos.

Na sociedade moderna — científica e tecnológica — a profecia já não funciona, faltando-lhe para tal as condições indispensáveis. Vem a ser substituída por análises científicas e processos técnicos, que invadem quase todos os terrenos da cultura hodierna e, dentro dos seus limites, funcionam com grande perfeição. Mas a ciência e a técnica têm os seus limites fatais: ambas são incapazes de dar sentido à vida dos indivíduos e das colectividades. Examinando de perto as ideologias modernas, que a muitos parecem objectivas e definitivas, descobrimos nelas também elementos míticos. Estes mostram muitas vezes ter mais força existencial e maior poder conquistador do que os componentes meramente racionais. *Intellectus supponens fidem.*

Vimos no capítulo anterior que desde os primeiros séculos da era cristã se forjaram profecias sobre o rumo do processo histórico, mas que elas nunca pulularam tanto entre os cristãos como no fim da Idade Média. Em Portugal, o profetismo teve o seu apogeu mais tarde, nos séculos XVI, XVII e XVIII.

Os forjadores de profecias costumavam pô-las na boca de uma pessoa ilustre, já há muito tempo defunta. Este método tinha duas vantagens. Em primeiro lugar, a antiguidade do vaticínio conferia-lhe certa dignidade. Em segundo lugar, este método possibilitava aos autores iniciar os seus oráculos com o prenúncio de

acontecimentos já sucedidos na época da redacção. E a verdade das profecias já cumpridas devia garantir a das profecias ainda por cumprir. A profecia propriamente dita continha geralmente, além de admoestação e imprecações, material de propaganda a favor de uma corrente religiosa, combinado com qualquer movimento político ou social.

Aos modernos causa espanto o facto de que esses produtos fantasistas brotavam sem escrúpulos da mente de pessoas que decerto se consideravam a si mesmas como honradas e honestas e como tais eram consideradas por outros. Hoje, estamos espontaneamente inclinados a condenar tais falsificações. Mas não sejamos demasiadamente severos com aquela gente. Diz um crítico francês: *Pour des esprits peu formés à l'observation, attribuant à ce qui est une importance bien moindre qu'à ce qui doit être, introduire dans les archives le document qui y manque malheureusement, n'est pas mentir, c'est au contraire rétablir une vérité supérieures* <sup>6</sup>.

Fosse isso como fosse, quase todas as profecias eram redigidas numa linguagem obscura e enigmática, prestando-se a mais de uma interpretação. E, assim como os documentos históricos dão lugar a uma constante discussão entre os estudiosos do passado sobre a sua correcta interpretação, assim as profecias criavam uma classe de exegetas que disputavam entre si o seu verdadeiro significado. Havia inúmeras disputas entre pessoas unidas na sua fé nas profecias, mas muito desunidas na sua interpretação. Os combatentes mostravam, por vezes, algum talento em discernir o ponto fraco da argumentação dos seus adversários, mas falhavam redondamente em provar, de maneira convincente, a sua própria opinião. Essas discussões

fazem-nos pensar nos debates parlamentares entre conservadores e progressistas, que não convencem ninguém, a não ser quem já esteja convencido. Assim a luta continuava indecisa, sem vencedores finais nem derrotados definitivos.

Os combatentes gostavam de assumir ares de eruditos, mas a erudição que exibiam mal resiste a um exame crítico, porque toda ela estava baseada em premissas ilusórias. Acontece, porém, que também as ilusões fazem parte da História, chegando a ser, por vezes, motrizes mais pujantes do que as lucubrações de ordem puramente intelectual. Por mais eruditos e, em alguns casos, inteligentes que fossem os polemistas, quase nenhum deles levantava o problema que ao homem moderno parece fundamental: a autenticidade das profecias alegadas. Faltava-lhes a menor noção da crítica histórica, que na época do Renascimento nascera na Itália e, nos séculos XVI e XVII, estava a ser aperfeiçoada nas Universidades da Holanda e nas abadias e academias da França. O facto ilustra bem o isolamento cultural em que Portugal se encontrava.

## *2. Os cartapácios*

Os sebastianistas que se prezavam de certo grau de cultura e erudição empenhavam-se em coleccionar profecias. Estas colecções, geralmente feitas sem nenhum critério científico, eram para eles o arsenal donde tiravam as armas para defender e propagar as suas opiniões e para combater as dos incrédulos e dissidentes.

Muitos desses «cartapácios» chegaram aos nossos dias, alguns feitos por copistas ignorantes e cheios dos erros mais crassos, outros organizados com certo esmero e método. Dois deles merecem uma menção especial: o *Jardim Ameno* <sup>7</sup> e o *Catálogo das Profecias* <sup>8</sup>. Ambos primam por uma grande variedade de matéria profética, e, comparados com outros cartapácios, dão a impressão de transmitir um texto coerente e — dentro dos seus limites — fidedigno. Deles me servirei amplamente na transcrição dos textos sebásticos que pretendo reproduzir no presente trabalho.

Deixo de transcrever o título completo do *Jardim Ameno*, por ser muito longo. A transcrição chegaria a ocupar quase meia página. O cartapácio, tal como chegou até nós, deve ter por base uma compilação de profecias, organizada por um certo Pedreanes de Alvelos e dedicada por ele a D. Sebastião no dia 20 de Abril de 1636. Mas o copista ampliou a colecção, enriquecendo-a de algumas alusões à aclamação de D. João IV. Como se lê na folha 126<sup>r</sup> do códice, concluiu-se o traslado no dia 1 de Janeiro de 1650, em Goa, o que não impediu o compilador de lhe acrescentar ainda alguns textos, entre eles, o do «Juramento de D. Afonso Henriques». O livro que, muito provavelmente, já desde o início estava em poder dos jesuítas chegou às mãos de Henrique de Carvalho, confessor do rei D. João V, que em 1741 o deu de presente ao colégio da Companhia de Gouveia. Aí foi sequestrado na época de Pombal como «livro malicioso e pernicioso» <sup>9</sup>. Felizmente, escapou ao holocausto que Pombal mandou fazer de tantos livros sebásticos. O cartapácio transmite quase todas as profecias básicas da seita, se não sem defeitos, ao menos, de maneira satisfatória.

O *Catálogo das Profecias* tem uma história menos complicada. Foi organizado em 1809 por pessoa que nos é desconhecida. É uma colecção riquíssima, que abrange mais de 475 páginas; mas, infelizmente, a qualidade dos textos transcritos é muito desigual, e também encontramos nela algumas repetições <sup>10</sup>. Este códice é para nós de grande importância, porque, além de transmitir quase todas as profecias básicas do sebastianismo, também conserva muito material que data da época de Napoleão.

### 3. *As profecias bíblicas*

Em nenhum cartapácio encontramos profecias bíblicas, apesar de serem as mais fundamentais de todas. Citam-nas com grande regularidade os tratadistas, mas os organizadores de compilações passam-nas em silêncio, sem dúvida porque elas se subentendem tacitamente e são consideradas de conhecimento geral.

Os tratadistas alegam frequentemente alguns textos dos profetas Isaías e Ezequiel, que se referem à paz e harmonia universal do reino messiânico, tema por eles, geralmente, combinado com a restauração de Israel. Mais importante, porém, são os textos apocalípticos da Bíblia. O género apocalíptico, que floresceu entre 200 a. C e 200 d. C., descreve em sonhos ou visões o combate decisivo entre Israel e os seus inimigos nos tempos derradeiros, e o triunfo final do povo de Deus. A descrição faz-se por meio de figuras simbólicas (Leão, Águia, Dragão, etc.), cujo significado vem a ser explicado, ou pelo próprio profeta, ou por um Anjo, ou por Deus. Entre esses sonhos cumpre salientarmos os

do profeta Daniel (cap. 2 e 7), referentes aos quatro grandes Impérios que no Próximo Oriente se sucederam e que a exegese tradicional identificava, respectivamente, com o dos Assírios, o dos Persas e Medos, o dos Gregos (Alexandre Magno) e o dos Romanos.

O primeiro sonho representava os quatro Impérios sucessivos na figura de uma estátua enorme, cuja cabeça era de ouro, o peito e os braços de prata, o ventre e as coxas de cobre, e as pernas de ferro, sendo de ferro também uma parte dos pés, mas de barro outra parte. Desprendendo-se, de repente, duma montanha, uma pedra feriu e despedaçou a estátua, crescendo até se transformar numa grande montanha, que acabou por encher a terra inteira. Esta pedra deu, em Portugal, origem ao «Quinto Império», e à *Fifth Monarchy* entre os metodistas da Inglaterra. Eis o comentário de Vieira:

*«Aquele pedra [...], que derrubou a estátua e desfez em pó e cinza todo o preço e dureza de seus metais, significa um novo e Quino Império, que o Deus do Céu há-de levantar no Mundo nos últimos tempos dos outros quatro. Este Império os há-de desfazer e aniquilar a todos, e ele só há-de permanecer para sempre, sem haver de vir jamais por acontecimento algum a domínio ou poder estranho, sem haver de conquistado ou destruído, como sucedeu [...] aos demais»<sup>11</sup>.*

Comentando o segundo sonho de Daniel, o jesuíta interpreta-o no mesmo sentido<sup>12</sup>.

Merece também atenção especial o chamado *Livro IV de Esdras*, opúsculo apócrifo, redigido no fim do século I d. C. por um judeu piedoso e falsamente atribuído a Esdras, o organizador da comunidade

religiosa dos judeus depois do cativeiro de Babilónia (séc. V a. C.). Este livro, apesar de não canónico, gozava também entre os cristãos de grande prestígio, a ponto de ficar incluído na edição da *Vulgata Latina*, à guisa de apêndice. Nele se encontram algumas visões apocalípticas (cap. 11-13). Uma delas fala de um Leão (o Messias), que porá termo ao reino injusto de uma Águia monstruosa (o Império Romano) e estabelecerá um império de justiça até ao Juízo Final. Escusado será dizermos que os sebastianistas viam no Leão e figura do Encoberto.

Outra visão de Esdras fala nas dez tribos deportadas pelos Assírios no fim do século VIII a. C. Ao contrário das duas tribos que, mais tarde, seriam transportadas para a Babilónia, estas nunca conseguiram repatriar-se: encerradas por altas montanhas e rios caudalosos, vivem longe das outras nações. Mas no fim dos séculos hão-de aparecer milagrosamente para se incorporar no Reino do Messias. O tema das tribos perdidas, imaginadas como prestes a submeter-se à Lei de Cristo e ajudar o Imperador Mundial, devia ser caro a Bandarra e a Vieira.

No Novo Testamento lemos diversos textos relativos ao Anticristo, às perseguições dos últimos tempos e ao Segundo Advento de Cristo. Os passos mais importantes ocorrem nos Evangelhos, nas Epístolas de São Paulo e, sobretudo, no Apocalipse. De acordo com a exegese tradicional, este livro descrevia por meio de figuras simbólicas (as sete trombetas, os sete selos, os sete anjos, etc.) a história da Igreja — uma história cheia de calamidades, às quais se havia de seguir o reino milenar de Cristo na terra e, depois de um breve intervalo dominado por Satanás, o Juízo Final.

#### 4. *As profecias não canónicas*

Das inúmeras profecias não canónicas ocorrentes nos cartapácios dos sebastianistas podemos dar aqui apenas uma pequena selecção.

Em primeiro lugar, são frequentemente citados os oráculos sibilinos, geralmente em forma de coplas castelhanas. Esses oráculos não têm nada a ver com os vaticínios gregos que o Baixo Império nos transmitiu e parece que são de origem ibérica. Devem ter sido forjados no fim da Idade Média, mas os pormenores da sua origem são-me desconhecidos. Existe também um oráculo sibilino, redigido em linguagem solta e citado em Latim ou em Português. Segundo ele, Cassandra, a filha de Príamo, rei de Tróia, teria predito, juntamente com Santo Isidoro (*bien étonnés de se trouver ensemble!*), o seguinte:

*«Um rei novo, nos últimos tempos, na Espanha Maior, duas vezes dado por piedade do Céu, nascendo póstumo, reinará por uma mulher, cujo nome começará em I e acabará em L. E o dito rei virá das partes orientais. Reinará na sua mocidade, e alimpará a Espanha dos vícios imundos, e o que não queimar o fogo, devastará a espada. Reinará sobre a Casa de Agar [= Sarracenos], conquistará Jerusalém, fixará a imagem do Crucificado sobre o Santo Sepulcro, e será o maior de todos os monarcas»*<sup>13</sup>.

Esta profecia, citada em diversas formas de acordo com as preferências dos tratadistas, contém elementos que parecem talhados para a pessoa de D. Sebastião: duas vezes dado, nascendo póstumo, reinando na sua mocidade, vindo das partes orientais e destruidor dos Sarracenos. Mas António Vieira, que não reconhecia a autenticidade das palavras «nascendo póstumo», aplicou-a, em 1659, a D. João IV <sup>14</sup> e, mais tarde, a um filho de D. Pedro II <sup>15</sup>.

A Santo Isidoro, o famoso arcebispo de Sevilha e grande organizador da Igreja visigótica, se atribuíam muitas profecias, que, no fim do século XV, foram postas em verso pelo cartuxo castelhano Pedro de Frias, uma fonte avidamente explorada pelos sebastianistas. Além de ter profetizado que o Encoberto seria duas vezes dado, o arcebispo teria predito também que ele traria em seu nome *letra de hierro*. Segundo os sebastianistas, a «letra de ferro» era o S, inicial do vocábulo latino *servus*, que os Romanos costumavam imprimir com um cunho de ferro nos rostos dos escravos. Obviamente, o profeta tinha em mente o nome de D. Sebastião.

Santo Isidoro não foi o único eclasiástico a fornecer profecias à causa sebástica. Do apóstolo São Tomé se acharam em Meliapor profecias que resumiam, em estilo bíblico, a derrota de D. Sebastião, o domínio filipino e o triunfo final da nação lusitana. De São Metódio, bispo de Olimpo, que morreu mártir sob Diocleciano, citava-se um texto profético, segundo o qual um Rei, tido por morto e inútil, havia de despertar como de sono de vinho. A frase não é de São Metódio, mas ocorre num tratado apocalíptico, redigido por um monge sírio no fim do século VII. São Bernardo, que o patriotismo

português promovera a parente de D. Afonso Henriques, teria escrito a este que ao seu Reino nunca faltariam reis naturais, salvo se pela gravidade de culpas Deus o castigasse por algum tempo. São Francisco de Assis, numa visita (completamente fantasiada) a Portugal, teria prometido a D. Urraca, esposa de D. Afonso II, que o Reino de Portugal nunca seria unido ao Reino de Castela.

Se os santos estrangeiros mostravam tanto interesse pelos destinos de Portugal, não é de admirar que os santos nacionais se esforçassem por excedê-los. Muito popular, sobretudo na época da Restauração, era uma profecia de São Frei Gil, um dos primeiros dominicanos de Portugal (m. ca. 1265). Traduzida para o Português, a parte essencial da sua profecia é deste teor:

*«Portugal, por parte de seus reis, gemerá por muito tempo e padecerá de muitas maneiras. Mas Deus te será propício e, não esperadamente, serás remido por um não Esperado. A África será submetida. O Império Otomano desmoronar-se-á. A Igreja será coroada com mártires. Bizâncio será destruído. A Casa de Deus será recuperada. Tudo será transformado. [...] Reviverá a Idade do Ouro. Por toda a parte reinará a Paz. Bem-aventurados os que virem isto»<sup>16</sup>.*

Como o «não Esperado» tanto podia ser D. João IV como D. Sebastião, a profecia agradava aos dois partidos. O que não admitia dúvida era que o redentor de Portugal seria Imperador da Monarquia Mundial.

Outro santo português, dotado de espírito profético, foi o Beato Amadeu, fundador de um ramo austero dos frades menores da Itália (século XV) e autor de um

comentário sobre o Apocalipse (ainda inédito). Jaz sepultado em Milão, com um livro fechado na mão: «Sucessos do Reino de Portugal: o livro se abrirá a seu tempo». O caso não podia deixar de dar origem a muitas especulações.

Em meados do século XVI vivia em Lisboa um sapateiro santo, chamado Simão Gomes, a quem se atribuíam profecias sobre a catástrofe de Alcácer-Quibir, o domínio filipino e a recuperação da independência nacional. O Padre José de Anchieta, de origem castelhana, mas integrado na causa nacional como apóstolo do Brasil, no dia fatal de 4 de Agosto de 1578 teria dito ao capitão Miguel de Azevedo que D. Sebastião perdera a batalha, mas não morrera e que, ao cabo de muitos anos, novamente tomaria posse do seu Reino.

Na galeria dos profetas nacionais figura também, desde o final do século XVII, o Padre António Vieira. Este, embora não gozasse de fama de santo, como os já referidos varões, teria prenunciado o terramoto de Lisboa na décima seguinte:

*Depois de passarem mil,  
e setecentos voarem,  
dois cinco virão que acabem  
aquela obra em porfíl.  
Um arrote não subtil  
do mais pesado elemento  
causará grande lamento  
com seu arrojo iracundo.  
Dará memória ao Mundo  
e à Lísia, por muito tempo*<sup>17</sup>.

Em meio a tantas vozes masculinas, era inevitável que também o sexo frágil se fizesse ouvir. Diferentemente dos homens, as mulheres não proferiam profecias, mas recebiam visões ou revelações, coisas julgadas mais conformes à modéstia feminina. Entre as mulheres favorecidas pelo Céu mencionamos aqui a Madre Leocádia da Conceição, no Porto, e a freira Leonor Roís, em Belém. Também eram alegadas visões da grande mística castelhana, Santa Teresa de Ávila.

Havia ainda profetas leigos, que, além do mais, não eram santos nem letrados. O mais célebre entre todos eles é Bandarra, a quem será consagrado um capítulo especial neste livro. Outro profeta leigo é um certo Simão Nunes, de quem praticamente nada sabemos senão que foi ourives em Braga. Dele possuímos umas profecias rimadas, que, como era de esperar de um ourives, têm a pretensão a certo requinte técnico.

Nem faltam nos cartapácios dos sebastianistas os vaticínios de Nostradamus, embora quase irreconhecivelmente deturpados. Ao que parece, os compiladores eram muito pouco versados na língua francesa, tendo das *Centuries* só conhecimentos de segunda mão, que eram incapazes de verificar na fonte. Alguns deles deviam-no ter por autor castelhano, porque o costumavam citar na língua do país vizinho. O resultado desta confusão é deplorável e, por vezes, cómico. Onde o médico-astrólogo de Salon diz:

*Gand et Bruxelles marcheront contre Anvers,*<sup>18</sup> alguns cartapácios apresentam esta «tradução»<sup>19</sup>:

*Gentes de Bruxelas marcharão contra Andaluzes.*

E as profecias joaquimistas? A resposta pode ser breve. Do próprio abade não ocorre nenhum texto nem

nos cartapácios, nem nos tratados dos sebastianistas. Joaquim de Fiore era um ilustre desconhecido, inclusive para os dois coriféus do messianismo seiscentista: Dom João de Castro e o Padre António Vieira. Ambos falam com muito respeito no venerável Abade, mas confundem as obras autênticas e apócrifas (coisa bastante comum no século XVII, também fora de Portugal) e ignoram por completo a doutrina dos três estados e o método exegético das «concordias». João de Castro dá mostras de conhecer bem a literatura do joaquimismo posterior, sobretudo nos seus escritos inéditos, mas também ele não faz a devida distinção entre a doutrina do mestre e a dos seus adeptos. António Vieira gaba-se diversas vezes de possuir um livro joaquimista a que dava o nome de *Rusticano*<sup>20</sup> e que foi publicado em Veneza no ano de 1516, mas também este livro não passa de uma compilação de profecias tardias e, apesar de tantas vezes referido por Vieira, pouco lhe influenciou o pensamento.

Há três profecias da escola joaquimista que se encontram em muitos cartapácios portugueses e foram frequentemente comentados pelos tratadistas.

A primeira é a frase: *cujus nomen quinque apicibus scriptum est*, isto é: «cujo nome se escreve com cinco ápices». Foi tirada de uma profecia atribuída à Sibila Eritreia, mas, na realidade, data dos meados do século XIII, e, no seu contexto original, o passo aplicava-se à pessoa do Imperador Isaac Angelos de Bizâncio (m. 1204). Os sebastianistas ortodoxos, interpretando (erradamente) a palavra «ápice» no sentido de «sílaba», viam na profecia uma clara alusão ao nome de D. Sebastião, cujo nome em Latim se compõe de cinco sílabas: *Se-bas-ti-a-nus*. Mas Vieira, que em dada altura

defendia a tese de ser D. João IV o Encoberto, explicava o termo «ápice» como «pontinho que se põe sobre o i»<sup>21</sup> e via a profecia cumprida na grafia *ioannes iii*.

A segunda profecia é o opúsculo apócrifo *Vaticínios sobre os Papas*, uma parte do qual data da primeira década do século XIV, e outra de cerca de 1355. Apesar de muito heterogéneas, as duas partes aparecem unidas desde o fim do século XIV. Fragmentos destas profecias entraram no *Jardim Ameno*<sup>22</sup>, e o texto integral, com a tradução portuguesa, no *Catálogo das Profecias*<sup>23</sup>.

E, finalmente, é muitas vezes citada uma frase tirada do chamado *Oráculo Angélico*, composto no fim do século XIII. Este oráculo teria sido oferecido por um anjo a São Cirilo, um dos primeiros padres-gerais o Carmo, que enviou o texto obscuro ao abade Joaquim, com o pedido de o esclarecer com algumas glosas. Em diversos cartapácios a frase em questão apresenta a forma seguinte:

*«No tempo de 1554 nascerá o Sol, e estará eclipsado e escondido por algum tempo, e será lastimado com o aguilhão de desprezo numa pequena cova de três ou quatro repartimentos, cercado de grandes grades. Guardá-lo-ão escorpões, e depois senboreará o Mundo»*<sup>24</sup>.

O texto é um arranjo feito de alguns grupos de palavras que se acham espalhadas pelos capítulos I e II do *Oráculo Angélico* e se referem à luta por Nápoles entre a Casa de Anjou e a de Hohenstaufen. O arranjo mostra como os sebastianistas pouco se incomodavam com a origem e o contexto das suas profecias: perfilhavam-nas e modificavam-nas (por exemplo: «no tempo de 54» [=

1254] mudaram em: «no tempo de 1554»), apropriando-as à sua causa. Mas temos razões para acreditar que eles não foram os primeiros violentadores de textos proféticos. Quem estiver a par deste género literário deve saber que essas deturpações já tinham sido praticadas em outros países da Europa, muito tempo antes de nascer o sebastianismo.

### III / AS TROVAS DO BANDARRA

#### 1. *A vida do Bandarra*

Quase tudo o que se sabe seguramente da vida de Gonçalo Anes Bandarra consta do seu processo inquisitorial, publicado por Teófilo Braga na segunda metade do século passado <sup>25</sup>. Deve ter nascido por volta de 1500 na vila de Trancoso, onde viveu toda a sua vida, exercendo o ofício de sapateiro.

Antes da publicação do seu processo, julgava-se que Bandarra foi sempre pobre e de origem muito modesta. Mas na sua declaração ao Tribunal lemos que fora rico e abastado, mas que «queria mais sua pobreza em dizer a verdade e o que cumpria à sua consciência, que não dizer outra cousa». Também se julgava que o sapateiro não sabia ler nem escrever, mas que costumava ditar as suas profecias ao Padre Gabriel João, o qual seria seu amanuense, tal como o fora Baruch do profeta Jeremias. Hoje sabe-se que ele não era analfabeto.

Mantinha correspondência com várias pessoas do Reino, entre as quais se contavam figuras de destaque, tal como o Doutor Francisco Mendes, médico do Cardeal-Infante D. Afonso. Lia e relia a «Brívia em linguagem» (= a Bíblia em vernáculo) sem dúvida um

texto escrito à mão, que tomara emprestado a um certo João Gomes de Gião e guardara uns oito anos em casa. Dotado de memória fidelíssima, sabia de cor longos trechos da Escritura Sagrada, sobretudo dos livros proféticos. Quando, depois de restituir o livro ao seu dono, já não se lembrava de um texto bíblico, recorria ao Dr. Álvaro Cardoso ou ao clérigo Bartolomeu Rodrigues, que tinham uma Bíblia latina e com ela lhe refrescavam a memória. Assim chegou a ser um oráculo em assuntos bíblicos, sobretudo entre os cristãos-novos, que eram muito numerosos na Beira.

O sapateiro devia ter também grandes conhecimentos das profecias atribuídas a Santo Isidoro, através das *Coplas* do cartuxo castelhano Pedro de Frias e outros versejadores espanhóis, entre eles, o frade benito Juan de Rocacelsa, monge de Monserrate. Estas coplas convenceram-no da vinda de um Rei Encoberto, predestinado para desbaratar o Império Otomano e estabelecer a Monarquia Mundial. É muito provável que Bandarra tivesse chegado à ideia de compor as suas trovas tomando por exemplo as coplas do país vizinho, tanto mais que estas designavam muitas vezes o futuro Imperador como «Infante de Portugal». O sapateiro era sem dúvida, um homem extraordinário, que aliava à memória fabulosa uma grande faculdade assimiladora e o talento de fazer versos em estilo popular.

As suas profecias rimadas, muito mais bíblicas e, igualmente, mais patrióticas que as dos seus modelos castelhanos, difundiram-se rapidamente pelo país, não tardando a encontrar leitores até na capital do Reino. Os cristãos-novos, que já antes o tinham consultado como uma espécie de rabi, passaram agora a venerá-lo como um profeta solidário com eles nas suas esperanças

messiânicas. Sabemos que, por duas vezes, Bandarra se deteve algum tempo em Lisboa (ca. 1531 e em 1539), onde era muito procurado pela «gente de nação». O alvoroço que aí causava não podia deixar de despertar as suspeitas da Inquisição recém-estabelecida. O poeta foi preso na sua terra e levado para Lisboa (1540). A Mesa ouviu várias testemunhas e, a 3 de Outubro de 1541, impôs-lhe um castigo relativamente brando: o de abjurar solenemente as suas trovas na procissão do auto-de-fé no dia 23 do mesmo mês. Pela sentença se pode ver que Bandarra não era acusado de judaísmo, nem sequer era pessoa suspeita como cristão-novo. O que se lhe imputava era causar alvoroço entre os cristão-novos com as suas trovas, que eles tendiam a interpretar em sentido judaico. Além disso, era intolerável que um homem «sem letras» se arvorasse em intérprete dos livros sagrados. A lição que a Mesa lhe queria incutir era simplesmente esta: «Sapateiro, não vás além do calçado!». A Mesa ordenou ainda que qualquer pessoa que tivesse em seu poder as trovas do dito Bandarra as apresentasse ao Santo Ofício dentro de certo prazo.

A partir de 1541 não se soube mais nada do sapateiro de Trancoso. Segundo uma opinião muito divulgada teria falecido por volta de 1550. Mas, como já observou Diogo Barbosa Machado na sua *Biblioteca Lusitana*, a data da sua morte deve ser posterior a 1556, porque a 23 de Março deste ano foi confirmado na dignidade episcopal da diocese da Guarda D. João de Portugal, a quem Bandarra enviou um exemplar das suas *Trovas* com uma dedicatória elogiosa em versos. Se aceitarmos a dedicatória como autêntica — e creio não haver motivos para lhe pôr em dúvida a autenticidade —, devemos concluir que o profeta, uns quinze anos

depois da solene abjuração das suas trovas, no foro íntimo ainda acreditava nelas, e que o bispo da Guarda, homem brioso e até disposto a provocar as autoridades, se dignou aceitá-las.

## *2. As duas primeiras edições das trovas*

Bandarra morreu, mas não lhe morreram as trovas. Aliás, lemos nos autos do processo que já na vida do autor «se enchera a terra das ditas trovas». Parece que a condenação das profecias rimadas lhes aumentava a popularidade. Os meninos da Beira aprendiam a ler pelos seus «toscos versos»<sup>26</sup>, que exprimiam com tanta felicidade as secretas aspirações de muita gente portuguesa, agradando ao povo inculto e atraindo a curiosidade de diversos intelectuais, embora estes se sentissem um pouco embaraçados em manifestar abertamente o seu interesse por uma poesia tão pouco limada.

Tiravam-se cópias, com os inevitáveis erros e deformações do texto original; o próprio carácter popular das trovas contribuía para haver pouco cuidado em trasladá-las com correcção. A primeira edição (parcial) saiu em 1603 em Paris<sup>27</sup>, devendo-se ao zelo patriótico de D. João de Castro. Uns quarenta anos depois saiu em Nantes a primeira edição completa, sob o patrocínio do Conde da Vidigueira, então Embaixador de D. João IV em Paris<sup>28</sup>. Os dois editores queixam-se da má qualidade das cópias que tinham ao seu dispor.

As divergências entre as duas edições são numerosas e, às vezes, desconcertantes, agravando-se a situação ainda pela circunstância de que o texto publicado em

1603 tem tendência nitidamente sebastianista, ao passo que o de 1644 apresenta uma interpretação declaradamente joanista das trovas. A reconstrução da obra original é empresa precária, ou antes, fadada ao malogro, salvo em poucos casos especiais. Não posso entrar aqui na exposição desses problemas muito técnicos. Só quero dizer que, no presente trabalho, me sirvo da edição de Nantes, não só porque ela ficou sendo a base de todas as edições posteriores, mas também porque, com todas as suas deficiências (algumas das quais serão apontadas neste capítulo), têm certa lógica e coerência interna, além de que transmite o texto completo <sup>29</sup>.

### 3. *A estrutura e o conteúdo das trovas*

A coleção de trovas do vate de Trancoso vem precedida da já referida Dedicatória (rimada) a D. João de Portugal. Compõe-se de 16 quadras (não numeradas), em que Bandarra, não sem graça, compara as suas profecias com os produtos do seu ofício de sapateiro. Aqui se seguem três estrofes (11-13):

*Minha obra é mui segura,  
porque a mais é de correa.  
Se a alguém parece fea,  
não entende de custura.*

*Eu faço obra dura,  
e não ando pola rama.  
Conbeço bem a courama  
que convém à criatura.*

*Sei medir e sei talbar,  
sem que vos assim pareça.  
Tudo tenho na cabeça,  
se o eu quiser usar.*

A estes versos, que não revelam nenhum complexo de inferioridade, se segue um conjunto de 16 quadras (estas numeradas), que o editor rubricou com a epígrafe: «Sente Bandarra as maldades do mundo, e particularmente as de Portugal». E quais são as maldades sentidas pelo profeta? O clero usa de simonia, os juizes são venais, os fidalgos ostentam títulos comprados, as autoridades não têm a coragem de agir e reagir, e as mulheres são frívolas e levianas.

Em seguida, vem a matéria profética propriamente dita. Reparte-se entre 143 trovas (17 a 159), que apresentam uma grande variedade de extensão. Quase metade delas (67 das 143) é constituída por quadras de estrutura rimática muito regular (A B B A). A estrutura das demais é muito variada. Ao lado de duas parelhas (27 e 61) e um terceto (84), encontramos diversas quintilhas, sextilhas e oitavas. Na parte central do opúsculo ocorrem várias estrofes muito longas: algumas delas têm dez, onze ou doze versos, e a trova 99 chega a ter dezassete versos. Quanto mais longas as estrofes, mais irregular se torna o esquema rimático. Mas parece-me muito provável que diversas destas estrofes longas formassem, originariamente, duas ou até três trovas.

As 143 trovas constituem, na edição de Nantes, três *Sonhos*, de extensão muito desigual: o primeiro abrange 77 estrofes (17 a 93), o segundo 15 estrofes (94 a 108), e o terceiro 51 estrofes (109 a 159). A disposição dos três

*Sonhos*, tal como foi feita pelo editor de Nantes, é muito discutível. Assim creio que o *Sonho Primeiro* só começa com a estrofe 82. As trovas que antecedem esta estrofe constituem uma espécie de poema pastoril. O presente trabalho, porém, não é lugar indicado para tratar dos numerosos problemas levantados pela tripartição. Basta, portanto, o que já foi dito.

O editor de Nantes inicia o *Sonho Primeiro* com estas duas trovas (17-18):

*Vejo, vejo, direi vejo,  
agora que estou sonhando,  
semente del-Rei Fernando  
fazer um grande despejo.*

*E seguir com grão desejo,  
e deixar a sua vinha,  
e dizer. «Esta casa é minha,  
agora que cá me vejo!»*

As duas trovas deram lugar aos comentários mais diversos. O Encoberto conquistará a Casa Santa de Jerusalém, seja ele D. Sebastião (como pensa D. João de Castro), seja D. João IV (como diz Vieira em 1659): ambos são «sementes» do Rei Fernando o Católico. Mas em 1665, o mesmo Vieira interpretará *despejo* no sentido de «desvergonha»: Filipe II, descendente do Rei Católico, teve a desvergonha de se assenhorear ilegitimamente de Portugal. Estes exemplos bastam para ilustrar como o texto do Bandarra se prestava a inúmeras interpretações, como, aliás, era o caso de todos os textos proféticos.

Descrevem-se depois, sem muita conexão com o que precede, os cuidados e tormentos do Pastor-Mor (= o Papa), que, vendo perseguidas as suas ovelhas pelos lobos (= os Turcos), alerta os seus pegureiros (= os príncipes católicos), cada um dos quais vem a ser apresentado ao leitor com um nome pastoril. O Encoberto, neste episódio, é designado pelo nome de Fernando. Afugentados os lobos, organiza-se um baile campestre, precedido de um vivo diálogo entre os pastores. Por ordem do Pastor-Mor, Fernando é o mestre da dança, cabendo-lhe a honra de dançar com Constança, rapariga que, segundo Vieira, simboliza a cidade de Constantinopla tomada pelos cristãos. O episódio bucólico tem alguns passos obscuros, que aqui podemos deixar de lado.

As profecias tornam-se mais claras a partir da trova 58, onde o autor começa a exaltar as excelências de Portugal: os seus reis, o seu nome (Portugal é o único país que tem nome masculino!), a sua bandeira, e o seu Império (68-71):

*Forte nome é Portugal,  
um nome tão excelente.  
É rei do Cabo Poente,  
sobre todos principal.  
Não se acha vosso igual.  
Rei de tal merecimento  
não se acha, segundo sento,  
do Poente ao Oriental.*

*Portugal é nome inteiro,  
nome de macho, se queres.  
Os outros reinos, mulheres,*

*como ferro, sem azeiro [...]  
Portugal tem a bandeira  
com cinco Quinas no meio [...]*

*Este tem tanta nobreza,  
qual eu nunca vi em rei.  
Este guarda bem a lei  
da justiça e da grandeza.  
Senborea Sua Alteza  
todos os portos e viagens,  
porque é rei das passagens  
do mar e sua riqueza.*

Este nobre rei será eleito Imperador pelos príncipes de Europa, «não por dádivas nem presentes», e conquistará a África. Também o Caaba, o santuário de Meca, coberto de precioso brocado, há-de entregar-se ao vencedor lusitano, com grande dano do poder muçulmano (trova 77):

*A Lua dará grão baixa,  
segundo o que se vê nela,  
e os que têm lei com ela,  
porque se acaba a taixa.*

*Abrir-se-á aquela caixa,  
que até agora foi cerrada;  
entregar-se-á à forçada,  
envolta em sua faixa.*

Em seguida, o Encoberto tomará a Terra de Promissão, e voltará a Lisboa num cortejo verdadeiramente triunfal (trova 81):

*Entrará com dous pendões,  
entre os Porcos sedeídos,  
com fortes braços e escudos  
de seus nobres infanções*

Ao que parece, será em Lisboa que o procurarão dois judeus: Fraim e Dão, representantes das tribos perdidas de Israel. Pedem-lhe que os introduza ao Pastor-Mor, oferecendo-lhe dinheiro. Responde-lhe Fernando (= o Encoberto), na trova 84:

*Entrai, judeus, se quereis!  
Bem podeis falar com ele,  
que lá dentro o achareis.*

Quem é o monarca português que, na opinião de Bandarra, está predestinado a fazer estas grandes façanhas? Tudo indica que é D. João III, em cujo reinado escreveu as trovas, ou talvez seu filho, o Príncipe D. João, pai de D. Sebastião. Assim o dá a entender na trova 93:

*As armas e o pendão  
e o guião  
foram dadas por memória <sup>30</sup>  
da vitória  
a um Rei, santo varão.*

*Sucedeu a el-Rei João  
em possessão  
o Calvário por bandeira.  
Levá-lo-á por cimeira,  
alimpará a carreira  
de toda a terra do Cão.*

O «calvário», que caberá a D. João, é obviamente o brasão com as Quinas que Cristo, no campo de Ourique, mandou adoptar por D. Afonso Henriques.

O *Sonho Segundo* compõe-se de 15 trovas, quase todas elas bastante longas, e não tem subdivisões. Nele, o profeta reenceta a tese do Sonho anterior, por vezes, em termos muito semelhantes. Mas, ao passo que ali o autor salientava a empresa africana, parece que tem aqui sobretudo em vista a derrota dos Turcos no Levante e a aliança do Encoberto com o Papa. O *Sonho* termina com esta trova (108):

*Muitos podem responder  
e dizer.  
«Com que prova o sapateiro  
fazer isto verdadeiro,  
ou como isto pode ser?»  
Logo quero responder,  
sem me deter.  
«Se lerdas as profecias  
de Daniel e Jeremias,  
por Esdras o podeis ver».*

O *Sonho Terceiro* abrange 45 trovas, que são, na grande maioria, quadras. Divide-se em duas secções. Na primeira, Bandarra descreve o aparecimento das dez tribos de Israel, assunto já abordado no *Sonho Primeiro*. No fim da Idade Média, houve quem imaginasse esses judeus como horríveis bárbaros e canibais, aliados monstruosos do Anticristo; outros, como gente purificada pelo longo exílio, inocente no deicídio dos seus irmãos palestinianos, e disposta a reconhecer Jesus Cristo como o verdadeiro Messias. Bandarra, o amigo

dos cristãos-novos, opta pela segunda versão, vendo nas tribos regressadas os colaboradores do Encoberto. Note-se bem: Bandarra era amigo dos cristãos-novos, mas não descendente do povo hebreu. Ele mesmo descreve que, entre os numerosos judeus que via passar, se achava um velho «honrado» que se dirigiu a ele perguntando-lhe se era porventura judeu. A sua resposta foi negativa (trovas 118-119):

*Dize-me: «Tu és de Agar,  
ou como falas Cananen?  
Ou és porventura Hebreu  
dos que nós vimos buscar?»*

*«Tudo o que me pergunteis»  
(respondi assim, dormente)  
«Senhor, não sou dessa gente,  
nem conheço esses tais».*

E o profeta narra que, depois de acordado, foi ver as escrituras, onde achou o seu sonho profetizado (trovas 127-128):

*Em Esdras o vi pintado,  
e também vi Isaías,  
que nos mostra nestes dias  
sair o povo cerrado.*

*O qual logo fui buscar,  
e Gog, Magog em Ezequiel<sup>31</sup>,  
as Domas<sup>32</sup> de Daniel  
comecei de as olhar<sup>33</sup>.*

É com certo orgulho que o sapateiro ostenta os seus conhecimentos da Bíblia, que não são tão superficiais como muitas vezes se pensa. E com os textos alegados quer provar também a sua ortodoxia.

A segunda secção em rigor, já não faz parte do *Sonho Terceiro*, mas dá, como a rubrica inserida pelo editor de 1644 indica, as respostas do Bandarra a algumas perguntas que se lhe fizeram, «e da resposta delas se conhece quais foram». Eu, por mim, devo confessar que muitas vezes não consigo compreender as perguntas pelas respostas, e que o sentido de diversas trovas desta parte final me escapa. Pelo que percebo, creio que nelas alternam visões de futuras felicidades e catástrofes com alusões ao tempo em que as profecias se hão-de cumprir. Transcrevo aqui duas quadras (156-157) que exaltam a harmonia universal de Quinto Império.

*Todos terão um amor,  
gentios como pagãos,  
os judeus serão cristãos,  
sem jamais haver error.*

*Servirão um só Senhor,  
Jesus Cristo que nomeo,  
todos crerão que já veo  
o Ungido Salvador.*

Nesta bela profissão de fé há duas coisas que merecem um breve comentário. Primeiro, Bandarra, como muitos dos seus contemporâneos, faz uma nítida distinção entre «gentios» (= idólatras) e «pagãos» (= «muçulmanos»). Segundo, ele chamava a Jesus

«Ungido», sabendo que o *Novo Testamento* assim o designa («Cristo»).

E os hereges? Na quadra citada, Bandarra não os inclui, mas em outras trovas (por ex., 19 e 76) fala nos «Arrianos» (= Arianos), palavra com que indica os «[Gregos] cismáticos». Eis o texto das duas trovas:

*A cerca dos Grecianos  
corrê-los-ão os latinos.  
Serão contrários os signos  
a todos os Arrianos.*

*Uma porta se abrirá  
num dos reinos africanos,  
contrária aos Arrianos,  
que nunca se cerrará [...]*

Parece que Bandarra não se preocupava com os protestantes ou huguenotes<sup>34</sup>. Provavelmente, mal sabia da sua existência.

#### 4. *Apreciação*

Tal é, em linhas gerais e com a preterição de inúmeros pormenores e numerosos problemas, o conteúdo das trovas do Bandarra. O sentido fundamental das suas profecias não é enigmático. Portugal dará ao Mundo o grande Encoberto, que há-de desbaratar os exércitos dos Turcos na África, na Terra Santa na Ásia-Menor. Ele será coroado Imperador e inaugurará, juntamente com o Papa, a Monarquia Universal, em que todos os povos e todas as culturas se

submeterão à Lei de Cristo. Os traços essenciais desta visão escatológica são os do joaquimismo posterior.

Impõe-se uma comparação entre as *Trovas* do Bandarra e as *Centuries* do seu contemporâneo Nostradamus. Os versos do sapateiro são um modelo de clareza, confrontados com os do médico-astrológico de Salon. Os passos obscuros das *Trovas* esclarecem-se (pelo menos, em princípio) para quem tenha paciência de estudar a tradição profética na Península — um campo de investigação que está por desbravar ainda. Outros passos são obscuros, porque apresentam corruptelas, que em diversos casos são susceptíveis de emendas filológicas. Há relativamente poucos passos que já não admitem uma solução adequada ou razoável. As *Centuries* estão redigidas num Francês (propositadamente?) desajeitado, cuja compreensão vem a ser dificultada pelo facto de que o autor complicar a sua linguagem com o emprego de elementos hebraicos, gregos e latinos, e com numerosas alusões eruditas ao movimento dos astros, a particularidades geográficas, políticas e históricas. Nostradamus é um autor sofisticado, empenhado em propor enigmas aos seus leitores; Bandarra é escritor de versos «toscos», mas simples e, geralmente, compreensíveis. Outra diferença entre os dois profetas parece-me mais importante ainda. As *Centuries* constituem uma longa série de vaticínios isolados e, por via de regra, nefastos, sem que nelas se consiga descobrir uma mensagem central: não mostram nenhuma perspectiva no terreno da religião, da sociedade ou da política, nem são capazes de incentivar uma actividade colectiva; só excitam a curiosidade de indivíduos inclinados ao hermetismo. Bandarra, porém, como qualquer outro profeta respeitável, tem uma

mensagem que abre novos horizontes ao povo português.

Os portugueses não têm nenhum motivo para se sentir inferiorizados com o seu profeta de Trancoso. Ele merece um estudo sério e não o desdém com que alguns autores racionalistas o costumam tratar.

#### IV / D. SEBASTIÃO E OS INÍCIOS DO SEBASTIANISMO

Bandarra dedicou as trovas em 1556, ou pouco tempo depois, ao bispo da Guarda, quando D. João III, que era presumivelmente o herói da grande empresa profetizada, já contava 55 anos. No seu longo reinado, este não realizara nenhuma das façanhas prometidas. Em vez de conquistar a África, abandonara algumas praças africanas. Não era de esperar que este rei, na sua idade avançada e com tais precedentes, chegasse a fundar o Império Mundial. Contudo, o sapateiro não modificou os versos em que se lia o nome do monarca. Contava com um milagre do Céu? Ou dava pouca importância à identidade do Encoberto, desde que ele fosse Rei de Portugal e «semente de D. Fernando»? Ou transferia o Império de D. João III para o seu neto, o recém-nascido D. Sebastião, sem se incomodar com as incoerências que podiam resultar desta nova opção? Ignoramos quais fossem as suas esperanças concretas na hora em que enviou uma cópia das suas trovas ao novo bispo. Mas não se exclui a hipótese de que Bandarra, compartilhando com os seus compatriotas o entusiasmo pelo nascimento do «Desejado», acrescentasse às suas trovas uma quadra «sebastianista», que, naturalmente,

falta na edição «joanista» de 1644, mas ocorre em diversos manuscritos <sup>35</sup>:

*Um rei novo nascerá,  
que novo nome há-de ter;  
de terra em terra andará.  
Muita gente lhe há-de morrer.*

Com efeito, havia de lhe morrer muita gente, não dos infiéis, mas dos seus próprios vassalos. Assim como o seu nascimento (1554) parecia garantir a sobrevivência de Portugal como país independente, assim a sua aventura marroquina havia de arruiná-lo, abrindo a porta ao domínio castelhano.

#### 1. *D. Sebastião e os Pseudo-Sebastiões*

Uma figura estranha e trágica, esse D. Sebastião! Atrofiado na sua vida afectiva (o que talvez se explique pela falta de ternura maternal na sua meninice), treinava-se, desde cedo, em exercícios físicos (era óptimo cavaleiro e bom caçador) e ascéticos (era piedoso e casto). Destituído de qualquer realismo, andava alheio às grandes necessidades da nação, como também ao espírito da época em que a Europa acabava de entrar. Extraviado, vivia na Idade Média, e sonhava com actos de bravura cavaleiresca e com louros militares, sobrestimando as suas forças. Não se lhe pode negar certa grandeza e certo idealismo, mas essas boas qualidades eram comprometidas por grande dose de teimosia, fanatismo e egocentrismo.

São conhecidas as consequências da ambição desproporcionada do jovem monarca. A 4 de Agosto de 1578, o seu exército foi destruído nos campos de Alcácer-Quibir. D. Sebastião deixou aí a vida, com 8000 dos seus homens, e uns 15 000 caíram nas mãos dos Mouros. Foi provavelmente a maior catástrofe da história de Portugal. Milhares de mortos, outros milhares de cativos cujo resgate impôs sacrifícios pesados à nação; e — o pior de tudo — a coroa sem herdeiro. Depois de um breve interregno de D. Henrique, o país, oscilando entre a revolta e a submissão, cedeu finalmente, tanto ao suborno como às ameaças militares de Castela, prometendo obediência a Filipe II (1581). Seria uma união pessoal, e Portugal ficaria no gozo dos seus privilégios.

Durante algum tempo, o país parecia conformado com o inevitável. Mas, salvo alguns aristocratas, prelados e altos funcionários, poucos estavam contentes com a situação. O povo, apoiado por uma grande parte dos frades e do baixo clero, tinha saudades da independência nacional.

Mas era verdade que D. Sebastião morrera? Ninguém o vira morrer. É verdade que os Mouros entregaram o corpo do rei defunto a Filipe II e que este o faz sepultar no Mosteiro dos Jerónimos (1582). Mas muitos tinham as suas dúvidas acerca da identidade do corpo, e viam-nas confirmadas pelas palavras do epitáfio: *si vera est fama...*

Surgiram quatro aventureiros, que se diziam ser D. Sebastião: dois em Portugal e dois fora do país. O primeiro foi «o rei de Penamacor», que foi preso, exposto no pelourinho e condenado às galés (1584). O segundo foi «o ermitão da Ericeira», que apareceu no

ano seguinte e foi executado em Lisboa. O terceiro foi um antigo soldado castelhano, Gabriel de Espinosa, que se estabelecera em Madrigal (Castela) onde, num convento, vivia D. Ana, filha ilegítima de D. Juan de Áustria. Ela tinha um confessor português, o agostinho Frei Miguel dos Santos, que a convenceu de que o antigo soldado, agora pasteleiro, era D. Sebastião. A intriga foi descoberta: Gabriel de Espinosa e o monge foram executados (1595) e a princesa foi transferida para um mosteiro em Ávila, onde a esperava uma rigorosa vida claustral. O quarto e o mais célebre foi o calabrês Marco Túlio Catizzone, que apareceu em Veneza (1598), onde foi visitado por diversos Portugueses, entre outros por D. João de Castro, que o homenageou como seu soberano. Depois de muitas aventuras, o impostor foi executado em San Lúcar (1603).

Dos quatro Pseudo-Sebastiães, cuja história aqui só tocámos de leve <sup>36</sup>, apenas o Calabrês se integra na história do sebastianismo, porque, devido sobretudo à imaginação exaltada de D. João de Castro, foi identificado com o Encoberto das profecias nacionais, o que não consta dos três outros. O pasteleiro de Madrigal não passou de marioneta nas mãos de Frei Miguel dos Santos, que, muito provavelmente, se queria servir dele para suscitar uma revolta em Portugal a favor de D. António, o Prior do Crato. Os dois outros agiram por conta própria, mas a boa acolhida que esses aventureiros receberam de muitos populares prova que o povo tinha saudades de um rei nacional.

## 2. *Uma explosão de nacionalismo*

O mal-estar causado pela perda da independência não se restringia apenas às camadas humildes da população. Passados os primeiros anos de entorpecimento quase geral, também as outras classes da sociedade começavam a julgar o domínio estrangeiro um jugo insuportável. Uma grande parte da nação sentia-se ferida no seu orgulho patriótico, que durante várias gerações se nutrira com esperanças messiânicas. A união com Castela era uma humilhação comparável à que, outrora, o povo eleito sofrera na Babilónia. Assim como os judeus exilados se tinham consolado e confortado com as glórias do passado e as maiores glórias prometidas para o futuro, assim fazia também o povo eleito dos tempos modernos. Um patriotismo epidémico apoderava-se da sociedade portuguesa, que não deixou de se manifestar também nas letras nacionais <sup>37</sup>. Poetas, historiadores, pregadores, ensaístas e gramáticos rivalizavam entre si em exaltar o bom clima e a óptima situação geográfica do país, a boa índole e os bons costumes dos seus habitantes, as virtudes da sua língua e os primores das suas letras, a antiguidade e o brilho da sua história. Se Espanha ocupava um lugar excelente entre todas as nações europeias, dentro de Espanha o supremo grau de excelência cabia a Portugal <sup>38</sup>.

Destas manifestações de patriotismo quero dar aqui dois exemplos, que me parecem bem relacionados com o assunto do presente trabalho: o *Juramento de D. Afonso Henriques*, e o *Stado Astrológico* de Bocarro.

O *Juramento* é um documento forjado no cartório de Alcobaça, e representa a fase definitiva da longa evolução que percorreu a Lenda de Ourique. Foi

publicado, pela primeira vez, nos *Diálogos de Vária História* (1597) de Pedro de Mariz e, a seguir, em inúmeros livros, antes e depois da Restauração. O documento descreve pormenorizadamente o encontro de D. Afonso Henriques com um ermitão no campo de Ourique, que lhe assegura, por parte de Deus, a vitória sobre os Mouros com estas palavras:

*«Senhor, estai de bom ânimo! Vencereis, vencereis, e não sereis vencido. Sois amado de Deus, porque pôs sobre vós e sobre vossa descendência os olhos da misericórdia até a décima sexta geração, na qual se atenuará a mesma descendência, mas nela atenuada tornará a pôr os olhos»*<sup>39</sup>.

Este texto suscitou, nos anos que se seguiram à Aclamação, uma polémica acirrada entre os sebastianistas e os joanistas. Cada uma das duas facções fazia cálculos complicados e, não raro arbitrários para provar que a décima sexta geração não podia ser outra senão D. Sebastião, ou D. João IV.

No dia seguinte, que era a véspera da batalha decisiva com os Mouros, apareceu o próprio Cristo a D. Afonso Henriques, revelando-lhe a grande missão histórica de Portugal:

*«Eu sou o fundador e destruidor dos Reinos e Impérios, e quero em ti e em teus descendentes fundar um Império para Mim, pelo qual meu Nome seja levado às Nações estranhas»*.<sup>40</sup>

Estas palavras foram inúmeras vezes alegadas, mas, por serem muito claras, não chegaram a dividir os espíritos.

O *Stado Astrológico* (1624) de Manuel Bocarro Francês constitui a primeira parte da sua *Anacephaleosis da Monarchia Lusitana*. O opúsculo compõe-se de 131 oitavas, de nenhum valor literário, mas cheias de um patriotismo ventilado com muita retórica e muita erudição. A elas se seguem anotações feitas pelo próprio autor. Fundando-se em dados astrológicos e profecias antigas, Bocarro julga saber que o papel de estabelecer o Império Mundial está reservado a um monarca de Portugal — e não hesita em dedicar a sua obra a Filipe IV de Castela, porque a ele cabe a honra de governar a terra lusitana. O autor diz, no Prefácio:

*«E no primeiro «Anacephaleosis» (que intitulo Stado Astrológico e dedico a Sua Magestade, como o Senbor desta Monarquia) mostro archeologicamente [sic] como em Portugal há-de ser a última e mais poderosa Monarquia do Mundo ...»*<sup>41</sup>.

Bocarro expõe as suas esperanças, de maneira mais explícita, na sua anotação à oitava 84:

*«Vaticínio antigo, que refere Comestor, que um Príncipe de Espanha, que tiver o nome de ferro, há-de ser destruição dos Agarenos. Isto interpretaram alguns por el-Rei D. Fernando o Católico, mas eles dizem que correspondeu (visto não compreender a tal significação) que não era aquele, mas que o havia de ser seu herdeiro. [...] O que confiamos em Deus que fará em nossos tempos seu descendente Felipe».*<sup>42</sup>

E, na anotação à oitava 99, comentando uma profecia de São Metódio, que diz que um grande Rei despertará do sono:

*«O que espero em Deus que há-de agora verificar em Felipe o Terceiro de Portugal, que, imaginando os inimigos que está quase morto, se excitará do sono, para vencer o Mundo»*<sup>43</sup>.

Não há motivos para pormos em dúvida a sinceridade com que Bocarro professa a sua fé no papel messiânico do povo português, mas devemos admitir que ele foi pouco sincero em atribuir o papel de Messias a um rei castelhano, que se tornara rei de Portugal devido a uma contingência histórica, lastimada pelo próprio autor. Prova-o uma publicação posterior de Bocarro, como havemos de ver no capítulo seguinte.

### 3. Reabilitação de D. Sebastião

Neste clima de nacionalismo extremado deu-se uma coisa notável. D. Sebastião, que durante a sua vida nunca fora uma figura muito popular, foi aos poucos reabilitado, apesar de ser o grande responsável pela perda da independência. Não só reabilitado, mas até mitificado. Durante a sua vida não conseguira realizar o seu grande sonho de se ver coroado Imperador da África. Depois da sua morte, a imaginação do povo metamorfoseou-o no Monarca mítico de um Império não menos mítico.

Era, sem dúvida, inegável que o último representante da Casa de Avis fora altivo e teimoso (em não querer casar-se, por exemplo), e que fora imprudente em levar a nação portuguesa às terras de Marrocos. Considerando-se bem as coisas, no entanto, não faltava certa grandeza à sua aventura africana. Ele era um herói para quem só contava a honra da cristandade e não motivos de ordem mesquinamente utilitarista: *un chevalier sans peur et sans reproche*. A uma grande força física, aliava a sobriedade, a castidade, a piedade e a ascese —, virtudes que quadravam perfeitamente com o retrato do Encoberto. Com efeito, D. Sebastião era o Encoberto: encobrindo a sua identidade, andava pelos desertos, visitava os lugares santos ou vivia numa ilha misteriosa, donde havia de sair um dia, purificado pelo sofrimento e pela penitência. Assim foi nascendo a imagem de um D. Sebastião idealizado, pelo que podia tanto ser o herói de um romance de cavalaria, como a figura de uma hagiografia.

Já nos primeiros dias da sua vida, D. Sebastião viera acompanhado de casos espantosos e milagrosos:

*«Nasceu o sereníssimo Príncipe D. Sebastião de muito gloriosa memória este ano de 1554 em 20 de Janeiro à meia-noite, e depois de nascido e deitado em um berço, acompanhado dos senhores daquela monarquia e Casa del-Rei seu Avó, subitamente se viu uma cobra enroscada ao pé do berço em que jazia o Príncipe. Visto isso, acudiram alguns dos que na casa estavam, e o primeiro foi um moço da câmara, natural de Torres Vedras, e matando a cobra com um pau, a lançou da janela abaixo, e com ir morta se não pôde nunca achar em todo o terreiro do Paço, fazendo-se*

*depois diligências por ela. Visto o caso, se mandou chamar um astrólogo, o qual, olhando o Menino, disse. «Valha-me Deus, que por este Menino se há-de revolver o mundo todo!»*<sup>44</sup>

Quanto às suas forças físicas, comunica-nos um autor setecentista, baseando-se em dados do século anterior:

*«No temporal, era este Rei mui grande homem de cavalos, em todo o exercício de cavalaria, e tanto que excedia nela a todos de seu tempo, assim na destreza e arte com que se punha a cavalo, como na ciência com que o governava. Na caça era fragueiro, mas não matador em seu exercício; gostava muito de altanaria, por ser mui própria de príncipes; porém a das feras lhe agradava mais, pela semelhança que tinha com a guerra; montava porcos e veados à lança com admirável destreza e ligeireza. Tinha tanta força que fazia gemer um cavalo, se o queria apertar. Cortava de um golpe duas tochas de quatro pavios. Ainda sendo de pouca idade, levantava com uma mão dous e três homens juntos...»*<sup>45</sup>

Outro sebastianista exalta-lhe as virtudes cristãs: a sua obediência ao Papa, a sua castidade que sempre guardou «na flor da sua idade, entre as licenças do poder», o seu zelo em assistir à missa todos os dias, confessar-se cada semana e em rezar o divino ofício. Em prova da sua justiça e misericórdia, aduz este caso:

*«Corria, em uma quinta-feira de Endoenças à noite, as igrejas com a devoção que costumam os Reis de Portugal, quando se lhe pôs diante de seus olhos uma*

*mulher e lhe disse: «Senhor, pela morte e paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo, cuja memória celebramos hoje, lhe peço a Vossa Alteza me solte meu marido, que está condenado às galés, por ser culpado em uma morte!» Via-se o Rei por uma parte apertado pela paixão de Cristo, de que era devotíssimo, e pela outra, obrigado da observância da justiça, e não sabia o que fizesse. Resolveu-se a deferir e demorar o despacho para depois da festa. Instou a mulher, descobrindo-se (que era igualmente moça e formosa) e lhe disse: «Senhor, peço a Vossa Alteza que considere o perigo que corre de honestidade esta cara, com extrema pobreza, ausente de seu marido, nesta idade e, o que é mais, morando em Lisboa». Respondeu-lhe o Rei: «Tendes muita razão», e mandou logo que da primeira casa lhe trouxessem pena e tinta, e à luz de uma vela, que os meninos costumam pôr nos sepulcros que fazem pelas portas, mandou que naquela mesma hora e noite se soltasse o marido e se entregasse logo à sua mulher; e ao outro dia mandou chamar as partes ofendidas e as compôs generosamente de sua fazenda»<sup>46</sup>.*

O Padre António de Vasconcelos resume em 1621 as sublimes qualidades de D. Sebastião numa frase latina, cuja tradução portuguesa poderia ser esta:

*«Este foi (digo-o francamente) de todos os reis já enxergados pelo Sol de longe o melhor, o mais piedoso, o mais justo, o mais querido e, moral e fisicamente, o mais excelente que o Céu mostrou à Terra, mas, infelizmente, só por pouco tempo»<sup>47</sup>.*

Quanto à derrota do jovem monarca nos campos africanos, os sebastianistas viam-na profetizada num texto atribuído a Frei Afonso Cavaleiro, mas provavelmente forjado na época dos Filipes:

*«Passará à África duas vezes: na primeira fará guerra de zombaria; na segunda, ãa temeridade por mau conselho, e se perderá; mas irá a terceira, e destruirá a seita de Mafoma»*<sup>48</sup>.

Os encómios que os sebastianistas dirigiam com tanta profusão ao seu Herói idolatrado não era do agrado de todos os Portugueses. Um deles, que escrevia no reinado de D. Pedro II, achava a predilecção por D. Sebastião uma escolha estúpida e mulheril:

*«Se a estes homens lhe dera esta contínua de desenho e amor para com D. Afonso I, um D. Pedro I, D. João II, D. Manuel, D. João III, fora um delírio desculpável, mas fizeram uma escolha de mulheres, que em tudo escolhem sempre o pior; é caso a que não pode alcançar o juízo, nem suportar a paciência. Foi costume sempre, antigo e moderno, de todos os homens julgarem por bons ou maus aos reis conforme os bens ou males que fizeram. Se discorrermos pelas histórias dos nossos e pusermos em um fiel balança, de uma parte, os males de que el Rei D. Sebastião foi causa nestes Reinos e, de outra parte, todos quantos males os demais reis obraram, veremos que pesa muito mais a balança de el-Rei D. Sebastião que a outra...»*<sup>49</sup>

#### 4. *D. João de Castro*

Depois de 1600 muitos sebastianistas tinham a firme convicção de que o seu herói aparecera em Veneza. O principal responsável pela crença foi D. João de Castro.

D. João de Castro era filho bastardo de D. Álvaro de Castro e, portanto, neto do grande vice-rei da Índia. Era um homem austero, melancólico, introvertido e inflexível nas suas opiniões. Tomara em 1580 o partido de D. António, participara na batalha de Alcântara, refugiou-se com o Prior do Crato no estrangeiro, e com ele se indispôs, acabando por estabelecer-se definitivamente em Paris, onde faleceu com 73 anos de idade em 1623.

Já antes de Alcântara, ele possuía uma cópia das trovas do Bandarra, mas, apesar de as saber quase de cor, não as entendia. Perdeu o exemplar na batalha, e, durante algum tempo, não se lembrou mais das profecias do sapateiro. Mas em 1587 tomou conhecimento de várias profecias estrangeiras e nacionais, que agora julgava entender muito bem, chegando à conclusão de que o Encoberto não podia ser outro senão D. Sebastião. Treze anos depois estava em Veneza, onde, com alguns correligionários portugueses, teve um encontro nocturno com Marco Túlio Catizzone, que acabava de ser libertado do cárcere. Ao pequeno grupo, que nada desejava mais que a realização do seu sonho, não custou muito reconhecer no impostor a pessoa de D. Sebastião. O encontro foi decisivo para D. João de Castro. Resolveu dedicar todo o seu tempo e todos os seus talentos ao serviço do pobre rei português, que estava a ser ludibriado pelos

Castelhanos. E devemos dizer que cumpriu a sua palavra até ao fim da vida.

Marco Túlio saiu no dia seguinte de Veneza, acompanhado de um frade dominicano, para se dirigir a Florença. Uma vez chegado aí, foi preso de novo e entregue aos Castelhanos, que o condenaram às galés e, finalmente, o enforcaram em San Lúcar (23 de Setembro de 1603). D. João de Castro via nessa execução um «estratagema» de rei Filipe III. O verdadeiro executado não seria D. Sebastião, que de maneira misteriosa se sumira, mas o impostor Marco Túlio Catizzone. O Encoberto vivia ainda, tendo-se refugiado na Índia Oriental, onde não tardaria a manifestar-se aos seus Portugueses<sup>50</sup>, ou então, detinha-se em qualquer lugar remoto, que o autor não podia (ou não queria) dizer<sup>51</sup>. D. João de Castro perseverou nesta crença durante toda a sua longa vida.

O autor deixou, além de várias obras inéditas, dois livros impressos, ambos publicados em Paris. O primeiro é o *Discurso da Vida do sempre bem-vindo e aparecido Rei Dom Sebastião, Nosso Senhor, o Encuberto, des do seu nascimento té o presente* (1602), que é sobretudo interessante como fonte da história do quarto e último Pseudo-Sebastião. O segundo é *Paráfrase e Concordância de algũas Profecias de Bandarra, sapateiro de Trancoso* (1603). Nesta obra o autor edita e comenta, além das 16 quadras dedicatórias, 65 das 159 trovas publicadas na edição de Nantes, e ainda três trovas que nesta se não encontram. O autor tem o cuidado de registar diversas variantes do texto do Bandarra, prova da sua probidade intelectual; mas, infelizmente, são muito arbitrários os critérios que ele adopta para se decidir por uma determinada lição.

Diferentemente do que se poderia esperar, D. João de Castro não é muito profuso em elogiar, neste livro, as profecias rimadas do Bandarra: a sua grande preocupação é defendê-las de zombadores e incrédulos. Mas em outros escritos, que continuam inéditos, dá mostras da sua grande admiração pelo profeta e pelas trovas. Assim lemos no seu tratado *Da Quinta e Última Monarquia futura*:

*«O principal de todos que mais profetizou, deixando suas profecias em escrito, foi um homem de baixa sorte, sapateiro de Trancoso, vila de Portugal, ensinando-nos Deus por estas suas eleições quanto se lembra de pequenos para confusão do costume do mundo, não se desprezando por tais meios manifestar-lhes suas grandezas, como se ele corre e despreza crer-lhe por esses tais. Floresceu haverá 50 ou 60 anos pouco mais ou menos, deixando grandes mistérios profetizados, a que todos comumente chamam as Trovas do Bandarra, por esta ser a sua alcunha e ele profetizar em certo género de verso português, que propriamente se chama trova. Não sabia ler nem escrever, o qual compôs estas trovas tão bem feitas em seu género que nenhum famoso poeta português, querendo meter noutros algumas profecias sagradas ou quaisquer, se lhe pudera na perfeição delas igualar, porque não tem palavra que sobeje, nem fora de seu lugar, ou consoante que se sinta, sendo mui fáceis e correntes de mui excelente linguagem, mui cortesãmente dita, ornada de mil figuras de eloquência, sendo a parte donde era e onde morava das mais impolidas do Reino para se bem falar, de modo que em semelhante sujeito e metro só o Espírito que por ele as faz, e não outrem as poderá quando quizer fazer»<sup>52</sup>.*

E em outro tratado com o título *Novas Flores* (1607-1608) o autor comunica o imenso valor que as trovas representam para ele, dizendo:

*«Enfim, não posso negar quanto me arrebatam as profecias de Bandarra, todas as horas que mas representa a memória, ou as ouço repetir a algum pio e zeloso. Elas me enchem de alegria sobrenatural: amostram-me sucessos inestimáveis, comunicam-me o gostosíssimo porvir como presente. Vejo nelas a vivo a traça perfeitíssima da obra: os segredos escondidos do Eterno, os mistérios alumiados pela Lei do Altíssimo, um triunfo finalmente do Senhor Jesus em seus membros, qual nunca houve nas monarquias da terra, e o qual jamais tão visivelmente, depois de Deus e Homem, se mostrou tal triunfador»<sup>53</sup>.*

Não há nenhum autor português que tenha manifestado em termos tão exuberantes a sua veneração religiosa pela obra do sapateiro de Trancoso.

Não pretendo resumir nestas páginas a *Paráfrase* de D. João de Castro: um resumo da obra chegaria a ocupar muito espaço, e não poderia deixar de repetir muitas coisas já ditas. Antes quero relevar dois ou três trechos que me parecem característicos do autor, da sua ideologia e da sua maneira de escrever.

Entre todos os sebastianistas portugueses, D. João de Castro é o mais influenciado pelo joaquimismo posterior. Assim não é de admirar que figurem na obra algumas referências à colaboração do Encoberto com o «Pastor Angélico». Um destes trechos reza assim:

*«No tempo em que el-rei D. Sebastião há-de empreender a Conquista, há-de haver um santíssimo Pontífice, chamado d'alcunha nas profecias «o Papa Angélico», o qual, de mandado de Deus e em seu nome, há-de entregar (segundo está profetizado) a bandeira real a el-Rei Nosso Senhor. [...] O Papa Angélico de que falámos acima é um santíssimo personagem [...] prevalecerá no braço de Deus, cuja Casa admiravelmente e com mui doçura reformará; reduzirá a ela os desviados, fundará a memorável Liga, e evangelizará pelo Universo com grande resplendor de milagres. Na coroação do Emperador D. Sebastião Nosso Senhor o coroará com coroa de espinhos, por ele não querer que seja com a d'ouro, senão com a tal, por reverência e memória de Cristo, pedindo isto mui afincadamente a Sua Santidade, que, por condescender com seu santo zelo e humildade, lhe otorgará»<sup>54</sup>.*

Bandarra fala nas trovas 109-128 do feliz regresso das dez tribos perdidas de Israel —, episódio que António Vieira em 1659 citará por completo e comentará largamente<sup>55</sup>. D. João de Castro, inimigo implacável dos judeus, passa-o em silêncio. Comenta, porém, outro episódio (trovas 82-85), em que dois judeus, Dão e Fraim, pedem a Fernando (=o Encoberto) o obséquo de os apresentar ao Pastor-Mor, oferecendo-lhe ricos presentes. Sem dúvida, Bandarra quis dizer que os judeus regressados se apresentavam ao Encoberto como desejosos de o ajudar na construção do Império Cristão. D. João de Castro, porém, vê nesta oferta uma tentativa de vil suborno, dizendo:

«Estes judeus vêm cometer partidos <sup>56</sup> com enganos e corrupção de dádivas, o que hão-de fazer tanto que el-Rei D. Sebastião empreender as suas conquistas. E nas palavras que dizem «Se no-las quiser tomar» mostra o Espírito como elas, pola opinião que terão del-Rei, desconfiarão de lhas aceitar. Nem sem causa são marcados aqui, como aviso de suma importância para o porvir. Os quais com peitas corromperão muitos dos membros, e retardarão d'algũa maneira com suas riquezas o felice curso do tempo, sem jamais o poderem de todo impedir, por mais que farão té o último de potência contra a glória de Cristo e ventura del-Rei D. Sebastião, sobre que despenderão de balde muitas enfundas riquezas. A tribulação em que por sua incredulidade todos os judeus e apóstatas deles cairão nos nossos tempos será a maior das passadas da Lei Velha, e a segunda após a de Tito e Romanos, porque será em todo o mundo universal, ficando todos debaixo da cristandade com santíssima e justíssima policia, sendo para eles no princípio duríssimo jugo verem-se ficar debaixo da Cabeça Portuguesa e de Portugueses, como será el-Rei Nosso Senhor, e per comprida continuação de seus sucessores descendentes. Durará sua tribulação longuíssimos anos té a vinda do Anticristo, que inda está mui longe, no qual fartarão sua incredulidade e consumirão seu pecado ...» <sup>57</sup>

São palavras impiedosas, injuriosas e, no fundo, pouco cristãs, que D. João de Castro — e, infelizmente, ele não era o único — julgava poder permitir-se em relação aos judeus.

O autor consagra o capítulo final aos insultos e humilhações que o seu amado rei sofre em San Lúcar,

vítima da crueldade dos Castelhanos. Mas todas essas provações só servem para preparar a grande obra que Deus quer realizar por meio do seu Servo eleito:

*«Procede Deus tão devagar nas cousas grandes que quer bem fundar, que não há entendimento humano que no estilo delas tome pé. Podendo criar o mundo num instante, deteve-se nele seis dias. Querendo-o povoar todo, não fez mais que um homem e ãa mulher. [...] Desta mesma maneira vai procedendo com el-Rei D. Sebastião Nosso Senhor, como quem quer fazer algũa cousa das suas nomeadas. [...] Não quero chorar el-Rei nem lamentá-lo neste lugar, pois vejo neste procedimento divino que, ainda que ele seja hoje um único e real exemplo de tribulação, não é nada tudo quanto tem sofrido em comparação da glória que quer Deus nele revelar...»*<sup>58</sup>

Espero ter dado, nos textos transcritos, alguma ideia da personalidade de D. João de Castro: a sua austeridade, o seu fanatismo, a sua teimosia e, também, a sua pouca habilidade de escritor. Contudo, ele é uma figura importante para a história do sebastianismo. Foi ele que lhe deu as feições características que haviam de marcar a seita durante mais de dois séculos. Foi ele também que abriu a fileira dos comentadores eruditos do Bandarra, contribuindo muito para que as trovas do sapateiro viessem a ser a Bíblia dos messianistas portugueses.

## V / A RESTAURAÇÃO E O JOANISMO

Durante o governo de Filipe IV (1621-1665), ou melhor, do seu valido, o Duque de Olivares, Portugal foi sendo cada vez mais tratado como uma província espanhola: aumento dos impostos, imposição do serviço militar, chamada dos líderes nacionais para Castela, etc. O que agravou a situação foi a circunstância de os Holandeses, já desde o fim do século anterior, arrastarem Portugal na sua luta contra Espanha, tomando aos Portugueses a parte mais rendosa das Índias Orientais e estabelecendo-se em Pernambuco, onde, sobretudo no governo do competente e enérgico João Maurício de Nassau (1638-1644), constituíram uma séria ameaça para o domínio português no Brasil. Só uma circunstância era favorável aos Portugueses: a monarquia espanhola estava muito enfraquecida e em pé de guerra com quase todas as potências da Europa, sofrendo derrota após derrota, tanto na terra como no mar.

Foi no reinado de Filipe IV que as esperanças da redenção nacional começaram a concretizar-se na figura do Duque D. João de Bragança, senhor do mais vasto território na Península e aparentado à extinta Casa de Avis. As esperanças manifestaram-se abertamente nas

Alterações de Évora (1637), devendo cumprir-se na Aclamação de Dezembro de 1640.

### 1. *Manuel Bocarro*

O primeiro a manifestar-se neste sentido foi Manuel Bocarro Francês (1588-1662). Já o encontramos no capítulo anterior como autor do *Stado Astrológico* (1624), em que se prometia a monarquia mundial a Filipe IV. Em 1626 agentes de Castela acharam o manuscrito da quarta parte do seu poema heróico, à qual ele dera o título de *Stado Heróico*. Neste opúsculo, igualmente composto de oitavas, o autor saudava Teodósio, o então Duque de Bragança, como o restaurador de Portugal. Este, porém, declina o escudo que lhe é oferecido por uma ninfa, mas aceita-o o seu filho D. João, que, de facto, uns catorze anos depois, havia de ser aclamado rei de Portugal. Alegamos quatro oitavas deste poema, não por causa do seu valor poético (que é exíguo), mas por causa da sua mensagem profética.

A ninfa dirige-se a D. Teodósio com estas palavras:

*«Recebe, ó Duque régio, o forte escudo,  
do consorte de Vénus fabricado,  
no qual tem, com pincel, não baixo estudo,  
de teus Avós o Império dilatado.  
Qual o forte Abantiades<sup>59</sup>, que tudo  
c'ò de Palas vencia, o pátrio Estado  
tu podes restaurar, Duque famoso,  
com este e com teu ânimo orgulhoso»<sup>60</sup>.*

Mas o Duque, temendo não poder contar com o apoio do povo, não quer aceitar a honra:

*«Fala a bela ninfa, e oferecendo  
ao Duque Sereníssimo o escudo,  
não quis nunca aceitá-lo, conhecendo  
o Reino em seu louvor e glória mudo.  
«Não quero», respondia, «nem pretendo  
dos impérios grandeza, porque tudo  
do Luso e Monarquia declinada  
(culpa do Fado iníquo) estimo em nada».*

Ao lado de D. Teodósio está sentado seu filho D. João, em cuja cabeça se vê uma chama que lhe não queima os cabelos <sup>61</sup>, sinal de que ele será o futuro Restaurador:

*«A ninfa, alvoroçada, lhe apresenta  
o Reino em seu escudo debuxado.  
O soberano Príncipe o sustenta,  
em seu braço fatal dependurado.  
Cessar fez logo a mísera tormenta  
e da pátria fiel o adverso fado.  
Amor é tudo já, tudo é bonança  
com esta dos Lusos única esperança.  
Eu o vi, Lusitanos, não me engano:  
já temos ao Monarca descoberto.  
Avisaras me dai do soberano  
bem, que aqui vos descubro, firme acerto.  
Eis restaurado o Reino Lusitano!  
O tempo já se acelera, breve e perto,  
se bem já se acumulam mil perigos,  
porque potentes tem seus inimigos».*

O material apreendido custou algumas semanas de prisão ao pobre poeta, da qual se viu livre graças à intersecção de um amigo influente. Como se sentisse pouco seguro em Portugal, resolveu-se a emigrar. Depois de uma estadia de alguns anos em Roma, fixou a sua residência em Hamburgo, onde demorou por quase trinta anos e — estranhamente — serviu a causa espanhola. Por volta de 1655 regressou a Itália, estabelecendo-se em Livorno e dando novas mostras do seu messianismo lusitano. Chamado para atender a enferma Duquesa Strozzi, faleceu em caminho de Florença (1672).

Bocarro é uma figura cheia de contradições que nos parecem irreconciliáveis: cristianismo, judaísmo, sebastianismo lusitano, serviço da causa castelhana, etc. Apesar de dispormos de alguns trabalhos que lhe são consagrados <sup>62</sup>, ainda nos falta um estudo que esclareça as diversas fases da sua evolução mental.

## 2. *Bandarra, o profeta da Restauração*

Aproximava-se o fim do ano de 1640, e as trovas do Bandarra passavam a ser interpretadas cada vez mais em sentido brigantino. Eram sobretudo as estrofes 87 e 88 que chamavam a atenção dos conjurados e do público em geral:

*Já o tempo desejado  
é chegado,  
segundo o firmal assenta.  
Já se cerram os corenta,*

*que se ementa  
por um Doutor já passado.  
O Rei novo é alevantado,  
já dá brado,  
já assoma a sua bandeira  
contra a Grifa parideira,  
lagomeira,  
que tais prados tem gostado.*

*Saia, saia esse Infante,  
bem andante,  
O seu nome é Dom JOÃO!*

É verdade que D. João de Castro, no seu comentário de 1603, em vez de «corenta», lera «oitenta» ou «noventa», e em vez de «Dom João», defendera a lição «Dom Foão». Mas as novas lições, além de confirmadas por algumas (muitas?) cópias, tinham a grande vantagem de quadrar perfeitamente com as aspirações da nova geração. No dia 1 de Dezembro de 1640, data da Aclamação, «já se cerravam os corenta», e o novo rei levantado chamava-se «Dom João», nome muito mais apropriado ao Pai da Independência do que a designação inexpressiva «Dom Foão». Havia mais: o novo Rei levantou logo as bandeiras nacionais contra a «Grifa parideira», termo muito apropriado para indicar a Casa de Habsburgo, que era um monstro crescido desmedidamente por causa dos casamentos proveitosos que costumava contrair. Também o epíteto «lagomeira» tinha um profundo significado, porque Castela, semelhante a uma «vaca lagomeira», não se contentava com o pasto próprio, mas andava por pastos alheios, entre eles, pelo Reino de Portugal. Bandarra não só

predissera a Aclamação, mas dera também alguns pormenores notáveis, que só lhe podiam ser ditados pelo Espírito.

O frade agostiniano Frei Filipe Moreira, pregando a 2 de Fevereiro de 1641 em Coimbra, por ocasião das festas académicas em honra de D. João IV, diz:

*«Ajuntavam-se dous Portugueses velhos com as barbas pela cinta, e banhando-as em lágrimas quais Simeões que esperavam a redenção do Reino e, pera consolação das lágrimas que choravam, tiravam do seio, ou [=ou, melhor] do coração, uns papelinhos rotos e se punham a judaizar [= interpretar] nas esperanças que neles se prometiam. E apesar de quantas contradições ou zombarias que delas faziam os presumidos de milhor entender, criam e esperavam como Abraão, e contra toda a natural razão de esperar. «Aqui está», diziam, «aqui está o tempo designado de nosso resgate: Antes que cerrem quarenta, aqui está o nome do Libertador: O seu nome é Dom Foão».*

*Foão liam eles, João houveram de ler. Saiu-lhe o nome mais expresso do que esperavam, senão é que aquela risquinha se deu profeticamente à primeira letra do nome para disfarçar o mistério e solicitar afeições. Mas que profecias são estas? Certo que o não saberei dizer. Porém o que se vê é que os sucessos vistos parece que as canonizam e as declaram, e o Espírito que as conservou tantos anos naqueles papelinhos, as poderia ditar»<sup>63</sup>.*

Assim Bandarra ficou incluído no rol dos profetas que tinham profetizado a Restauração e as futuras glórias de Portugal, vendo-se na boa companhia de um

São Bernardo, São Francisco e São Frei Gil, com a qual, durante toda a sua vida, o pobre sapateiro nunca pudera sonhar. O país restaurado enlevava-se no bandarrismo joanista, do qual António Vieira se fez o grande porta-voz. Porta-voz, mas não inventor. A nova interpretação das trovas já existia, quando Vieira, na Primavera de 1641, regressou à metrópole. O entusiasmo pelo Bandarra era geral, e havia de prolongar-se por mais de um decénio. O nome do Bandarra ressoava em sermões e poemas; as suas profecias eram citadas — em Português, em Castelhana e até em Latim — em obras de propaganda, em tratados jurídicos e até mesmo em petições oficiais dirigidas à Santa Sé. Não havia inquisidor que se achesse a fazer frente à veneração quase religiosa pelo sapateiro de Trancoso. Temos motivos para crer que também os Inquisidores, nos primeiros anos da Restauração, compartilhavam o entusiasmo do grande público.

D. Álvaro de Abranches, o governador das armas na província da Beira, ergueu em 1641 um rico túmulo de pedra lavrada na igreja paroquial de São Pedro de Trancoso para Bandarra «que profetizou a Restauração deste Reino, e que havia de ser no ano de 640». No aniversário da Aclamação foi exposta no altar-mor da Sé de Lisboa uma imagem que devia passar por representação do sapateiro. Alguns anos depois, D. João IV deu uma capela de muito boa renda a Miguel Dias, um dos descendentes do Bandarra.

Mas ainda não existia uma edição completa das *Trovas*. O livro publicado por D. João de Castro em Paris (1603) continha apenas uma parte das profecias, explicadas em sentido sebastianista, agora obsoleto. Urgia apresentar ao público uma edição de todas as

trovas em que se frisasse a actualidade dos versos proféticos. A edição saiu em Nantes (1644) sob o patrocínio do Conde da Vidigueira, que era então Embaixador de D. João IV em Paris.

### 3. *Três tratados joanistas*

Segue-se aqui a breve descrição de três tratados joanistas que datam do primeiro decénio da Restauração. O mais famoso de todos os escritos joanistas é a carta *Esperanças de Portugal*, mas, como esta foi redigida só em 1659, deixo-a para o capítulo seguinte.

Dos três o mais conhecido é *Restauração de Portugal Prodigiosa* <sup>64</sup>, que saiu em duas partes (1643/44). A página de rosto traz como nome de autor D. Gregório de Almeida, mas alguns epigramas latinos, que introduzem o livro ao público, dão a entender que este nome é pseudónimo. Já os contemporâneos divergiam entre si na identificação do autor, apontando alguns o jesuíta João de Vasconcelos (1592-1661), e outros o jesuíta Manuel de Escobar (1587-1652). A primeira hipótese parece-me mais verosímil.

O livro regista e comenta as numerosas profecias que se cumpriram na aclamação de D. João IV, e descreve os não menos numerosos prodígios que se deram pouco antes e depois do grande acontecimento. Não promete a D. João IV a monarquia mundial, mas essa omissão pode ser um estratagema do autor: as maravilhas do passado justificam esperanças enormes para o futuro.

Algum espírito crítico poderia perguntar: Com que razão aplica o autor tantas profecias à história de Portugal? Ele desfaz a dúvida, dizendo <sup>65</sup>:

*«Quiçá, tinha mais cuidado a Divina Providência dos Alexandres, dos Darios, dos Antíocos e dos Augustos, tiranos universais e pestes do mundo, que dos Afonsos, dos Sanchos, dos Manuéis, dos Joões e dos mais reis lusitanos, tão católicos, tão pios e tão santos?»*

O autor consagra uns trinta capítulos às profecias referentes à Restauração. Entre as da Bíblia, presta muita atenção ao sonho de Esdras, que viu sair um Leão de um bosque —, alusão evidente a D. João que saiu do bosque da Tapada de Vila Viçosa. Também comenta minuciosamente «a décima sexta geração atenuada, em que Deus porá os olhos», chegando à conclusão de que, em boa conta, a décima sexta geração não pode ser outra pessoa senão o Duque de Bragança, apresentando aos seus leitores, em prova da sua conclusão, não menos de três listas genealógicas. Depois alega os vaticínios de São Francisco, São Bernardo, São Tomé, São Frei Gil, Simão Gomes e, naturalmente, Bandarra, explicando-os em sentido joanista e polemizando com os eventuais adversários da sua tese.

Ao tratar dos prodígios, o autor transfere-se a um país de maravilhas, em que os portentos fazem parte da vida quotidiana. Fenómenos celestes, vozes misteriosas, súbitas iluminações de doidos, gritos espontâneos de crianças e mudos. Entre os prodígios desta última categoria menciono aqui dois casos. Um refere-se a um menino em Coimbra:

*«... uma criança, que não falava, nem falou depois disso, estando nos braços de sua mãe, dissera em voz clara e inteligível: «Viva El-Rei D. João IV!»<sup>66</sup>*

Em Milhão deu-se caso semelhante:

*«Em um lugar do bispado de Miranda, a que chamam Milhão, das prebendas da mesma Sé, há um menino, o qual, sendo já de seis anos, nunca falou; porém, em véspera de Reis de 1641 o ouviram dizer: «Viva el-Rei João», sem poder pronunciar alguma outra palavra mais, e ainda hoje, repetindo as mesmas: «Viva el-Rei João», não articula outras<sup>67</sup>.*

Já desde os tempos de Aljubarrota<sup>68</sup>, Portugal estava acostumado a ouvir sair da boca de crianças o louvor do rei nacional, mas na época da Restauração também as pedras lhes juntavam a voz:

*«No Verão de 1637, em que Évora se levantou, aos 31 de Agosto, com Alentejo e muita outra parte do Reino, andava Portugal buscando Rei para o aclamar e se ver livre da sujeição de Castela; neste tempo apareceram nas praias de Sesimbra, costa do mar, 13 ou 14 seixos, quais costumam ser os do mar, pequenos e ovados; tinham de relevo esta palavra: O DUQUE, conforme os testemunhos...»<sup>69</sup>*

A própria Aclamação foi notável por causa das inúmeras maravilhas que a acompanharam. Prodigiosa foi a rápida entrega do Castelo de São Jorge. Não menos portentosa foi a quase unânime adesão de todas as

províncias continentais e ultramarinas. Mas o caso mais notável foi o milagre do Crucifixo no dia da Aclamação:

*«Saindo o Arcebispo da Sé, na manhã do sábado, com os cônegos, fidalgos e inumerável gente, que se ajuntou em um momento, levava diante um clérigo a cruz arceiepiscopal. Chegando junto da porta da Igreja de Santo António, lhe pediram algumas pessoas lançasse a benção. Ele, pondo os olhos no Crucifixo, lhe pediu quisesse abençoar aquele povo. Dizem algumas pessoas que então despregou o Santo Crucifixo a mão direita, que tinha pregada na Cruz. Porém, o que todos viram, olhando para o Senhor neste passo, foi que a mão direita estava despregada e com o braço a alguma distância da Cruz, do que dantes ninguém dera fé, sabendo-se que da Sé saíram pregadas ambas com tarraças»<sup>70</sup>.*

Este milagre entrou em inúmeros poemas, sermões e tratados da Restauração, e até mesmo no livro do severo Conde da Ericeira.

Outro livro, menos maravilhoso, mas contendo também diversas alusões às profecias estrangeiras e nacionais, é o *Discurso Gratulatório* (Lisboa, 1642) do monge alcobacense Frei Francisco Brandão, o futuro redactor da quinta e da sexta parte da *Monarquia Lusitana*. No *Discurso* entram, como era de esperar, os documentos apócrifos forjados no cartório de Alcobaça, tais como, o «Juramento», a Carta Feudatária e as Actas das Cortes de Lamego. O autor não menciona as trovas do Bandarra, mas refere as profecias atribuídas a São Francisco e à Rainha Santa sobre a perpetuidade do Reino de Portugal. Sem ser messianista no sentido estrito da palavra, nutre grandes esperanças de que o

novo Rei destruirá o Império Otomano, baseando-as nos presságios do filólogo-filósofo Justo Lípsio <sup>71</sup> e do cronologista florentino Girolamo Vecchietti, autor da obra *De Anno Primitivo ab Exordio Mundi [...] et de Sacrorum Temporum Ratione* (Augsburgo, 1621). Esta segunda obra merece um breve comentário da nossa parte.

*De Anno Primitivo* é uma das obras mais extravagantes que saíram do prelo no século XVII: extravagante pelas dimensões enormes do livro, e extravagante também pelas pretensões cronológicas do autor, que, sem hesitar, equipara o dia 13 de Maio do ano 1621 da era cristã ao 2.035.400º dia da era mundial. Com a mesma precisão que exibia em marcar as datas do passado, o Florentino profetizava também que em 1644 um rei da parte marítima de Espanha havia de conquistar a Terra Santa. Tendo em vista esta profecia, Frei Francisco Brandão diz: (p. 138-139):

*«Jerónimo Vecchieto [sic] nos tem, de vinte anos a esta parte, entretidos com as esperanças de que até o ano de 1644, pelo valor e zelo de um Rei de Espanha, da parte mais ocidental e marítima dela, que conforme a isto é o nosso Portugal, se terá executada a empresa da Terra Santa. A este fim declara Vecchieto a figura do Anjo do Apocalipse [10, 2] que com um pé no mar e outro na terra, com o rosto para o Oriente e outras circunstâncias, lhe deram motivo de pressagiar tanta felicidade. [...] Milagre foi, na estimação de todas as nações, a restituição de V. Majestade. Menos impossível fica agora executar-se esta promessa de Vecchieto, maiormente, vendo unidas a V. Majestade as armas del-Rei Cristianíssimo, e empenhada a nobreza de*

*França, em cujo valor anda como hereditária aquela conquista.»*

Finalmente, uma breve notícia sobre o livro *Ressurreição de Portugal, e Morte Fatal de Castela* (Nantes, 1645) do dominicano Frei Manuel Homem. O autor acompanhou em 1644 o Marquês de Cascais na sua viagem a Paris, publicando dela dois relatos (1644-45). Julgo muito provável que ele fosse o organizador e prefaciador da primeira edição completa das *Trovas* do Bandarra.

Frei Manuel é messianista declarado: está à espera do Império Mundial, cujo titular será D. João IV. Em prova da sua tese, aduz diversas profecias das quais só uma pequena parte coincide com as alegadas por Gregório de Almeida. Como bom dominicano, não segue servilmente o trilho dos jesuítas, mas descobre outros caminhos que o devem levar ao mesmo fim. Como o título da sua obra indica, anuncia-se nela não só o futuro glorioso de Portugal, mas também a ruína iminente de Castela. O autor não a lamenta, mas considera-a como um castigo merecido do Céu, com que ele, inimigo figadal da monarquia vizinha, plenamente concorda.

A propósito de uma profecia apócrifa de Joaquim de Fiore, diz o autor:

*«Esta hipocrisia [sic] mostraram os Castelhanos mais que em outra parte na conquista das Índias, nas quais, com a capa da religião, roubaram os simples gentios, como escrevem autores seus naturais, fazendo aos pobres Índios tiranias incríveis».*<sup>72</sup>

Em outro capítulo diz que na câmara de Filipe IV de Castela, no ano em que começou a reinar, se achou um papel cheio de avisos, entre os quais estes versos:

*Monarca y Rey poderoso  
la ley y razón me obliga  
a que la verdad os diga.  
Bien veo que mucho ozo.*

*Perdereis vuestra España  
vuestras villas y ciudades.  
Esto, Señor, son verdades:  
quien las dice os desengaña* <sup>73</sup>.

Em outro capítulo ainda, Frei Manuel alega e comenta duas coplas castelhanas, que se encontram também em outros tratados portugueses da época. Estas referem dois factos de mau augúrio que se deram a 13 de Junho de 1601: o sino de Velilla (em Espanha) começou a tanger espontaneamente, e D. Afonso Henriques deu algumas pancadas no seu sepulcro de Santa Cruz:

*Cuentase una maravilla:  
(todo se puede creer)  
que se vió por si tañer  
la campaña de Velilla.*

*También se cuenta otra nueva  
que el primer Rey Portugués  
dió golpes dos veces tres  
alla dentro de sua cueva.* <sup>74</sup>

## VI / SEBASTIANISTAS VERSUS JOANISTAS

Conta-nos Gregório de Almeida que, no dia do juramento de D. João IV, Fernão Cabral, chanceler-mor:

*«... disse para alguns presentes que o devia fazer Sua Magestade com cláusula: «até à vinda de el-Rei D. Sebastião». Todos festejaram o dito. Depois o referiu o monteiro-mor a el-Rei, estando à missa, e Sua Magestade lhe fez muita festa, dizendo que não era necessário explicar esta condição, porque claro estava que, em ele vindo, lhe largaria tudo, acrescentando: «Porque eu não sou tirano que lhe tome o Reino que é seu»<sup>75</sup>.*

A anedota prova que ainda no dia do grande júbilo havia gente que via em D. João IV apenas um precursor do Encoberto, tal como São João Baptista o fora do Messias. Eles não podiam (ou não ousavam) negar que Bandarra profetizara a aclamação do Duque de Bragança, mas eram inabaláveis na sua convicção de que as grandes felicidades prometidas por ele não seriam realizadas por D. João IV, mas por D. Sebastião. Bandarra falara de duas pessoas distintas.

### 1. *A teimosia dos sebastianistas*

As vozes dos sebastianistas ortodoxos ficaram abafadas pelos gritos barulhentos dos joanistas. Ao passo que os sucessos recentes pareciam dar razão a estes, aqueles não estavam dispostos a trocar o seu ídolo de longos anos por uma figura prosaica, como era D. João IV.

Vejamos alguns exemplos dessa «teimosia» sebástica.

O *Jardim Ameno*, cartapácio que já encontrámos num capítulo anterior comenta (f. 55<sup>v</sup>-f. 69<sup>r</sup>) algumas trovas do Bandarra. Neste comentário ocorrem várias alusões à «felice aclamação del-Rei N. S. D. João IV», mas também se lê que, ponderadas bem as coisas, «piamente se entenderá ser o Rei Encuberto el-Rei D. Sebastião» (f. 60<sup>v</sup>). O comentador não se deixa desconcertar por esperanças efémeras, como, aliás, toda a sua compilação de profecias (concluída em 1650) tem tendência nitidamente sebastianista.

O trinitário Frei Sebastião de Paiva escrevia, por volta de 1645 <sup>76</sup>, o *Tratado da Quinta Monarquia e Felicidades de Portugal profetizadas*, uma obra extensa <sup>77</sup> e repleta de citações bíblicas, patrísticas e clássicas; nela, não há quase nenhuma afirmação que não venha acompanhada de uma «autoridade». Na sua «Apóstrofe», dedicada a D. Sebastião, o autor diz que muitos dos seus contemporâneos, impressionados pelo cumprimento de alguns vaticínios em 1640, se fazem desentendidos dos vaticínios que «de Vossa Real Pessoa falam, ou lesongeando o presente [Rei] os interpretam muito contra seu verdadeiro sentido e explicação» [f. 4<sup>r</sup>]. Ao tratar das famosas trovas do Bandarra que predizem a Aclamação, diz o autor (f. 105<sup>r</sup>):

«... em os quais versos, como todos comumente alcançam, [Bandarra] tratou do que em o ano de 640 aconteceu, levantando-se um novo Rei, que antes o não era, e denotando a pouca importância de suas guerras contra os Castelhanos, pois não faz mais que assomar [...] longe à vista a bandeira<sup>78</sup>, cousa que se observará, pois mais se lhe não promete; não choramos, portanto, alguns desestrados casos. Quando pronostica, porém, a vinda do Encoberto, usa de termos muito diferentes, chamando-lhe «Rei de novo acordado», e que do Pontífice há-de ter ajuda, com outras mui diferentes circunstâncias...»

Pouco tempo depois, em todo o caso, antes da morte do Príncipe D. Teodósio (1653), um autor anónimo redigiu o *Discurso sobre a Pessoa de el-Rei prometido a Portugal*<sup>79</sup>. Ele parte do princípio de que profecias antigas e abalizadas prometem um Império Mundial, ao qual Portugal há-de fornecer a Cabeça, na pessoa do Encoberto. As profecias dão numerosos sinais que nos possibilitam individualizar o Encoberto: todos eles convergem na figura de D. Sebastião, que pode viver ainda (este ponto não chega a ser elaborado). Logo, o verdadeiro Encoberto é D. Sebastião, e nenhum outro.

O autor dá doze sinais: o Encoberto será duas vezes dado ao seu povo; o seu nome terá cinco sílabas, começará com a letra S, será de ferro, e nunca usado por nenhum outro monarca; nascerá póstumo no ano de 1554; será varão santo, justo e sábio; será vencido, mas, finalmente, vencerá; será tido por morto, e a sua vinda será inesperada para muitos; irá três vezes à África; sucederá a D. João.

Graças à sua composição esquemática e lógica simplista, este tratado encontrou um largo círculo de leitores. O *Discurso* foi muitas vezes copiado, e vários dos seus sinais entraram em outros tratados.

O último sinal («o Encoberto sucederá a D. João») já não servia depois de 1656, ano da morte de D. João IV, embora voltasse a servir uns cinquenta anos depois, no reinado de D. João V. Como se sabe, os anos da Regência correram extremamente difíceis. Em 1657 Olivença caiu nas mãos dos Castelhanos, perda que causou um grande choque entre os Portugueses; fizeram-se duas tentativas de tomar Badajoz, ambas frustradas; houve crises ministeriais, sérias ameaças militares, detenções de generais e muitos sintomas de desânimo entre a população de Portugal. Apesar da vitória das Linhas de Elvas (1659), a guerra pela independência continuava a arrastar-se, parecendo sem fim. Neste clima de insegurança geral houve uma nova explosão de sebastianismo, ainda favorecida pela proximidade da era dos sessenta.

Bandarra alude algumas vezes à era dos seis, p. ex., nas trovas 100 e 132:

*E nestes seis  
vereis cousas de espantar.  
Aqueles que aos seis chegarem  
terão tudo quanto desejarem.*

Estas e diversas outras profecias congéneres mantinham muita gente ansiosa por ver os grandes acontecimentos prometidos para a década de 60, da qual o ano de 1666 a muitos parecia a data mais crítica, não só em Portugal, como também em outros países da

Europa. Das várias razões que existiam para se ligar valor especial a esta data menciono aqui as duas mais importantes.

Em primeiro lugar, o número da Besta Apocalíptica é 666, sendo, de acordo com o texto sagrado, «número de homem»<sup>80</sup>. Mas como é possível ver em 666 número de homem? A chamada «gematria» (palavra de origem hebraica) é capaz de resolver o problema: consiste na interpretação aritmética de um nome próprio, processo possibilitado pela circunstância de que, nas três línguas sacras (Hebreu, Grego e Latim), os caracteres do alfabeto também eram utilizados para designar números. O exemplo mais conhecido é o de algumas letras maiúsculas do alfabeto latino que também servem de algarismos: I = 1, V = 5, X = 10, etc. Um exemplo (não autêntico) pode esclarecer o método. O nome latino de Lúcio apresenta, no acusativo, a forma *Lucium* (grafado: LVCIVM); o seu «número» será, portanto, 1161. O resultado é óbvio e não admite dúvidas; mas partir de um número para achar o nome certo é processo aleatório; o nome representado pelo número 1161 poderia ser igualmente CVLIMV ou MVLICV, etc.

Fizeram-se muitas tentativas para decifrar o número 666 da Besta Apocalíptica. Na época de Vieira, muitos autores, partindo da forma grega MAOMETIS, interpretavam-no como representativo da «infame seita de Mafoma». Segundo algumas profecias, ela teria a duração de mil anos. Viria, portanto, a ser destruída em 1666. O raciocínio, por mais caprichoso que pareça, satisfazia os desejos e esperanças dos messianistas.

Outro facto notável: em 1666 a festa da Páscoa havia de cair no dia 25 de Abril, festa de São Marcos. Esta data tardia da Páscoa é muito rara, ocorrendo só uma

vez por século (1666, 1734, 1886 e 1943). Existia a crença muito divulgada de que tais anos seriam ou muito nefastos, ou então, extremamente felizes. Os sebastianistas tendiam a optar pela segunda hipótese, ao passo que em outros países da Europa, por exemplo na França e na Alemanha, a crença popular previa calamidades e até o fim do mundo. Transcrevo aqui duas quadras: uma latina (de origem alemã) e outra francesa (anónima), que exprimem os negros pressentimentos do povo:

*Quando Marcus paschabit,  
et Antonius pentecostabit,  
et Johannes Deum adorabit,  
totus mundus «Vae» clamabit.*

*Quand Georges Dieu crucifera,  
que Marc le ressuscitera,  
et que Saint Jean le portera,  
la fin du monde arrivera.*<sup>81</sup>

Para a compreensão das duas quadras, convém lembrar-se que, nesses anos fatais, a Sexta-Feira Santa cai em 23 de Abril (São Jorge); a festa de Ascensão em 13 de Junho (Santo António); Pentecostes em 24 de Junho (São João Baptista).

Em diversos cartapácios dos sebastianistas encontramos versos que exprimem as mesmas coincidências, as quais, porém, em Portugal eram muitas vezes interpretadas como prenúncio de uma grande ventura<sup>82</sup>. Mais abaixo, neste capítulo, o leitor poderá ler um exemplo.

Concluindo esta digressão e voltando ao nosso assunto, podemos dizer que, ao aproximar-se a era fatal de 60, os sebastianistas julgavam ter motivos para acreditar que não tardaria a aparecer o Encoberto. Assim, não é de estranhar que, naqueles anos, desenvolvessem uma grande actividade para confortar os seus correligionários e impugnar os incrédulos e dissidentes. Nunca antes e nunca depois houve tamanha produção de «papéis» sebastianistas. Menciono aqui só quatro deles, sem me deter nos pormenores.

Desta época deve datar o *Tratado em que se mostra e se confirma a esperança da suspirada vinda do Sereníssimo Rei, o Senhor Dom Sebastião*<sup>83</sup>. Existe dele (com título ligeiramente diferente) uma edição impressa (mal feita), publicada nas *Obras Inéditas* (tomo II, Lisboa, 1856) de António Vieira. Quase todos os manuscritos que transmitem o texto deste tratado atribuem-no igualmente ao jesuíta, mas tanto as ideias nele expostas, como o estilo pouco polido desmentem tal autoria. É curioso observarmos que, entre as numerosas profecias alegadas pelo autor, não se encontra nenhuma do Bandarra. Parece-me que a omissão se explica pelo abuso que os joanistas, aos olhos dos sebastianistas ortodoxos, faziam das trovas do sapateiro.

Outro tratado do mesmo período passa igualmente em silêncio as profecias rimadas. O seu título é: *Reino de Portugal, sua Creação e Sucessos, profetizado pelo Céu a Esdras, nos Capítulos 11, 12 e 13 do seu Livro Quarto*<sup>84</sup>. O autor da obra é o frade dominicano Frei João da Cruz, que não se deve confundir com o seu homónimo que foi perseguido por Filipe II. É um tratado erudito e muito sistemático, como se pode esperar de um discípulo de São Tomás, mas, por outro lado, muito prolixo e escrito

num estilo pesado e enfático. Na primeira parte da obra, o autor polemiza com Gregório de Almeida acerca da interpretação do Leão que sai do bosque, mas a sua interpretação deste sonho de Esdras é tão pouco satisfatória como a do jesuíta. Frei João da Cruz espera a aparição do Encoberto para o ano de 1666, mas não sem as devidas reservas.

Em 1659 um autor incógnito escreveu: *Livro das cousas mais notáveis que tenho lido acerca dos [sic] fundamentos que têm os sebastianistas para afirmarem que é vivo e há-de vir o Sereníssimo Rei Dom Sebastião*<sup>85</sup>. Ao contrário do que nos faz esperar o título, o autor não consegue dar nenhum argumento que torne provável a sobrevivência de D. Sebastião, mas funda a sua crença em boatos pouco verificáveis, como este:

*«De todas as armas e vestidos que levou el-Rei [D. Sebastião] consigo se não achou cousa alguma, nem uma só fivela, havendo-se feito por isso as maiores diligências. Só de noite vieram uns homens, que se não deixaram conhecer, entregar em Santa Cruz de Coimbra a espada de el-Rei D. Afonso Henriques, que com promessa de restituição levou el-rei D. Sebastião, testemunhando com isto que quem a mandava ainda estava vivo, pois não fez a restituição por testamento»*<sup>86</sup>.

Quase todo este papel trata das profecias sebásticas e das incomparáveis virtudes e excelências do rei desaparecido. O tratado foi copiado e acrescido de diversos aditamentos em 1729, procedimento muito comum no reinado de D. João V.

Em meio a tantos colecionadores e exegetas de profecias que se exprimiam em prosa havia um

privilegiado a quem sorriam as Musas. Era um certo Inácio de Guevara, pessoa que me é totalmente desconhecida, como o foi também ao omnisciente bibliógrafo Inocêncio Francisco da Silva. Só sabemos que a sua actividade poética se situa por volta de 1660. Deixou-nos um poema heróico, intitulado *Monarquia Lusitana*, obra inédita, mas conservada em diversos manuscritos <sup>87</sup>. À parte alguns poemetos, que constituem a matéria introdutória, a «epopeia sebástica» compõe-se de 202 oitavas, que se repartem por 16 cantos.

Na estância inicial, Inácio de Guevara, defendendo-se de zoilos eventuais, diz que o seu poema não é mostra de um grande talento poético, mas unicamente o produto do seu grande amor, o que «para desculpa basta». Que o amor e a piedade levem algumas pessoas a abrir a veia poética é uma tentação desculpável, mas esses motivos não garantem a boa qualidade da obra. Prova-o o exemplo do patriótico e piedoso Inácio de Guevara. Faltam-lhe por completo a imaginação, a plasticidade da linguagem, a concepção artística e, sobretudo, o «furo divino». O seu poema heróico não tem nada de arte épica. É um árido poema doutrinário, escrito em versos canhestros. Não tem digressões suaves, nem descrições cativantes, nem efusões líricas, nem invectivas irónicas ou sarcásticas. Grande parte da obra não passa de um catálogo rimado de profecias e das suas interpretações convencionais.

Transcrevemos aqui três oitavas, o que nos parece o suficiente para o leitor fazer ideia do prosaísmo dos versos da *Monarquia Lusitana*.

O autor diz que, assim como o patriarca Enoch, o profeta Elias e (provavelmente <sup>88</sup>) o apóstolo João não

morreram, mas ainda vivem, assim também é plausível que D. Sebastião ainda esteja em vida:

80

*Que seja vivo Enoch é muito certo;  
Que Elias também viva é infalível.  
E suposto que João é mais incerto,  
é por outras razões também creível.  
Logo, que muito é que o Encuberto  
(pois não há para Deus cousa impossível)  
possa hoje vivo ser naturalmente,  
ou também sê-lo milagrosamente?*

Como muitos outros, o poeta julga que D. Sebastião vive numa ilha brumosa, cercada das ondas do Oceano:

75

*Disse a Eritrea <sup>89</sup> (se me não engano)  
que neste tal lugar, que está cercado  
da líquida espuma do Oceano,  
o rompante Leão está guardado.  
Assim o afirmou um Lusitano <sup>90</sup>,  
por outro nome e arte celebrado:  
«Do coração do mar levantaria  
o braço que o mundo venceria».*

Dali deve sair para o ano fatal de 1666:

*Dizem que, quando o Santo Lusitano <sup>91</sup>  
assistir ao Espírito Divino,  
e que, quando se vir no mesmo ano  
o Precursor João, quando Minino,  
e o Corpo de Cristo Soberano  
(se assim como se afirma o imaginó),  
então há-de ser a bora desejada  
e o fim daquela pena já passada.*

## 2. *A famosa carta de Vieira*

Ao aproximar-se o ano de 1660, tudo em Portugal respirava sebastianismo. O Padre André Fernandes, bispo eleito do Japão e confessor da Rainha Regente, escrevendo em fins de 1658 ou inícios de 1659 uma carta ao seu confrade Vieira, então missionário no Maranhão, tocou nesse clima de ansiedade geral que reinava na metrópole. Perdeu-se a carta do bispo, mas chegou até nós a resposta de Vieira. É a famosa carta intitulada: *Esperanças de Portugal. Quinto Império do Mundo* [...], concluída pelo autor a 29 de Abril de 1659. Da primeira via se fez uma cópia em São Luís, a qual foi enviada para Lisboa, onde ainda hoje se conserva na Torre do Tombo, constituindo o documento básico do processo inquisitorial de António Vieira <sup>92</sup>.

Vieira não odiava ou detestava os sebastianistas — antes tinha dó deles. Propenso a dar importância demasiada às suas intervenções, resolveu-se, ao tomar conhecimento da febre sebástica, a intervir na questão a

favor de D. João IV, esperando, sem dúvida, poder decidi-la. O tom da sua longa carta é firme e resoluto, revelando um sentimento de superioridade quase compassiva com aquela seita teimosa.

Intrépido como sempre, o autor defendia nela a tese extravagante da ressurreição de D. João IV, baseando-se no seguinte silogismo:

*O Bandarra é verdadeiro profeta.  
O Bandarra profetizou que el-Rei D. João  
IV há-de obrar muitas cousas que ainda não obrou,  
nem pode obrar senão ressuscitando.  
Logo, el-Rei D. João IV há-de ressuscitar*<sup>93</sup>

A conclusão parece-lhe irrefragável e infalível, se conseguir provar a premissa maior, o que não lhe custa muito trabalho. Com mais de vinte exemplos prova que o sapateiro de Trancoso profetizou diversos acontecimentos relacionados com a Aclamação e descritos com inúmeros pormenores pitorescos e notáveis. Assim o autor conclui a primeira parte da sua carta com estas palavras triunfantes:

*«... bem se colhe que por nenhũa ciência nem humana nem diabólica nem angélica podia conjecturar Bandarra a mínima parte do que disse, quanto mais afirmá-lo com tanta certeza, escrevê-lo com tanta verdade e individuá-lo com tanta miudeza. [...] Foi logo lume sobrenatural, profético e divino o que alumiou o entendimento deste homem idiota e humilde ...»*<sup>94</sup>

Na segunda parte, Vieira passa a enumerar e descrever as futuras façanhas do Encoberto: ele

socorrerá o Papa apertado pela invasão dos Turcos na Itália, conquistará Constantinopla e a Terra Santa, e será eleito Imperador da nova Monarquia. Conduzirá as dez tribos perdidas ao Papa, que as acolherá no seio da Igreja — episódio do Bandarra que muitos sebastianistas, por incómodo, costumavam preterir, mas que Vieira, nas pegadas do seu profeta, realça com muito vigor. A nova Monarquia há-de triunfar sobre todos os hereges e cismáticos, como também sobre todos os pagãos e gentios, de modo que «todos terão um amor».

Em seguida, Vieira prova com diversos textos do Bandarra que o Rei aclamado em 1640 é idêntico ao Monarca do Quinto Império. Segue-se um trecho em que ele responde a objecções eventuais. A primeira é: não é difícil crer na ressurreição de um morto? A resposta do autor é breve: a ressurreição de um morto não é coisa tão excepcional como muita gente pensa — facto provado pela história antiga e moderna da Igreja. A segunda objecção: em que termos predisse Bandarra a ressurreição do monarca defunto? Exactamente nos mesmos termos, responde Vieira, que a Bíblia usa: o despertar do sono.

Depois, o autor contempla o leitor ainda com dois corolários. No primeiro, mostra que a ressurreição do Encoberto foi profetizada não só pelo Bandarra, mas também por alguns outros profetas. No segundo, prova que a análise objectiva das trovas do Bandarra exclui D. Sebastião como o Encoberto prometido. Desta «indução às avessas» transcrevemos algumas frases:

*«Este Rei, diz Bandarra que é «bem andante e feliz», el-Rei D. Sebastião foi infelicíssimo e causa de*

*todas nossas infelicidades. A este Rei diz-lhe Bandarra: «Saia, saia!», e a el-Rei D. Sebastião dizia todo o Reino: «Não saia, não saia!» [...] Este Rei, diz Bandarra que «é das terras e comarca», e el-Rei D. Sebastião não é de comarca, porque nasceu em Lisboa. [...] Este Rei, diz Bandarra que «da justiça se prezava», e el-Rei D. Sebastião prezava-se das forças e da valentia. [...] Este Rei, diz Bandarra que «lhe não achou nenhum senão», e el-Rei D. Sebastião se não fora a África não nos perdera; veja-se se foi grande senão este!»<sup>95</sup>*

Finalmente, Vieira, conjecturando pelas trovas do Bandarra, julga provável que os grandes acontecimentos se iniciem na era de sessenta, tendo o seu apogeu em 1666. Segue-se ainda um breve epílogo em que ele, fazendo suas as palavras usadas pelo Bandarra na sua Dedicatória ao bispo da Guarda, encomenda a sua explicação das trovas ao confrade.

Sem ser uma grande obra literária, a carta de Vieira é leitura agradável, escrita, como está, num estilo claro, vivo e inconfundivelmente vieiriano: períodos bem balanceados e variados, em que alternam o natural e o imprevisto, reparos irónicos, habilidade persuasória e, como sempre, uma grande dose de «engenho». A carta é um oásis na literatura geralmente enfadonha dos sebastianistas.

Mas será lícito qualificarmos de «carta» este famoso escrito de Vieira? O papel que ele mandou (ou fez mandar) para Lisboa tem, na sua forma exterior, muito pouco de carta, e tudo de um tratado doutrinário. O escrito traz um título e divide, muito sistematicamente, a matéria em alguns capítulos, coisas que não

costumamos encontrar numa carta normal; por outro lado, não tem assinatura, nem revela o tom coloquial e, muito menos, confidencial, próprio de uma carta familiar. Contudo, Vieira sempre teimou em chamar ao seu tratado «carta», e ainda «carta secreta». Segundo os seus depoimentos posteriores, tê-la-ia escrito para alívio e consolo da Rainha, enviando-a ao seu confessor com o aviso explícito de que não saísse das suas mãos <sup>96</sup>. Em certa ocasião, chega a dizer que a escreveu acedendo a um convite de D. André Fernandes.

Quem conhece a vida de Vieira sabe que os seus depoimentos em causa própria devem ser aceites com a devida reserva e até com boa dose de cepticismo. No caso concreto, que nos ocupa aqui, parece que ele se afastou da verdade. Além das já referidas aparências exteriores que desmentem o carácter de carta familiar, podemos observar que nas *Esperanças de Portugal* não consta palavra alguma que se refira ao pretenso convite, nem ao carácter estritamente sigiloso da carta, nem sequer ao consolo ou alívio da rainha. Aliás, era um consolo extravagante prometer a uma viúva a ressurreição do seu marido! Ela necessitava, na altura, de outras razões de consolação, que não a profecia de um milagre doméstico. E, finalmente, sabemos que já em Abril de 1650 a «carta secreta» andava de mão em mão na Metrópole, despertando a indignação dos sebastianistas e a suspeita dos Inquisidores. Indiscrição do confessor? Se ele foi indiscreto, foi-o sem saber e sem querer: o sigilo existia apenas na imaginação de Vieira, que queria defender-se da incriminação de ter procurado a publicidade. Há motivos sobejos para supormos que ele mesmo contribuiu positivamente para

a divulgação da sua «carta», mandando tirar mais cópias da sua primeira via.

O Conselho Geral do Santo Ofício expedia, no dia 13 de Abril de 1660, uma ordem do padre André Fernandes, que lhe mandava comparecesse perante a Mesa e lhe entregasse um papel intitulado *Esperanças de Portugal*. O papel ser-lhe-ia restituído caso não tivesse coisa que o impedisse. No dia seguinte, o bispo eleito do Japão compareceu no Paço dos Estaus, onde declarou que tinha recebido aquele papel do seu confrade António Vieira, mas que «o não tinha em seu poder e que faria diligência pelo haver». Parece que não lhe custou muito revê-lo, porquanto já a 15 de Abril mandou o papel à Mesa, acompanhado de um bilhete em que tentava desculpar a tese do autor, que lhe parecia inspirada pela sua grande afeição ao monarca falecido.

Fora-lhe prometido que o papel lhe seria restituído caso não tivesse coisa que o impedisse. Mas havia algo que impedia a restituição. A Mesa nunca devolveu o papel ao seu destinatário. Este faleceu uns seis meses depois, a 27 de Outubro, sem ver o desenvolvimento do drama, mas também sem se ver incomodado pela Inquisição para depor na causa do seu confrade.

O público continuava a ler e comentar a carta de Vieira, sem saber que os Inquisidores dela se queriam aproveitar para ajustar contas com o jesuíta, que, no reinado de D. João IV, tanto fizera para diminuir o poder do temível Tribunal. Eles aguardavam o momento oportuno, que não tardou a apresentar-se. Em Novembro de 1661 Vieira regressou à pátria, onde pouco tempo depois foi submetido a interrogatórios que lhe saíram mal. No dia 1 de Outubro de 1665 foi

recolhido à custódia do Santo Ofício em Coimbra — e, depois de um processo que se arrastou por mais de dois anos, foi condenado por hebraísmo e bandarrismo. Mas esta história é tão conhecida que não precisamos de deter-nos nela.

### 3. *Vieira apoiado e contestado*<sup>97</sup>

Já antes da repatriação do jesuíta, a carta era avidamente lida, frequentemente copiada e, geralmente, comentada com ironia, malícia e até com indignação. Muitos julgavam a tese vieiriana absurda e irrisória, outros ofendiam-se com a premissa temerária de que o Bandarra era verdadeiro profeta. A má aceitação da tese pelo público explica-se, em grande parte, pela circunstância de quase nenhum Português desejar ver D. João IV ressuscitado. Este monarca, com todos os seus inegáveis méritos como símbolo da independência recuperada, não fora uma figura heróica ou inspiradora, mas bastante prosaica e até medíocre. Não parecia pessoa predestinada para salvar a nação e, muito menos, para erguê-la acima de todas as nações cristãs. O Rei Encoberto, de que falavam tantas profecias, havia de ser D. Sebastião, que, tal Moisés ou Rei Artur, havia de conduzir o seu povo à vitória final.

O próprio Vieira tinha de reconhecer a falta de espírito guerreiro no seu herói, escrevendo nas *Esperanças de Portugal*<sup>98</sup>:

*«Da mesma maneira diz Bandarra que este Rei é um bom Rei Encoberto, porque el-Rei D. João tem Deus depositadas, em grau eminentíssimo, muitas partes*

*e calidades de bom rei, que ategora estiveram encubertas e depois se descobrirão. Uma parte de bom rei que se desejava* <sup>99</sup> *em el-Rei D. João, para o tempo em que Deus o fez, era ser muito guerreiro e inclinado às armas, e este espírito militar e guerreiro se descobrirá em el-Rei com notáveis maravilhas na guerra contra os Turcos. [...] Oh, quanto estava encoberto naquele sujeito del-Rei D. João! Estava el-Rei D. João encoberto dentro em si mesmo, e alguns acidentes* <sup>100</sup> *del-Rei, em que mais se reparava, eram uma cobertura e disfarce natural com que Deus tinha encuberto nele o que queria obrar por ele, para que sejam mais maravilhosas suas maravilhas».*

Argumentação especiosa: D. João, exactamente por ser anti-herói, será eleito por Deus para ser o herói dos tempos derradeiros! Alguns anos depois, Vieira defenderá o seu rei predilecto com um reparo muito mais realista: «há muita diferença dos reis vistos aos reis lidos ...» <sup>101</sup>.

Lemos no *Jardim Ameno* uma crítica aberta a D. João IV, formulada em 33 estrofes por um poeta anónimo, que se diz Bandarrilha, natural de Lousão, tecelão de mantos — obviamente, uma alusão ao Bandarra, sapateiro de Trancoso. O espaço disponível não me permite transcrever aqui na íntegra essa crítica inédita, de modo que me devo contentar com a transcrição das duas primeiras trovas <sup>102</sup>:

*Pobre Bandarrilha sou,  
mas grande vosso criado.  
Se quereis ser estimado,  
olhai com todo o cuidado  
os avisos que vos dou.*

*Menos rigor, mais amor,  
menos cantar, mais pagar,  
menos tapada, mais armada.  
Isto diz quem vos quer bem.  
Amar, pagar e armar  
é tudo o que vos convém.*

Houve só uma pessoa que apoiou a tese de Vieira. Era um estrangeiro, que, apesar de residir havia mais de cinquenta anos em Portugal, não sabia exprimir-se correctamente na língua da sua pátria adoptiva. Não era de origem ilustre, nem gozava grande prestígio: muitos tinham-no por simplório e parvo. Defendia a tese com pouco brilho e pouca erudição, mas com muita sinceridade e com todo o coração.

O seu nome era Nicolau Bourey, de nação Belga (não Flamengo, como alguns pensam, mas Valão). Nasceu em Antuérpia (1586), morava em Lisboa desde 1608, onde ao princípio era mercador. Casou-se com uma mulher portuguesa, de quem teve vários filhos. Passou a ser familiar do Santo Ofício, não se sabe em que ano. Em 1660 estava preso na cadeia do Limoeiro, por motivos que nos são desconhecidos. Aí tomou conhecimento da carta de Vieira, entusiasmou-se por ela e redigiu um papel num Português deplorável, para lhe dar a sua adesão. Fez copiá-lo por uma pessoa que tinha boa letra, e no dia 8 de Dezembro de 1660 autenticou-o com as seguintes palavras, rabiscadas com pouca destreza:

*«Feito nesta cidade de Lisboa, no dia de Nossa Senhora de Conceição, por mim, Nicolau Bourey de*

*nação Belga, no ano de 1660, familiar do Santo Ofício e morador na mesma cidade passa de 52 anos, e em idade de 74 anos, sem neles (louvores ao Senhor!) haver sido doente»<sup>103</sup>.*

O papel de Bourey tem por último *Para os incrédulos da Ressurreição del-Rei Dom João IV* e começa por descrever o drama pessoal do autor que, desde o tempo dos Filipes, alternadamente cria e descreia nas trovas do Bandarra, até que, no Verão de 1660, lhe chegou às mãos o papel de Vieira:

*«... com o qual minhas arruinadas e dissipadas esperanças se reedificaram, e os meus fluctuantes pensamentos e discursos se alentaram, e o meu descelebrado e desacreditado Bandarra, condenado a queimar, outra vez restituído a seu antigo crédito e celebridade, porque o Padre explica [...] que el-Rei D. João IV havia de ressuscitar, não só para outra vez reinar, mas também para imperar — explicação para mi de tanto gosto, consolação e prazer, que a minha língua e pena, por mais que digam e se esmerem, nunca o poderão bastante encarecer»<sup>104</sup>.*

Não poderia ser mais patriótico o tom de um patriota português. Nicolau Bourey identificava-se com a causa lusitana e embebera-se do messianismo lusitano. Pouco antes de chegar à conclusão do seu opúsculo, diz:

*«Mas antes de concluir, seja-me permitido exclamar, exortar e publicar: «Ánimo, Senhores Portugueses, que nos vossos ombros corrobora [?] e está determinado e decretado o Quinto Império do Mundo, profetizado pelo*

*celebrado Gonçalo Anes Bandarra nas suas toscas, mas muito prodigiosas e obscuras trovas [...], e todas elas, a meu parecer e fraco entender, combinam e concordam misteriosamente com a promessa e juramento do nosso primeiro e santo Rei D. Afonso Henriques [...]: «Quero em vós e em vossos descendentes fundar e estabelecer um Império»<sup>105</sup>.*

E qual é a conclusão do Belga? A décima sexta geração, na qual, como diz o «Juramento», Deus tornará a pôr os olhos da sua misericórdia, será D. João IV, mas depois de ressuscitado, porque, durante a sua primeira vida, este rei era só a décima quinta geração. E, conclusão mais espectacular ainda, que passou despercebida a todos os comentadores do «Juramento»: também Filipe IV de Castela é a décima sexta geração, a qual será «atenuada», isto é, destronada por outra pessoa da mesma geração, «na qual Deus tornou a pôr os olhos de sua misericórdia».

Cheio de selo proselítico, Bourey não fazia nenhum segredo do que elaborara, mas mostrava-o a todos os interessados na matéria. Fizeram-se novas cópias do documento, sem dúvida com pleno assentimento do autor. A coisa chegou aos ouvidos dos senhores Inquisidores, que no dia 2 de Abril de 1661 interrogaram o Belga e a 5 de Maio o absolveram, «porque não há erro nas esperanças em que sucederá a dita ressurreição milagrosa feita por Deus, Nosso Senhor, nem daqui pode resultar dano algum à salvação das chamas, e menos ao autor do papel, porquanto não defende esta opinião com pertinácia»<sup>106</sup>. Bourey era um pobre coitado, a quem se permitia crer no milagre da

ressurreição — mas, dois anos depois, a mesma crença de António Vieira era um crime imperdoável.

Quanto a Bourey, dele só sabemos que alguns anos depois teve um fim trágico. Um autor anónimo descreve o caso por volta de 1670:

*«Este Flamengo, ou pelo não acharem mentiroso e se livrar de tal vergonha, ou por tentação do Demónio, sendo de idade de 83 anos, no ano de 1669, se resolveu de se matar por suas próprias mãos, e para o conseguir fez eleição de uma janela da casa em que morava, junto a Campolide. Levantando-se uma manhã da cama em camisa e deitando-se pela dita janela e, vendo ele que não morrera, mas só se picara, se foi a um poço da mesma quinta e se deitou dentro dele, e dando alguns gritos, acudiu seu filho Jorge Bouray [sic] e suas filhas, e com a ajuda dos vizinhos o tiraram do poço meio morto. O que mais mal lhe fez foi o resfriado de agora [de água?] naquela idade. Esteva alguns dias na cama, onde morreu»<sup>107</sup>.*

Quanto saibamos, o único apoio que Vieira teve foi a voz de Bourey. De resto, encontrou só contestadores. Mencionamos aqui dois papéis, ambos escritos em 1661 e ambos de autores que se refugiavam no anonimato: o *Ante-Vieira* e o *Opinião Contrária*.

O papel *Ante-Vieira* (esta é a forma transmitida por todos os manuscritos<sup>108</sup>, a forma *Anti-Vieira* seria mais correcta) é produto de um sebastianista irredutível. Ignoramos-lhe o nome, como também ignoramos a posição que ele ocupava na sociedade portuguesa. Mas a cultura teológica e canónica que ele exhibe no seu tratado revela-nos um clérigo, que se não era jesuíta, ao menos

era muito amigo da Companhia. Como estilista, não se pode medir com Vieira, mas iguala-lhe no seu vasto saber de vaticínios. O seu papel é um rico arsenal de profecias nacionais e estrangeiras, avidamente colecionadas, piamente acreditadas e dogmaticamente interpretadas — tudo isso sem o menor senso crítico, como era de praxe na seita a que pertencia.

Para ele, Bandarra não ocupava o lugar eminente que Vieira lhe reservava entre os profetas do Quinto Império. Se o nosso autor não podia negar que o sapateiro predissera alguns acontecimentos relacionados com a Aclamação (mas não tantos como queria Vieira), as suas trovas não lhe pareciam merecer a mesma consideração que tantas outras profecias, proferidas por varões de reconhecida santidade. Negava-lhe, portanto, o predicado de verdadeiro profeta. Mas, como bom sebastianista, tinha um fraco invencível por toda e qualquer espécie de profecias: havia muita diferença entre negar a uma determinada pessoa o predicado de «verdadeiro profeta» (tese arriscada e suspeita ao Santo Ofício) e negar-lhe, pura e simplesmente, qualquer dom profético. Assim ele não se sentia impedido de alegar as trovas do Bandarra e interpretá-las com toda a seriedade. Aliás, ele mesmo possuía uma cópia das profecias do sapateiro, como repetidas vezes confessa.

O autor não era grande admirador de D. João IV. Tributava-lhe a homenagem protocolar como restaurador da independência nacional, mas rejeitava a ideia de ser ele o Encoberto. Não o criticava abertamente, mas, comparando-o com D. Sebastião, chegava sempre a um saldo negativo para o Duque de Bragança no que diz respeito à sua valentia, justiça, sobriedade e piedade.

Quanto a Vieira, o nosso autor considera-o como espírito subtil e engenhoso, capaz de defender qualquer causa que lhe convenha. A rica fantasia do jesuíta, qualidade louvável do grande pregador que é, chega a prejudicá-lo como autor de um tratado científico. Julga que Vieira formulou a sua tese exorbitante levado por sentimentos de gratidão ao monarca defunto, o que lhe fez perder de vista a objectividade.

O *Ante-Vieira* divide-se em duas grandes partes: a polémica directa com Vieira, e a exposição dos argumentos que os sebastianistas invocam para teimar na sua crença, embora na parte expositiva se encontrem também alguns trechos polémicos. Na primeira parte, o autor discute a interpretação vieiriana de diversas trovas do Bandarra, rejeitando-a na maioria dos casos e dando-lhe adesão só raras vezes. Na segunda parte enumera os sinais que, de acordo com as profecias seguras e fidedignas, convêm ao Encoberto. Todos eles convergem na pessoa de D. Sebastião, excluindo-a de D. João. Os sinais são praticamente idênticos aos que constam no *Discurso sobre a Pessoa de el-Rei prometido a Portugal* — tratado a que já nos referimos na primeira secção deste capítulo. As semelhanças são tão numerosas e tão textuais que tornam provável a hipótese de serem os dois tratados do mesmo autor.

O autor não quer que a sua crença na vinda de D. Sebastião «seja de fé ou sem dúvida humana», mas atreve-se a dizer que parece ser certo que Deus há-de «remediar Portugal» e fazê-lo Quinto Império. Contudo, remete o cumprimento das profecias à vontade soberana de Deus. Pode ser que as profecias sejam condicionais e que nós lhes desmereçamos o cumprimento com os nossos pecados. Conclui o seu

papel com umas piedosas admoestações, e despede-se dos seus leitores com a fórmula *Valete*.

O *Ante-Vieira* não é leitura agradável. Faltam-lhe a graça e a vivacidade da carta vieiriana, como também a habilidade de construir períodos longos, mas equilibrados e elegantes. A argumentação é, não raro, confusa, e as repetições tornam o papel enfadonho. Reconheçamos, porém, que o autor tem algum talento polémico. A primeira parte do papel tem alguns trechos que se lêem com interesse. Mas é difícil tirar dele alguns trechos breves que sejam característicos do autor e das suas opiniões. Basta, portanto, o resumo que dei.

O outro papel, a *Opinião Contrária*<sup>109</sup>, revela como autor igualmente uma pessoa formada em teologia e disciplinas eclesiásticas. Se, neste ponto, o publicista é bastante parecido com o de *Ante-Vieira*, em outros pontos é muito diferente dele: é menos rígido, mais aberto e mais jocoso. Não mostra ter escrúpulos em admitir (fosse só para possibilitar uma boa discussão) que Bandarra foi verdadeiro profeta, nem usa de um tom inquisitorial. Manifesta dó de Vieira, considerando-o um génio em declínio, o que atribui ao longo convívio do jesuíta com os bárbaros da Amazónia.

Este autor tem mais imaginação do que o do *Ante-Vieira*. Dá ao seu pequeno tratado a forma de carta, dirigindo-se nele a uma personagem importante, a quem trata cerimoniosamente de «Vossa Mercê» e por cuja ordem diz ter examinado a tese de Vieira. Provavelmente, tudo isso não passa de uma ficção literária, como, a meu ver, também merece pouco crédito a sua afirmação de ter redigido o seu papel no Recôncavo da Baía. A ficção dispensa-o de seguir um esquema rigoroso, dando-lhe a liberdade de destacar

alguns pontos fracos na argumentação de Vieira. Choca-o o silogismo da tão discutida carta, ao qual opõe outro, introduzindo-o assim:

*«Este é o primeiro milagre que fez, nem há-de fazer, a dialéctica, e suposto que tratamos de silogismos, farei outro que me parece mais coerente e que conclua melhor:*

*Bandarra é verdadeiro profeta.*

*Bandarra profetizou do Reino de Portugal muitas cousas, parte das quais se cumpriram em el-Rei D. João IV, e parte se não puderam cumprir nele, porque morreu.*

*Logo, de necessidade se há-de dizer que Bandarra profetizou também de outra pessoa, que há-de dar cumprimento à parte das profecias que faltam, a qual está encuberta e se não conhece ainda»<sup>110</sup>.*

Seleccionando as falhas da interpretação vieiriana, corrige-as, por vezes, com certo pedantismo, e tenta ridicularizá-las. Pouco sistemático e pouco disciplinado, gosta de fazer digressões. É um autor caprichoso; e, de todos os seus caprichos, o que mais surpreende é o de alternar trechos de uma tremenda seriedade com outros em que parece zombar do sebastianismo.

Impõe-se a questão: podemos chamar-lhe, com direito, um adepto de D. Sebastião? O seu opúsculo formiga de contradições. Contradições, não acidentais ou secundárias, mas contradições fundamentais e essenciais. Vejamos algumas delas.

Um sebastianista funda as suas esperanças em profecias. Ora, o nosso autor começa por dizer que escreve o seu julgamento crítico sobre a tese vieiriana obedecendo à ordem de uma alta personagem. Logo em

seguida, afirma que «destas que o vulgo chama profecias nunca fez mais caso que como das histórias de varinha de condão e três cidras de amor». Quase no mesmo instante, confessa ainda que só depois de ver empenhado Vieira em defender a ressurreição de D. João IV com as trovas do Bandarra, «se pôs a ler o Bandarra e outros que [Vieira] cita».

Essas afirmações requerem um breve comentário. Em primeiro lugar, não é de crer que a dita alta personagem se tivesse dirigido a um sujeito totalmente inexperiente em assuntos proféticos; sem dúvida, ela fez-lhe tal pedido na esperança de dele obter informações sólidas sobre o valor ou não-valor das profecias que circulavam em Portugal, nomeadamente das profecias do Bandarra. Só com esta base seria possível um exame crítico da tese vieiriana. Em segundo lugar, podemos verificar que o nosso autor, na realidade, não trata as profecias como se fossem contos de fadas; toma-as a sério, esforçando-se por analisá-las minuciosamente e interpretá-las correctamente. Não levanta o problema da autenticidade das profecias que interpreta, nem sequer a das trovas do Bandarra; com extrema facilidade concede ao autor da ressurreição que o Bandarra é verdadeiro profeta. Em terceiro lugar, o nosso autor dá provas de estar bem ao corrente das profecias que corriam entre os sebastianistas: derrama-as em profusão sobre o leitor, cotejando e confirmando uma com outra. A sua experiência da literatura profética não é de data recente.

Ainda mais estranha e contraditória é a sua atitude para com D. Sebastião. Este é, segundo tudo nos leva a crer, a pessoa encoberta e desconhecida de que fala no seu silogismo. Tributa-lhe homenagem nos termos mais

elogiosos, exaltando-lhe, numa efusão lírica que raia pela sentimentalidade, a nobre ascendência sem igual entre todos os príncipes da Europa. Logo em seguida, porém, surpreende-nos com este reparo desconcertante:

*«Senhor meu, bem sabe Vossa Mercê que nesta matéria del-Rei D. Sebastião creio tanto como Vossa Mercê, que é bastante encarecimento para minha aversão»*<sup>111</sup>.

Na parte final lemos um hino de louvor às altas virtudes do rei desaparecido nos campos de Marrocos: são elogiadas a sua castidade, a sua piedade, a sua misericórdia, a sua valentia, etc. Desta vez, o encómio não vem seguido de um anticlímax. Aliás, nesta parte da sua carta, o autor parece estar esquecido da sua tarefa de refutar a tese de Vieira. Ao despedir-se do seu destinatário, diz:

*«Aqui me parece fazer pausa neste discurso, que pudera ser volume muito grande, se houvera de provar a opinião que sigo»*<sup>112</sup>.

Tinha, portanto, uma opinião pessoal e, pelo que podemos averiguar, lendo o seu papel, esta não divergia do sebastianismo ortodoxo. Mas a sua maneira de apresentar o sebastianismo é ambígua e, por assim dizer, despistadora. Talvez não seja necessário buscarmos, atrás dessa atitude, mistérios muito recônditos. É possível que tudo isso não passe de um recurso literário. Se tal foi o caso, devemos verificar que o resultado da sua mistura é pouco feliz. Mas é possível também que

notícias mais detalhadas sobre a vida e as opiniões do autor nos venham, um dia, a sugerir outra hipótese.

#### 4. O epílogo de Vieira

Sabemos que Vieira leu o texto de Nicolau Bourey: leu e não gostou. Não sabemos se leu os dois textos contestadores; em todo o caso, nunca se refere explicitamente a eles. Mas, directa ou indirectamente, ele devia conhecer algumas das objecções que os sebastianistas lhe faziam. Defendeu-se delas, não na sua *História do Futuro*, obra que por diversas razões deixou em grande parte inacabada, mas nas suas largas *Representações*, que escreveu na custódia do cárcere da Inquisição entre 16 de Novembro de 1665 e 23 de Julho do ano seguinte.

O autógrafo desta defesa conserva-se na Torre do Tombo entre os autos do processo inquisitorial de Vieira. O texto foi publicado pelo Professor Hernâni Cidade, com muito respeito pela ortografia do original, mas, infelizmente, com pouco esmero nas anotações, que são muito sumárias e, não raro, deficientes. A apologia compõe-se de duas partes. Na primeira, o autor defende — desta vez, mais prudentemente do que na sua carta, *ex hypothesi* — o dom profético do Bandarra; na segunda parte, expõe os fundamentos teológicos do seu «milenarismo».

É uma obra notável a diversos títulos: um compêndio claro e bem estruturado das ideias messiânicas, longamente meditadas pelo autor e só aqui expostas na íntegra, sem flores literárias, sem digressões desnecessárias, e sem ampliações retóricas. Vieira

escreveu-a num período de sete meses, tendo ao seu dispor só a Bíblia (sem concordância) e o breviário. Causam espanto a sua grande erudição e a sua fabulosa memória. A obra mostra que ele tinha na cabeça todos os elementos essenciais da tese que não conseguira desenvolver na *História do Futuro*, entre outras razões porque o seu espírito inquieto necessitava de uma certa coacção externa para se limitar, durante longo tempo, a um determinado assunto. O autor, que gostava de deslumbrar o público com a magia da sua arte verbal, deixava-se muitas vezes fascinar, ele mesmo, pela palavra, que o afastava do seu assunto. Na custódia, tinha de restringir-se ao estritamente essencial.

Enquanto não estiver publicado o texto integral da *Clavis Prophetarum* — obra profética, redigida em Latim, que Vieira escreveu nos anos da sua velhice na Baía —, as *Representações* são o documento mais importante do messianismo português. A obra mereceria a atenção de um historiador que lhe consagrasse um estudo monográfico.

## VII / ABSOLUTISMO E DESPOTISMO

Os quatro decénios que decorreram entre 1630 e 1670 são o apogeu do messianismo português, não só pela grande quantidade de textos que naquele período foram redigidos, como também pela qualidade das pessoas que tomaram parte na discussão. Até mesmo podemos dizer que nos primeiros anos que se seguiram à Restauração o messianismo deixou de ser um fenómeno sub-cultural para vir a ser um elemento da cultura nacional. A partir de 1670, o sebastianismo foi-se tornando cada vez mais um assunto de pequenos burgueses, tanto no sentido social, como cultural da palavra. O que não quer dizer que os adeptos do sebastianismo (o joanismo morrera com as *Representações* de Vieira) não fossem numerosos. Sobretudo no reinado de D. João V houve uma nova eclosão da seita sebástica, como havemos de ver neste capítulo.

### 1. *A Ilha Encoberta*

Os sebastianistas do século XVIII gostavam de imaginar o seu idoso Rei a viver na Ilha Encoberta, situada numa parte remota e pouco definível do

Oceano. Os navegantes de alguns navios transviados pretendiam tê-la avistado. Era uma ilha maravilhosa: entremostrava-se durante curto prazo aos marinheiros, para depois se sumir no nevoeiro, sendo impossível redescobri-la. Muitas vezes era identificada com uma das «Ilhas Afortunadas», já mencionadas pelos Antigos, ou com a «Ilha de S. Brandão» da lenda medieval. Mais frequente ainda era a sua identificação com a «Ilha das Sete Cidades», colonizada por sete bispos das Espanhas que, na época da invasão árabe, tinham fugido da Península com muitos dos seus fiéis, preferindo uma aventura marítima ao jugo dos Mouros.

Havia vários relatos de marinheiros portugueses que pretendiam ter encontrado o Encoberto. Segundo alguns, era um D. Sebastião marcial, prestes a empreender a grande expedição, segundo outros, um rei rancoroso e vingativo, segundo outros ainda, um ermitão melancólico e lacrimoso. É assim que o vemos retratado na *Relação dos Socessos*<sup>113</sup>, na qual Fernando Correia, capitão do patacho «Nossa Senhora da Candelária», descreve o seu encontro com D. Sebastião, que se teria dado no ano de 1693. O patacho, levado pelas ondas, caiu numa tempestade furiosa, que o varou numa ilha incógnita, habitada por anões e visitada por mulheres marinhas. Enquanto alguns dos companheiros de Fernando Correia se ocupavam com a reparação do navio avariado, ele mesmo, acompanhado de alguns outros, aventurou-se a ir caçar dentro do mato, à procura de alimento para a tripulação:

*«... quando, ao terceiro dia, que se contavam 8 de Agosto, a vagarmos mais o interior da ilha, avistámos um monte alto, e dele ouvimos dizer: «Portugal! Castela!»*

*Portugal! Castela!» Preparadas [sic] as armas, rompemos o mato e subimos à montanha, seguindo as vozes, e em uma concavidade natural vimos um venerável homem com vestido humilde que nos chamou, e chegando nós com as armas dispostas para qualquer socorro, nos falou desta maneira, pondo-se de joelhos e beijando a terra: «Graças a Deus! Senhores, enfenitas graças vos dou por me chegares [sic] a tempo, depois de tantos anos sem que visse gente da Europa!» E logo, olhando gravemente e cortês [sic] para nós, disse: «Senhores, de que nação sois?» E nós, pasmados, não acertámos a responder, e conhecendo ele o nosso susto, nos animou brandamente, chegando-nos para a sua pobre habitação, aonde entrámos, e assentado em um pau, nos falou com tais palavras. «Senhores, sois Portugueses ou Castelhanos? Respondi sem susto, que não tens [sic] quem nesta ilha se oponha aos vossos desígnios. Se me procurais para acabar com a minha vida, aqui me tens [sic] sem resistência e sem defesa que a Deus, e como de tanto viver estou aborrecido, grande favor me fazeis em me levares [sic] destes grandes pelanidades [penalidades]»<sup>114</sup>.*

Informado pelo capitão de que eram Portugueses, ele:

*«... posto de joelhos, levantadas as mãos, pondo os olhos no Céu, soltando as lágrimas, deu graças a Deus, dizendo: «Ah, bom Deus, quão grande é a vossa enfenita Providência!», e levantando-se nos braços, dizendo: «Meus Portugueses, meus Portugueses!», sem que as lágrimas cessassem. E levando-nos para o interior da casa, [...] perguntou-nos quem reinava em Portugal,*

*e sabendo que reinava [...] em Portugal Pedro II, suspirando com alvoroço, disse: «Portugal tem rei! Oh, Deus imenso, que te lembraste do teu Reino!» E dizendo-lhe nós o como fora aclamado el-Rei D. João IV e os milagrosos socessos daquele, não cessava de mostrar o gozo que sentia e logo, repetindo novas lágrimas, nos perguntou pela conquista de África; ao que lhe respondemos como sabíamos, e como desde a batalha que perdeu el Rei D. Sebastião se não conquistara, tomando-se horror a tal terra»<sup>115</sup>.*

O venerável ancião conta-lhes que, no reinado de Filipe II, se retirou da pátria, para os seus olhos não verem a desonra nacional. Mas, depois de uma longa peregrinação pela África, Palestina e Europa, caiu nas mãos dos Castelhanos, que o condenaram à morte, mas graças à compaixão de um marinheiro, foi salvo e chegou a esta ilha inabitada.

*«Compadecendo-nos todos de sua solidão, o rogámos para descer e nos fazer companhia pelos dias que ali estivéssemos, o que dificultosamente conseguimos. Recolhemo-nos todos, e tanto que os companheiros viram o nosso hóspede, se alegraram. Representava ele um aspecto [sic] senhoril, grave e brando, em idade pouco mais ou menos 85 até 90 anos; as suas palavras todas eram santas e de ânimo intrépido e sofrido. Quinze dias nos detivemos no reparo da embarcação. [...] Mostrava ardente desejo pela conquista de África. [...] Preparara-se [sic] a embarcação, e o convidámos para que viesse em nossa companhia para o Reino, desejosos de o tirar daquela solidão e de que se visse na Europa um tal prodígio. Porém, ele nos pediu com lágrimas que*

*o não obrigássemos a tal jornada, pois não chegara ainda o tempo de passar a Portugal; que pelo amor que nos tinha, o lançássemos em terra firme, em qualquer parte de África, e que debaixo de palavra que lhe havíamos de dar, parteria [sic] connosco, o que lhe jurámos. [...] Satisfazendo ao seu peditório, o lançámos na terra duas léguas distante de Agorim, e expondo-lhe os perigos a que se expunha, sem que o pudéssemos persuadir a suspender o desembarcamos em terra de bárbaros; ao que respondia que Deus o tinha conservado até aquele tempo e o livraria de todos os perigos. Despediu-se de nós com tantas lágrimas que bem mostrava as saudades que de nós levava, e o quanto se alegrava de passar àquela terra ...»<sup>116</sup>*

Este D. Sebastião é um caso quase patológico: lembra aquele assassino que se sente levado pelo desejo irresistível de visitar o local onde cometeu o seu grande crime.

## *2. Novas profecias do Bandarra*

No reinado de D. João V o sebastianismo revigorou. O governo do «Príncipe Magnânimo» decepcionava muitas pessoas, sobretudo entre o povo miúdo, que pouco ou nenhum proveito tirava do rio de ouro que vinha correndo do Brasil. Decepcionava também os sebastianistas, que, em vez de se verem incentivados a empreender as grandes façanhas prometidas, só podiam embasbacar-se no luxo absurdo que o monarca ostentava.

Foi neste período que se fizeram novas redacções de antigos papéis sebásticos, como por exemplo, do *Livro das cousas mais notáveis que tenbo lido* (de 1659) e da *Opinião Contrária* (de 1661). Também se escreveram novos tratados <sup>117</sup>, alguns dos quais frisavam a iminência da vinda do Encoberto, porque se aproximava o ano de 1734, data em que a Páscoa devia cair na festa de São Marcos. Até o grave académico José Pereira Baião, na sua obra *Portugal cuidadoso e lastimado* (1737), não excluía a possibilidade de ainda estar em vida D. Sebastião. Procedia, sem dúvida, com certa reserva, dizendo que «afirmar que [D. Sebastião] ainda hoje é vivo parece delírio» <sup>118</sup>, mas, por outro lado, faz tudo para provar que o jovem rei escapou à morte em Alcácer-Quibir <sup>119</sup> e admite a hipótese da sua sobrevivência «por ordenação divina para algum efeito do seu santo serviço, como Enoch e Elias» <sup>120</sup>.

Mais importante, porém, do que tudo isso foi o pretenso descobrimento de novas trovas do Bandarra — trovas adaptadas às novas circunstâncias e à nova mentalidade, menos bíblicas e menos heróicas, mas não menos patrióticas e, inegavelmente, mais sociais e mais moralistas. Forjaram-se os chamados Segundo e Terceiro Corpos das trovas do sapateiro de Trancoso. Para quem conhece a história do profetismo o fenómeno não tem nada de novo. Uma vez existindo uma colecção de profecias ao gosto do povo, escritas por um autor popular, uma geração posterior chega facilmente a forjar novas profecias, modeladas sobre as antigas, atribuindo-as sem escrúpulo ao profeta venerado pelas massas. É o meio mais seguro para as fazer aceitar pelo público.

O *Segundo Corpo* compõe-se de 25 quadras, e não tem divisões em «Sonhos». Como se lê na primeira edição impressa desta colecção de profecias (1809), elas foram «extraídas de uma cópia que o Cardeal Nuno da Cunha deu ao P. Frei Francisco de Almeida»<sup>121</sup> e declaradas «por antiga memória muito autêntica serem do mesmo Bandarra».

A notícia não merece crédito. Nas suas trovas autênticas, Bandarra exalta o papel do Encoberto Português na dilatação da Fé e do Império. Se é verdade que, de vez em quando, faz alguma crítica à sociedade contemporânea, sempre o faz em função do seu grande ideal, e nunca toma francamente a defesa das classes exploradas. As trovas do *Segundo Corpo*, porém, rompem em queixas sobre a triste situação dos pobres. Ao que parece<sup>122</sup>, estas queixas foram ocasionadas pela construção do palácio-convento de Mafra (1717-1733). Lemos nas duas primeiras quadras:

*Levantei-me muito cedo,  
pus-me na minha tripeça.  
E lá de longe começa  
um bramido que põe medo.*

*Vão todos como forçados,  
passam serras e mais montes.  
Secam-se rios e fontes,  
tudo por nossos pecados.*

O nome de Mafra não vem explícito, mas adivinha-se pelo enigma que consta na segunda das três quadras seguintes:

*Entre montes muito altos  
está uma casa sagrada.  
Não quero olhar mais nada:  
vou pregando os meus saltos.*

*Cinco letras tem o nome  
e duas da mesma casta.  
Olhe cada um o que gasta  
para não morrer de fome.*

*Com o cerol encero o linho,  
com o troquês [sic] puxo o couro.  
Gasta-se todo o tesouro  
para abrir novo caminho.*

Nas quadras 12 e 14 o poeta descreve a miséria dos pobres:

*Vejo posta toda a gente  
trabalhando sem comer.  
Vejo os mortos a correr,  
e os vivos jazem somente.*

*O pobre morrendo à míngua,  
outros têm a arca cheia.  
Chove na praça e na areia,  
com água de seringa.*

Mas não tarda a aparecer o Encoberto. Não vem para conquistar o Oriente, mas, indignado com a falsa religiosidade de D. João V, entra no templo de Mafra e, vestindo o burel dos monges, dará a todos o exemplo de

uma vida sóbria, humilde e verdadeiramente cristã (quadra 25):

*Abre-se a porta do Templo,  
entra o Cordeiro fiel,  
veste da casa o burel,  
dá a todos grande exemplo.*

O *Segundo Corpo* não teve grande repercussão, sem dúvida, porque tratava de um assunto bem delimitado. Quanto eu saiba, nunca foi objecto de um comentário erudito. O *Terceiro Corpo*, porém, igualmente «descoberto» no reinado de D. João V, tornou-se a nova Bíblia dos sebastianistas, que por ela se deixaram guiar na sua interpretação dos acontecimentos da época. Na edição de 1809 lemos esta nota introdutória:

*«Foram também achadas estas trovas que se seguem na igreja de São Pedro da Vila de Trancoso, por ocasião de se desfazer a parede da capela-mor, em 6 de Agosto do ano de 1729. Eram escritas em pergaminho em 1532 por letra do P.<sup>e</sup> Gabriel João, da dita Vila de Trancoso e vizinho do mesmo Bandarra. Domingos Furtado de Mendonça, commissário do Santo Ofício, lançou logo mão delas, mas não faltaram pessoas graves e de qualidade que as trasladaram e deixaram a seus filhos»<sup>123</sup>.*

No início do nosso capítulo sobre Bandarra já encontramos o Padre Gabriel João, que, segundo a opinião geralmente aceite no século XVIII, seria o «amanuense» do sapateiro supostamente analfabeto. A ele alude o texto da trova 7 da parte introdutória:

*Eu componho, mas não ponho  
as letrinhas no papel,  
que o devoto Gabriel  
vai riscando quanto eu sonho.*

Em algumas edições <sup>124</sup> do *Terceiro Corpo* lemos também uma «Certidão», assinada pelo mesmo Padre Gabriel João, em que este declara:

*«Eu [...] escrevi estes ditos seus e os guardei a seu  
mando na abertura da parede desta igreja de São Pedro,  
para serem achados noutra tempo, como ele me disse».*

O falsário das novas profecias procedia com muita habilidade, servindo-se de belas aparências!

O *Terceiro Corpo* compõe-se de 37 quadras, repartidas entre uma Introdução (de sete estrofes) e seus breves «Sonhos». Estes estão redigidos numa linguagem muito enigmática, bem apropriada para desafiar a perspicácia dos intérpretes. Mas algumas das trovas são muito claras, como as seguintes em que o profeta se dirige a D. João V, filho de D. Pedro II:

*Em Vós, que haveis de ser Quinto,  
depois de morto o Segundo,  
minhas profecias fundo  
co' estas letras, que aqui pinto.*

*Inda o tronco está por vir:  
já vos vejo erguido cedro.  
Pouco vai de Pedro a Pedro,  
se a rama o tronco medir.*

*Fiz trovas de ferro e prata,  
dignas de qualquer tesouro.  
Hoje quanto faço é ouro,  
que em Vós, Senhor, se remata.*

*Não conto sapataria,  
que noutros tempos sonhei.  
O que agora contarei  
são mais altas profecias.* <sup>125</sup>

A primeira «alta profecia» que nos revela constitui o *Sonho Primeiro* da colecção. Nele se descreve o que aconteceu ao mausoléu do sapateiro na igreja de São Pedro de Trancoso. Já vimos que este monumento, ornado com os atributos próprios do ofício de sapateiro e com um epitáfio honroso, foi erguido por D. Álvaro de Abranches, natural de Vila Franca. Mas, no último quartel do século XVII, D. Veríssimo de Lencastre, Inquisidor-Geral desde 1683, mandou demolir a obra e apagar o epitáfio. É designado como «Presbítero Maior». Os dois factos profetizados aqui são «vaticínios depois do evento» (*vaticinia ex eventu*). Mas o profeta não hesita em predizer que «o primor» há-de surgir de novo, o que de facto aconteceu, embora em forma muito mais simples. Eis as três trovas de que se compõe o *Sonho Primeiro*:

*Vejo, mas não sei se vejo,  
o certo é que me cheira,  
que me vem honrar à Beira  
um Grande do pé do Tejo.*

*Formas, cabos e sovelas,  
lavradinhas com primor,  
mandareis abrir, Senhor.  
Muitos folgarão de vê-las.*

*Mas aí! que já vejo vir  
o Presbítero Maior  
a riscar todo o primor,  
que outra vez há-de surgir.* <sup>126</sup>

Algumas outras trovas do *Terceiro Corpo* serão citadas mais abaixo, juntamente com o comentário que lhe deram os exegetas de diversas épocas.

Concluindo esta secção, quero dizer que ainda existem três outros corpos de trovas apócrifas do Bandarra, as quais, em grande parte, devem remontar ao século XVIII. São textos pouco estudados e, diferentemente das trovas autênticas e das que constituem o *Terceiro Corpo*, nunca foram comentados. Saíram impressos em 1815 com o título: *Trovas inéditas de Bandarra, natural da Vila de Trancoso [sic], que exestiam [sic] em poder de Pacheco contemporâneo de Bandarra e que se lhe acharam depois de sua morte*. O editor desta curiosa colecção chama-se «Leal Português». Segundo os entendidos, o local de impressão não é Londres, como diz a página de rosto, mas Paris.

A *Quarta Parte* dessas trovas apócrifas abrange 61 estrofes (14 quintilhas e 47 quadras); a *Quinta Parte*, 47 quadras; a *Sexta Parte*, 38 décimas. Uma exposição detalhada do seu conteúdo excederia os limites do presente trabalho. Só quero chamar a atenção para o tom moralista da *Quarta Parte* <sup>127</sup>, bem ilustrado pelas quadras 19 e 20:

*O nosso cristianismo,  
nossa grande obrigação,  
não temos mais de cristão  
do que o nome de baptismo.*

*Fazemos dos dias noites,  
vivendo como agrestes.  
Haverá castigo e açoites.  
Cada qual se faça prestes!*

A *Sexta Parte* vibra de patriotismo <sup>128</sup>, como se vê pelas décimas 34 e 36:

*E todo o mundo sujeito  
a esta nação portuguesa  
por aquela grande Alteza,  
que Cristo tem em seu peito,  
por lhe ser o mais aceito  
na fé, constância e valor,  
peregrino e senhor,  
grãos trabalhos padecendo,  
em fortaleza padecendo,  
em o mundo grão valor.*

*Portugal fica mais nobre,  
em ele todo o poder <sup>129</sup>,  
e também se há-de ver  
ficar rico o que foi pobre,  
aquele a quem a fé cobre,  
firme na Santa Igreja.  
Todos lhes terão inveja,  
quando virem Portugueses*

*vencendo Turcos e Franceses  
e Mouros, em grã peleja.*

Parece que a *Sexta Parte* é uma composição de data muito posterior ao reinado de D. João V, devendo remontar à época das invasões francesas. Mas das duas outras partes encontramos vestígios em códices mais antigos.

### 3. O Encoberto poderá ser D. Afonso Henriques

Foi, sem dúvida, no reinado de D. João V que se propôs D. Afonso Henriques como o candidato mais indicado para trazer a coroa do Império Mundial. Como se sabe, o Príncipe Magnânimo encetou em 1728, ou melhor, reencetou, o processo da canonização do fundador do Reino de Portugal. Pouco tempo depois, um copista humilde transcreveu as *Esperanças de Portugal* de António Vieira e, concluindo o seu trabalho, tomou a liberdade de acrescentar à sua cópia um reparo final, do qual tiro aqui as frases mais significativas <sup>130</sup>:

*«Até aqui o insigene [sic] e inimitável Padre António Vieira [...]; ele fala com excessivo e meritíssimo amor ao Sereníssimo Rei D. João IV, ao qual prefere com restrita [= exclusiva] inteligência a outro qualquer monarca, fazendo-o particular objecto das suas bem fundadas ponderações e do sentido das profecias de Bandarra, que nos seus discursos justamente honra. [...] Mas, como a matéria é problemática, de que o Rev.<sup>mo</sup> Padre não duvida, venerando quanto aqui nos propõe, se dará licença para que sobre a ressurreição*

*prometida diga um ignorante simbólico [= rematado] também alguma coisa. Protesto não criticar coisa alguma do que aqui vemos escrito e venero, mas falar problemáticamente [= hipoteticamente]...»*

*É o poder de Deus infinito, e pode ressuscitar a quem for servido, tanto a um como a outro, e a muitos reis e pessoas, segundo as disposições de sua divina vontade e altíssimas e inescrutáveis obras e juízos.*

*Bandarra, quando vaticina que um Rei há-de vencer, bater e sujeitar o Turco, entre outras muitas cousas que pondera, diz<sup>131</sup>:*

*As armas e o pendão  
e o guião  
foram dadas por vitória  
daquele alto Rei da glória,  
por memória,  
a um santo Rei varão  
em possessão.  
O Calvário por bandeira  
levá-lo-á por cimeira  
e alimpará a lameira  
(outros dizem: a carreira)  
de toda a terra do Cão.*

*Com que parece que, devendo haver ressurreição de rei, para obrar as maravilhas que profetiza a favor da Igreja e contra o Turco, nos assinala primeiro ao Sr. Rei D. Afonso Henriques, dotado de tantas virtudes, favores do Céu e proezas, a quem o mesmo Cristo deu em possessão as armas [...], para se cumprir nele a profecia que se entende faz da ressurreição de um rei, dizendo que se levará por cimeira e limpará toda a terra do*

*Cão, como naturalmente se infere das expressões do Bandarra, e que este se deve entender ser o Rei santo e todo bem-aventurado, a que ele em outra parte aponta; pois se considera tão santo e justo nos progressos da sua vida que está no lance de ser brevemente canonizado...*

Quanto eu saiba, o texto transcrito é o único caso em que D. Afonso Henriques é apontado como o Rei prometido.

#### 4. *A perseguição pombalina*

Os profetas e os seus adeptos são elementos incómodos para as autoridades, porque às seguranças e às leis da ordem estabelecida preferem outras certezas e outras normas que não são deste mundo. Tal foi o destino do Bandarra e das suas profecias. O sapateiro foi condenado a abjurar as suas trovas, as quais, também depois da sua morte, não cessaram de despertar as suspeitas dos Inquisidores que, por duas vezes (1581 e 1666), as puseram na lista dos livros proibidos. Tudo isso em nome da ortodoxia católica, que o Santo Ofício tendia a confundir com uma determinada organização da sociedade portuguesa, controlada por ele.

A perseguição que o Marquês de Pombal promoveu ao bandarrismo situa-se numa perspectiva diferente, mas não é menos dúbia. No seu zelo de modernizar o país, o ministro de D. José I declarou guerra às velhas superstições, por serem incompatíveis com as ideias esclarecidas do século XVIII, e mais incompatíveis ainda com as suas ideias pessoais sobre o rumo a tomar em assuntos políticos e sociais, nos quais não deixava

margem alguma para uma intervenção do Céu. Segundo ele, os sebastianistas eram falsos, sediciosos, temerários e infames. Na realidade, eles não constituíam nenhum perigo para o Estado. É de supor que não fossem grandes apreciadores das reformas pombalinas, mas não eram sediciosos ou rebeldes: eram cidadãos pacatos, ingénuos e inócuos, que viviam à espera de tempos melhores. Faltava-lhes um líder capaz de dirigir uma revolta contra o despotismo esclarecido, fosse só no papel. É sintomático da sua pacatez que não deixassem libelo ou tratado em que desabafassem as suas queixas contra quem os guerreava <sup>132</sup>.

Os inimigos que Pombal visava a eliminar efectivamente não eram os sebastianistas mas os jesuítas. Entre eles se achava, paradoxalmente, o Padre António Vieira, que falecera no fim do século anterior. O marquês tinha-lhe um ódio implacável, considerando-o como a epítome da perfídia jesuítica, que urgia espalhar por todos os ventos — o que o não impediu de executar várias propostas que Vieira fizera no reinado de D. João IV. Com o fim de o desmascarar, o ministro mandou copiar vários escritos do famoso pregador: autênticos e apócrifos, proféticos e políticos, bem como as polémicas e sátiras dirigidas contra ele. O resultado desta ordem está depositado nos sete volumes das *Maquinações de António Vieira Jesuíta* <sup>133</sup>, cujos textos são, geralmente, de qualidade muito boa. Assim prestou o marquês, sem o saber ou querer, um serviço relevante à filologia portuguesa. Em contraste com essa medida, fez queimar publicamente um escrito profético de Vieira, como também alguns livros congéneres de outros autores, como por exemplo, *Restauração de Portugal Prodigiosa* <sup>134</sup>.

O Marquês não se deteve aqui: envolveu também Bandarra na sua luta contra a Companhia. Segundo ele, os jesuítas teriam revelado uma atitude de hostilidade contra a Casa de Bragança em 1578-81; ao verem-na em plena ascensão, sessenta anos depois, sentiam-se comprometidos e, tentando captar as boas graças do novo monarca, incentivaram o engenhoso Vieira a forjar as trovas. Tal é a inepta acusação que o Marquês fez formular na *Dedução Cronológica e Analítica*. Tiramós dela os seguintes trechos:

*«Como, porém, o susto que lhe causava o reinado do dito Sr. Rei D. João IV era à proporção dos seus extraordinários motivos, e nada bastava aos ditos regulares para tranquilizá-los, [...] puseram em público [...] o ardente engenho e turbulento espírito do seu António Vieira, então celebrado de muitos, e de poucos conhecido ainda até agora. Meteu-se pois em obra o referido António Vieira. Compôs as trovas, cujo título é: Profecias de Gonçalianes Bandarra, sapateiro de correa, natural da Vila de Trancoso. Deduziu as mesmas trovas em redondilhas. [...] Esta maquinação das mesmas chamadas Profecias de Gonçalianes Bandarra, pelas quais o referido António Vieira merecia os castigos, que as Leis estabelecem contra os impostores insignes e famosos, o habilitou, muito pelo contrário, para ser inventor, causa e instrumento dos outros enganos, desordens e ruínas, que vou substanciar...»*<sup>135</sup>

De todos os comentários absurdos que, no decorrer dos séculos, se teceram às trovas do Bandarra, este é o mais absurdo.

## VIII / AS ÚLTIMAS CONVULSÕES

A «sediciosa seita» sobreviveu à campanha difamatória de Pombal, como também sobreviveu às zombarias de pessoas esclarecidas que julgavam a crença na vinda do Encoberto uma superstição antiquada. Sobreviveu, mas não conseguiu expandir-se na sociedade portuguesa como se expandira no século anterior; muito menos conseguiu atrair o escol da nação, como o atraía na época dos Filipes e da Restauração. O que lhe tolhia a franca expansão no século XVIII não eram tanto as medidas repressivas como os avanços irresistíveis da Deusa Razão. A «Viradeira» não chegou a modificar essa situação: o sebastianismo tornara-se um assunto da pequena burguesia, sem líderes de algum renome. Os escritos da última fase já não revelam o espírito polémico e combatente das gerações passadas, antes tudo neles respira serenidade e recolhimento, com pouquíssimas exceções. Em alguns pontos, o sebastianismo do período final lembra a mentalidade de certas seitas pietistas que, na segunda metade do século XVIII, se manifestava em alguns países protestantes da Europa.

Mas, antes de morrer, o sebastianismo deu sinais de vida, reagindo à Revolução francesa, ao Império

Napoleónico e às invasões francesas — acontecimentos que abalavam não só Portugal, mas o Continente inteiro. A grande crise prolongou-lhe a vida e revigorou-lhe as forças, fenómeno bastante comum na história de todos os messianismos. A crise europeia de 1789 a 1815 afectava Portugal na sua totalidade, ameaçando arrasar-lhe as tradições religiosas e sociais e até a autonomia nacional; forçava-o também a dar contas da sua maneira específica de viver e da sua existência histórica. A ameaça externa e, ao mesmo tempo, interna fazia que muitos Portugueses, chocados pelos excessos da Revolução e amedrontados pela perspectiva de ficarem absorvidos por uma potência estrangeira, voltassem às fontes da sua história e, assim fazendo, se aproximassem dos sebastianistas, pelo menos, até certo ponto.

Houve um ressurgimento da crença sebastica, o qual se manifestou não só em tratados e escritos de prapaganda, como também nas ruas de Lisboa, onde apareceram mensageiros de D. Sebastião, prestes a tomar conta da sua terra <sup>136</sup>. Um ressurgimento violento, mas efémero. Depois de 1820 havia pouca gente, pelo menos nos meios cultos do país, que ainda estava à espera de D. Sebastião. Mas com o sebastianismo não morreu o bandarrismo. Durante algum tempo, ainda havia messianistas que, metamorfoseando-se em conservadores ou — *mirabile dictu!* — em liberais, continuavam a debruçar-se sobre as trovas do Bandarra, nas quais liam a promessa das suas esperanças restauradoras ou, então, o triunfo da causa liberal. Foi o epílogo do sebastianismo autêntico e, simultaneamente, o início da secularização de um velho mito nacional.

### 1. *A figura abominável de Napoleão*

Para os sebastianistas, o Império burguês criado pelo génio militar e organizador de Napoleão devia ser um horror, fundado, como estava, em alicerces autonomamente humanos que restringiam a religião ao sector da vida privada. Era, para eles, a profanação do Império Sacral com que sonhavam, como a pessoa de Bonaparte lhes devia parecer a negação da grande figura do seu Rei Encoberto, uma espécie de Anti-Imperador de carácter diabólico.

Não faltava quem visse no número 666 da Besta Apocalíptica uma alusão insofismável ao execrável aventureiro corso. Porque, se dermos à letra A o valor de 1, à letra B o de 2, etc., à letra K o de 10, à letra L o de 20, etc., e à letra U o de 110, chegaremos à conclusão de que o nome de *NAPOLEAN* [sic] *BUONAPARTE* designa, de maneira misteriosa mas muito significativa, o número 666<sup>137</sup>.

Também havia uma quadra reveladora no *Terceiro Corpo* das trovas do Bandarra, que tinha este teor:

*Põe um A pernas acima,  
tira-lhe a risca do meio,  
e por detrás lha arrima:  
saberás quem te nomeio.*<sup>138</sup>

A Letra A, quando submetida às diversas operações prescritas, poderá resultar na forma metamorfoseada de N, que é a inicial do infame Imperador Napoleão. Mas cumpre anotarmos que, num códice do século XVIII<sup>139</sup>, o resultado fora IV (= D. João IV) e que, na época das lutas entre os absolutistas e os liberais, o resultado havia

de ser VI (= D. João VI) ou, então, IV (= D. Pedro IV). A linguagem sibilina da trova admitia as soluções mais diversas.

Em 1882 um editor anónimo do Bandarra descreve os horrores da época napoleónica, mas rompe também em júbilo pela vitória da heróica nação lusitana sobre o ímpio invasor, prova de que Deus não se esqueceu do seu povo eleito:

*«Novas calamidades derrama sobre a Lusitânia a demasiada ambição do Tirano de nossos dias, que aspirava ao domínio universal. Os Portugueses se acham numa situação bem peor daquela em que se viram os seus maiores no século XVI. [...] Mergulbados na dor, alguns houveram [sic] que se recordaram do monstruoso Goliath e da frágil mão que o derrobou [...] recordam-se das profecias e vão desenterrá-las dentre o pó em que jaziam esquecidas. Ateia-se furiosa guerra entre os que não crêem e os que tudo esperam da Omnipotência Divina, e, quando os primeiros mais impossível julgavam a nossa liberdade, então os segundos se acham, sem saberem como, restaurados. [...] Aos nossos esforços deve, sem dúvida, a Europa a sua independência: fomos nós os primeiros que arrostámos impávidos essas temidas falanges, que, além da real força física, possuíam uma força moral adquirida, que as fazia reputar invencíveis, e as desbaratámos...»*<sup>140</sup>

## 2. Alguns papéis sebásticos no reinado de D. Maria I

Em primeiro lugar, menciono os *Discursos Alegóricos sobre a vinda de D. Sebastião de saudosa memória*<sup>141</sup>. O autor, incógnito, que não prima por alto grau de cultura, confunde no título do seu opúsculo a palavra «alegóricos» com «analógicos». Com efeito, enumera, nos dois primeiros discursos, as 39 analogias existentes entre Cristo e D. Sebastião, e as 13 analogias entre S. João Baptista (o precursor de Cristo) e D. João IV (o precursor de D. Sebastião). No terceiro discurso alega diversas profecias antigas e modernas, e aponta ainda outras analogias. Entre estas se acha a seguinte:

*«... pois até nisto quis Deus que [D. Sebastião] se parecesse com seu Filho, porque, se Cristo se perdeu de idade de doze anos, D. Sebastião, não só em África, mas também de idade de doze anos se perdeu nesta cidade, que tantos anos contava desde 1554 em que até 1566, em uma Quinta-feira Santa, em que se perdeu nesta cidade e foi achado na igreja de São Roque, como Cristo, que foi achado no templo de Jerusalém»*<sup>142</sup>.

Este exemplo basta para o leitor ficar com uma ideia de como o nosso autor constrói as suas frases e arranja analogias, que, no mais das vezes, são ineptas e até insípidas. Digo só de passagem que ele faz de Priamo um rei da França, e atribui uma célebre frase de Santo Agostinho ao «divino Platão». Finalmente, quero reparar ainda que o nosso autor cita uma profecia de Pedro de Frias<sup>143</sup>, dando-lhe esta forma aportuguesada:

*Vejo entrar uma Dama  
com armas e sem conselho,  
em que resista o Velho  
debaxo de uma campana.* <sup>144</sup>

A Dama «sem conselho» é D. Maria I («sem juízo»), em cujo reinado aparecerá o Encoberto na igreja de Belém.

O gosto literário da época trazia consigo, entre muitas outras coisas, uma certa predilecção pelo diálogo, forma amenizada de um tratado doutrinário. A moda pegou também nos meios sebastianistas, que nos deixaram dois diálogos, ambos redigidos por volta de 1800. Encontramos neles, em lugar de uma argumentação ininterrupta, uma conversação entre um sebastianista convencido e um interlocutor irresoluto. Este, apesar de toda a sua boa vontade de crer o que mereça ser crido, faz ao crente umas perguntas ingénuas sobre os fundamentos da seita e, de vez em quando, atreve-se a propor-lhe algumas objecções, sempre proferidas com a devida modéstia. As respostas são claras e serenas, e as objecções vão-se dissolvendo como a neve aos raios do sol. É curioso notarmos que nos dois diálogos o expositor e defensor do sebastianismo não é um Português, mas um estrangeiro, sendo, nos dois casos, um Italiano. A verdade sebástica, proclamada pela boca de um estrangeiro imparcial, ganha assim em credibilidade.

O primeiro diálogo <sup>145</sup> desenvolve-se entre um Ermitão napolitano e um Peregrino ou Romeiro português, tendo por título *Conversação sebástica*. O Ermitão começa por dizer que a nação portuguesa se divide em duas facções: a dos sebastianistas que

esperam ansiosamente a vinda do Encoberto, e a dos incrédulos que nem querem ouvir falar no assunto. O peregrino diz pertencer ao grupo dos duvidosos, mas que apreciava muito ver as suas dúvidas dissipadas por uma pessoa objectiva e competente. O Ermitão, depois de falar sobre o milagre de Ourique e as promessas feitas por Cristo a D. Afonso Henriques, vai respondendo aos problemas do Peregrino. Relevamos aqui só alguns pontos da sua exposição.

D. Sebastião não morreu em Alcácer-Quibir. Não é ele que jaz no túmulo dos Jerónimos, mas um certo Pedro Jaco que os traidores da pátria fraudulentamente queriam fazer passar pelos restos mortais do rei desaparecido <sup>146</sup>. Já o predissera Bandarra, dizendo no *Terceiro Corpo* das suas *Trovas*:

*Meto a sovela nas viras,  
e vejo pelo buraco  
os ossos de Pedro Jaco,  
no penedo das mentiras.* <sup>143</sup>

Depois da sua derrota, o Rei fez penitência, vagando pelas terras da África e do Levante. Fez devolver (ou antes, devolveu em pessoa) a espada de D. Afonso Henriques, que tomara emprestada ao Convento de Santa Cruz de Coimbra, com a promessa de substituí-la:

*«Batendo-se altamente à porta do Convento de Santa Cruz de Coimbra, e abrindo-a o porteiro, viu três homens, e um deles lhe entregou uma espada, dizendo-lhe: «Esta espada é de D. Afonso Henriques, que el-Rei D. Sebastião levou à batalha. Guardem-na, que sen*

*«dono a virá receber!» E certo bem se presume que um daqueles homens fosse elRei D. Sebastião»<sup>147</sup>.*

Em seguida, D. Sebastião passou três vezes pela Cidade Eterna, onde obteve de três Papas — Clemente VIII, Paulo V e Urbano VIII — uma bula que o restituía como senhor legítimo de Portugal<sup>149</sup>. Munido destas bulas, atreveu-se a ir à Península, mas os Castelhanos, não se importando com as ordens papais, prenderam-no e mandaram lançá-lo às ondas em pleno Oceano. O capitão, encarregado de executar o suplício, compadeceu-se da vítima inerte e meteu-o numa lancha com alimento para três dias. Assim D. Sebastião conseguiu arribar à costa da Ilha Encoberta, onde ainda vive, à espera da hora determinada por Deus. Que ninguém se admire de manter-se em vida uma pessoa de cerca de 250 anos. A história apresenta mais desses casos milagrosos. Agora D. Sebastião não tardará a aparecer. Conclui o Ermitão:

*«Resta, por fim, somente dizer-vos que, como este Reino é de Deus, para sinal de que lhe deu as suas cinco Chagas e os trinta dinheiros por que o Senhor fora vendido, segundo o que parece, não haverá nele mais de trinta reis: quinze com o título de reis, e quinze Imperadores. Os primeiros quinze reis completaram em El-Rei D. João III, avô do Senhor Rei D. Sebastião, e neste há-de começar os quinze Imperadores, em memória dos trinta dinheiros. E no meio destes eram precisos três reis que correspondessem aos três molbos de varas com que açoitaram a Cristo, Senhor Nosso (estes foram os três Felípes, que bem açoitaram este Reino) depois, que houvessem [sic] mais cinco reis que correspondessem às*

*cinco chagas, como foram D. João IV, [D. Afonso VI] D. Pedro II, D. João V e D. José I. Eis aqui os cinco. Há-de, depois, por complemento [= cumprimento] das profecias, reinar uma mulher, para corresponder à coroa de espinhos. E depois de tudo isto completo, resta que comece o Império do Senhor em el-Rei D. Sebastião, o que está próximo ...»<sup>150</sup>*

Finalmente, o Ermitão pergunta ao Peregrino se lhe ocorre ainda alguma dúvida. Este responde: «Não, amigo, estou assaz convencido. Os juízos do Eterno são inescrutáveis aos mortais. Louvemos, portanto, as suas altas e divinas disposições!» Accede ao louvor o Ermitão, dizendo: «Adoremos os seus soberanos decretos!»

O outro diálogo, que tem por título *Os Dois Peregrinos*<sup>151</sup>, é muito mais extenso do que a *Conversação Sebástica*, e divide-se em duas partes. Um dos interlocutores é o lisboeta Jacinto, que está a fazer uma jornada a Santiago de Compostela. Ao achar-se nos arredores de Golegã, encontra Narciso, filho de um músico italiano radicado em Portugal. Este, tendo-lhe falecido o pai, dirige-se igualmente a Santiago. Quem expõe e defende o sebastianismo é, também neste diálogo, o estrangeiro, ao passo que Jacinto, «apesar de ter sido criado com a mais prudente criação pelos pais», confessa francamente que «a opinião Sebástica para ele sempre foi escura e com pouca crença».

O diálogo tem algumas pretensões a elegância literária, como se pode ver pelo exórdio, que seria inconcebível num tratado seiscentista:

*«Quando, por entre as tenebrosas e escuras sombras do noite, aparecia já triunfante delas o Príncipe das Luzes, dourando com seus luzentes raios os dilatados campos do*

*Uníverson, saía também Jacinto da frondosa Vila de Santarém, seguindo a derrota de sua jornada, cujo alvo era o sumptuoso templo de Santiago em Espanha, e discorrendo com os olhos os vistosos campos de Gulegã [sic] e Santuário, não sabia como desse graças ao Soberano Autor da Natureza pelo intrincado laberinto de tão maravilhosas flores, com que a Primavera produzia e inquecera aqueles aduríferos campos, de tal modo que, esquecido da jornada e, pode ser, de si mesmo, se assentou a gozar do ameno de tão agradável sítio. Estando desta sorte o nosso Peregrino ocupando a vista e os ouvidos na suave música com que as sonoras aves alternativamente davam graças ao seu Criador, um pequeno sessuro (= sussurro), que pela estrada sentiu, o fez despertar disto, quase conto letargo, e enclinando a vista para ver a causa do ambaraço que sentiu, advertiu que pela estrada caminhava um admirável Ancião em traje de irmitão, o qual dava com o seu semblante indícios claros de não ser Português...»<sup>152</sup>*

A elaboração destas frases floridas deve ter custado muito ao autor, que obviamente se esforçou por introduzir o género idílico na austera literatura sebástica. Ele esmerou-se também em observar as regras do género dialogal, sobretudo, na primeira parte: a exposição doutrinária vem a cada passo interrompida por perguntas corteses, dúvidas discretas e exclamações aprovativas da parte de Jacinto. Tudo isso torna este diálogo mais vivo do que a *Conversação*. Mas, apesar dos ditos recursos literários, também a leitura de *Os Dois Peregrinos* é decepcionante: encontramos nele o mesmo dogmatismo, a mesma ingenuidade e a mesma falta de senso crítico.

A primeira parte do diálogo tem por cenário o pitoresco sítio onde se encontraram os dois peregrinos, acontecimento situado pelo autor em 1799. Resumir-lhe o conteúdo seria uma repetição enfadonha do que já encontrámos em outros tratados. Limito-me a revelar alguns pontos essenciais. Portugal é o país predestinado a dar ao Mundo um grande Imperador, o que se prova com textos bíblicos e o Juramento de D. Afonso Henriques; D. Sebastião vive ainda, não jaz no túmulo de Belém, mas mora na Ilha Encoberta, ele aparecerá, ainda no reinado de D. Maria, para derrotar os exércitos unidos de Espanha e do «heresiarca» Napoleão, abaixo da ermida de São Brás, perto de Évora, como assegura uma profecia do Beato António da Conceição.

Pouco a pouco o autor vai-se esquecendo do género dialógico, fazendo Narciso exhibir uma erudição espantosa em assuntos históricos e proféticos. Em alguns casos, chega até a indicar o capítulo e a página dos livros que consultou, mas as suas indicações nem sempre merecem crédito. Um só exemplo. Estranhando Jacinto que o Italiano tenha fé nas trovas do Bandarra, «um sapateiro <sup>153</sup> rústico, sem letras», Narciso resolve o problema desta maneira:

*«Pois, olhai, Senhor Jacinto, [...], lede o livro Portugal Lagrimado <sup>154</sup>, cap. 3.º, e vereis que, não querendo o Papa Urbano VIII dar a bula de reconhecimento a el-Rei D. João IV, um desembargador da Relação fez uma petição ao dito Papa em nome do dito Rei, e dentro as profecias de Bandarra. E bastou isto para que viesse a confirmação, cujo despacho dizia assim: «Concedemos a bula pedida pelo Nosso filho e obedientíssimo D. João IV de Portugal, porque tiveram*

*tanto crédito para com esta Cúria Romana as profecias de Vosso Gonçalo Anes Bandarra, como tiveram as profecias de Ezequias»<sup>155</sup>.*

Se as coisas assim tivessem corrido, D. João IV teria morrido em paz!

O autor, baseando-se numa profecia de Santa Leocádia, prediz a vinda de D. Sebastião para o ano de 1800 e conclui a primeira parte com estas palavras:

*«Eu, agora colbendo as velas do meu discurso, dou por acabada a narração dos Dois Peregrinos, pedindo perdão não só aos senhores doutos e políticos, como também aos senhores inquisidores, como obediente filho da Santa Madre Igreja Católica e Apostólica, em cuja fé verterei o sangue e perderei a vida»<sup>143</sup>.*

Passados alguns anos, o mesmo autor reencetou o tema dos *Dois Peregrinos*, sem dúvida porque sentia a necessidade de interpretar os grandes acontecimentos do início do século XIX à luz das profecias e também porque desejava rectificar a data da vinda de D. Sebastião. Em fins de 1806 pôs-se ao trabalho de escrever a segunda parte do seu diálogo. Nela narra sumariamente que os dois amigos visitaram o santuário de Santiago e o túmulo de São Saturnino em Toulouse, em seguida, foram à Itália, onde viram a Casa de Loreto e tiveram inúmeras aventuras: doenças, prisões, etc., que o autor só toca de leve. Ao cabo de sete anos, regressaram à Península e, passando por Madrid, encontraram numa estalagem um certo Rosendo, natural de Toledo. Este contou-lhes a história «profética» de Espanha e pô-los ao corrente dos últimos feitos de

Napoleão: a sua saída do Egipto, a dissolução da Assembleia Nacional, a sua coroação de Imperador e as suas vitórias recentes na Alemanha. Em cada um desses acontecimentos Narciso vê o cumprimento de uma profecia. Tranquilizando os seus interlocutores, garante-lhes que o Galo francês e o Leão castelhano serão derrotados em Portugal pelo Encoberto. Este aniquilará também o poder dos Turcos, será coroado imperador e reconduzirá os hereges ao aprisco de Pedro. Terminando a conversação, os dois amigos prosseguem a sua viagem para Portugal. Chegados ao sítio onde há sete anos se encontraram pela primeira vez, sentam-se para travar o último diálogo. Jacinto tem ainda uma dúvida. Lembra-se de que o seu companheiro, neste mesmo local, em 1799 lhe predisse a vinda de D. Sebastião para o ano seguinte; agora, passados sete anos, o Encoberto ainda não apareceu. Generoso, Narciso compreende a dúvida do seu amigo, e passa a explicar-lhe como é impossível fazer o cálculo exacto da data em que se devem cumprir as profecias. Mas, com todas essas reservas, atreve-se a predizer-lhe que o Encoberto virá no ano seguinte (1807): a interpretação alegórica das Quinas de Portugal torna esta conjectura plausível. Jacinto agradece-lhe a explicação, e diz:

*«Sou um pobre viajante, como vós, que, se fora senhora de cabedais convosco os repartira, e nunca deixaria a vossa discreta companhia, mas aceitai o bom afecto com que vos falo»*<sup>157</sup>.

Ao que Narciso responde com modéstia verdadeiramente modelar:

«Fico-vos muito obrigado, e fico pago em mim mesmo, pois tenho obrigação de repartir os talentos que o Pai Criador me deu».

### 3. Um ataque injurioso aos sebastianistas

Por mais rico que fosse o ano de 1807 em acontecimentos sensacionais, não trouxe a vinda prometida do Encoberto. Trouxe, sim, a invasão de Junot e a fuga da família real para o Brasil. À primeira invasão francesa se seguiram mais duas, que não só prejudicaram gravemente a situação económica e financeira do país, como também lançaram o povo português numa séria crise política e moral. Mas, graças ao auxílio militar dos Ingleses, à revolta simultânea dos Espanhóis contra Napoleão e, igualmente, graças ao patriotismo feroz dos Portugueses, que costuma efervescer em transes difíceis, o país conseguiu escapar à política anexionista dos Franceses. Podemos imaginar que nas fileiras dos patriotas portugueses se achavam muitos sebastianistas.

A consciência de ter detido os avanços dos invencíveis exércitos de Napoleão — o famoso *commencement de la fin* — enchia os ânimos portugueses de orgulho, como que a corroborar os sebastianistas de ser Portugal o povo eleito dos tempos modernos, predestinado a fornecer ao Mundo o verdadeiro Imperador da Monarquia Cristã. Assim, vemos que nesses anos se ia intensificando o interesse por assuntos proféticos, a manifestar-se em diversas edições, comentadas ou não, do Bandarra, o grande profeta

nacional. Delas pretendo falar na última secção deste capítulo. Aqui quero consagrar apenas um breve comentário à reacção que a nova medrança do sebastianismo provocou ao fogaoso José Agostinho de Macedo no seu libelo *Os Sebastianistas* (1810).

Nele, o ex-frade cita solenemente os sebastianistas ante o Tribunal da Religião e da Razão, incriminando-os de quatro graves delitos: são maus cristãos, maus vassalos, maus cidadãos e tolos. Maus cristãos, porque têm a impiedade de equiparar profecias fantasiadas às canónicas; maus vassalos, porque, esperando a vinda de D. Sebastião, não reconhecem sinceramente a Casa de Bragança; maus cidadãos, porque, contando com intervenções milagrosas, se imergem na inércia; tolos, porque acreditam em asneiras.

Eis o requisitório nada brando do libelista, irritado contra a seita «estúpida, infame, mentecapta, atrasada, importuna, nociva e ridícula». A pequena antologia dos qualificativos que o autor inflige aos sebastianistas já mostra a falta total de serenidade. Ele fala num tom autoritário, arrogante e, não raro, grosseiro e injurioso. Incapaz de ironizar finamente o seu assunto, arregala o leitor com sarcasmos e expectorações retóricas. Encontramos, é certo entre tantos insultos e afirmações apodícticas, também alguns reparos sensatos, sobretudo na quarta parte do opúsculo, onde o autor expõe as regras elementares da crítica histórica. Só é de lastimar que elas não fossem formuladas por pessoa mais equilibrada e menos apaixonada. Aliás, os sebastianistas não são os únicos bodes expiatórios do autor, que fulmina as suas invectivas também contra os Franceses («Franchinotes») e os seus satélites, que são os

«pedreiros-livres». Falando em Napoleão, diz entre muitas outras coisas:

*«Um ladrão vaidoso, um déspota sem talentos, pigmeu no corpo e na alma, se declara árbitro do Mundo, e comete impunemente os mais atrozes crimes de que se lembra a história dos tiranos. Sabe-se que sua linguagem é a mentira, e atura-se que este sapo verde-negro diga à Europa: «Sofre que eu te faça desgraçada, para que a Inglaterra peça a paz marítima, e tenhamos a liberdade dos mares!» E isto diz um ladrão, que não tem de seu um barco cacilheiro. [...] Quer um carrapato corso fechar os portos europeus à Grã-Bretanha»<sup>158</sup>*

E por que razão atura a Europa essas imposições despóticas? Pela simples razão de ela estar nas mãos dos pedreiros-livres. E assim como estes são os satélites de Napoleão, assim os sebastianistas, que vivem alheados do que se passa na realidade, favorecem com a sua inércia a conspiração da maçonaria internacional.

O panfleto de Macedo era de tal modo provocante que uma resposta não podia deixar de vir. Ainda em 1810 saíram algumas réplicas, das quais a mais conhecida é *O Feitiço voltado contra o Feitiço*, da mão do frade dominicano Frei José Leonardo da Silva (Londres, 1810), espírito não menos feroso e turbulento do que o seu adversário. O frade paga-lhe com a mesma moeda, retribuindo-lhe os sarcasmos, as insinuações e os insultos. Censura-lhe falta de boa lógica e inúmeras contradições internas aponta diversos erros concretos no libelo de Macedo, e acusa o autor de orgulho, arrogância e até de má-fé, apresentando-o ao público

como um novo Voltaire, mas sempre de categoria inferior.

O *Feitiço* é o escrito mais agressivo de todos quantos nos deixaram os sebastianistas.

#### 4. *As edições oitocentistas do Bandarra*

As diversas edições impressas do Bandarra, que se sucederam entre 1809 e 1852, constituem a fase final do sebastianismo português, preenchendo também o seu registo a parte final deste livro.

Frei José Leonardo da Silva publicou, no ano anterior à sua polémica com Macedo, uma nova edição das *Trovas do Bandarra*<sup>159</sup>. Esta continha não só as rimas autênticas do sapateiro de Trancoso, mas também as apócrifas (ainda inéditas) que tinham sido forjadas no século XVIII. À parte esse acréscimo, a nova edição repetia mais ou menos fielmente a edição de Nantes (1644), que o frade enriqueceu com um novo Prólogo. Nele, o editor, polemizando obviamente com o autor da *Dedução Cronológica*, realça não só a autenticidade das trovas, como também o papel importantíssimo que elas desempenharam nos anos da Restauração. Mas, diferentemente do que viria a fazer no seu panfleto do ano seguinte, não usa neste Prólogo de sarcasmos ou impropérios. Pelo contrário, a sua exposição dos factos é correcta e revela certa erudição.

Animado pela boa acolhida das trovas completas do Bandarra, o mesmo frade publicou a primeira edição avulsa do *Terceiro Corpo*, com o título: *Bandarra descoberto nas suas Trovas* (Londres, 1810), munindo as profecias de

um comentário, do qual aqui só posso realçar dois passos.

Diz Bandarra, na 5.<sup>a</sup> trova do *Sonho Segundo*:

*Este sonho que sonhei  
é verdade muito certa,  
que lá da Ilha Encoberta  
vos há-de chegar este Rei.* <sup>160</sup>

O comentador não se atreve a precisar a posição geográfica da Ilha Encoberta, onde Deus tem guardado o bom Rei, mas mostra-se resoluto ao afirmar que este sairá dele dentro em breve, porque o profeta diz na 1.<sup>a</sup> trova do *Sonho Segundo*:

*Augurai, gentes vindouras,  
que o Rei que vos há-de ir,  
vos há-de tornar a vir,  
passados trinta tesouras.* <sup>161</sup>

A um leitor desprevenido pode afigurar-se enigmática a expressão «trinta tesouras», a qual, porém, não tem nada de misterioso para o nosso comentador:

*«... é evidente que Bandarra entende aqui por tesoura aquele número que mais se assemelha e parece uma tesoura, e como esta <sup>162</sup> se pode considerar ou fechada ou aberta, é claro que, fechada, se parece com um 8 d'algarismo numérico, [...] e a aberta com um X de conta romana. Ora, como nesta parte Bandarra não diz, como noutras, 'tesoura aberta', deve-se entender 'fechada', que é o estado (deixem-me assim dizer)*

*natural da tesoura. Por este modo as 30 tesouras, ou 30 vezes 8, vêm a fazer produto de 240»* <sup>163</sup>.

Mas quando começa a contagem dos 240 anos? O comentador não tem dúvidas que começou em 1568, ano em que D. Sebastião tomou posse do Reino. O Encoberto deve, pois, aparecer entre 1808 (termo final da 3.<sup>a</sup> tesoura) e 1816 (termo final da seguinte). A data exacta será 1812, como o frade infere do texto de outra trova. Quanto eu saiba, Frei José Leonardo da Silva foi o último intelectual a propagar nas suas publicações a vinda de D. Sebastião. Com ele morreu a velha crença, pelo menos, nos meios cultos, mas não morreu o bandarismo. As trovas do Bandarra, sobretudo, as do *Terceiro Corpo*, continuaram a ser editadas e comentadas, passando a proporcionar armas proféticas aos participantes nas lutas partidárias do século XIX. Podemos deixar de lado aqui as trovas apócrifas (4.<sup>o</sup>, 5.<sup>o</sup> e 6.<sup>o</sup> Corpos), publicadas em Paris no ano de 1815. Já foram referidas no capítulo anterior e, aliás, nunca chegaram a ter grande repercussão nos exegetas eruditos do Bandarra. A primeira edição dos três Corpos, feita em Portugal, traz o título *Trovas proféticas de Bandarra* (Lisboa, 1822). No longo *Preâmbulo* que precede o texto o editor anónimo não esconde o seu entusiasmo pela derrota de Napoleão, para a qual não pouco contribuiu o valor lusitano <sup>164</sup>. Depois da expulsão das hordas francesas, Portugal teve de enfrentar diversos problemas de ordem económica, política e social. Mas, com a Revolução de 24 de Agosto de 1820, parece risonho o futuro do país: a nova mentalidade e as antigas, profecias prometem ao povo português um grande e florescente Império. Nas *Reflexões*, que se seguem ao

texto das trovas, o editor sugere que a Ilha Encoberta, donde deve sair o grande Imperador prometido pelas profecias, é o Brasil, que mandará à metrópole o Ilustre Príncipe D. Pedro de Alcântara.

Nem todos pensavam assim. Em 1823 saiu em Lisboa uma nova edição comentada do *Terceiro Corpo*, que se chama *Verdade e Complemento [=Cumprimento] das Profecias do Servo de Deus Gonçalo Anes Bandarra, achadas em 1729*. O editor, cujo nome infelizmente desconhecemos, é liberal desiludido. Originariamente partidário do Vintismo, teve a triste experiência de ver traídos os seus ideais, acabando por aderir à Vila-Francada de 1823. Na *Prefação*, apresenta-se ao leitor nos seguintes termos:

*«Eu, o humilde intérprete destas profecias, não sou nem um velho fanático, nem um moço entusiástico. Pela meia idade pouco mais ou menos, pobre e vivendo unicamente do meu trabalho, que deve suprir a uma numerosa e honesta família, tendo passado as poucas horas que me restam das minhas fadigas, na lição dos livros, mais com o fim de ilustrar e melhorar o meu entendimento, do que de me divertir»*<sup>165</sup>.

Este simples e modesto pai de família considera Bandarra como «Servo de Deus», e tem horror ao ímpio movimento revolucionário. Para ele, o Redentor é D. João VI, profetizado pelo Bandarra na trova: «Põe um A pernas acima», etc., e vindo do Brasil, que é a Ilha Encoberta das trovas.

Dez anos depois, Frei António do Carmo Velho de Barbosa escreveu, no mosteiro beneditino de Arnóia, um novo comentário ao *Terceiro Corpo*, o qual chegou a ser editado uns vinte anos mais tarde sob o título:

*Explicação do Terceiro Corpo das Profecias, de Gonçalo Eanes Bandarra, começadas a verificar-se no reinado do Senhor D. João V, e acabadas no reinado do Senhor D. Pedro IV* (Porto, 1852).

No seu *Discurso Preliminar*, o editor prova a existência da figura histórica do Bandarra, bem como a autenticidade das suas trovas, inclusive a das que constituem o *Terceiro Corpo*. Julga ser do seu dever reabilitá-las, porque as profecias do sapateiro ficaram desacreditadas pelos sebastianistas, que as interpretaram mal. Diz ele:

«E como em Portugal já hajam [sic] poucos sebastianistas, as profecias que se supõem falaram de tal vinda [sc. de D. Sebastião], necessariamente têm chamado sobre si um desprezo e ridículo eterno. Contudo, se fossem mais lidas e melhor estudadas, ver-se-ia que Bandarra não disse o que lhe assacam os seus intérpretes, e que ele falou de um Rei vivo, e não defunto, que devia vir dum Mundo Novo, chamado pelos Antigos Ilha Encuberta, no tempo designado pelo mesmo Bandarra». <sup>166</sup>

Frei António do Carmo era um liberal notório e adepto fervoroso de D. Pedro IV; dele não se poderia esperar senão um comentário liberal. Com efeito, a sua interpretação das trovas é francamente liberal. Para ele, o Rei prometido por Bandarra é D. Pedro IV, que, provindo do Brasil, a 8 de Julho de 1832 desembarcou com 7500 homens em Pampelido. O sapateiro de Trancoso profetizou o triunfo da causa liberal!

Este comentário de 1833 foi o último a defender o carácter profético das trovas do Bandarra. As edições

que se lhe seguiram no decorrer dos séculos XIX e XX só tiveram a finalidade de apresentar ao público um texto de interesse histórico ou folclórico. Delas mencionamos aqui duas: a do Porto (1866), que é uma cópia da edição dos três corpos de Londres de 1809, e a de Lisboa (1977), que reproduz as trovas do *Primeiro Corpo* da edição do Porto de 1866. Infelizmente, esta edição moderna não satisfaz no mínimo as exigências filológicas de hoje. Também a sua *Apresentação* é bastante mediocre.

\*  
\*        \*

Assim terminou o sebastianismo, no sentido próprio do termo. Não nego a importância dos movimentos posteriores, rotulados com o nome genérico de sebastianismo. Mas este assunto, por mais interessante que seja, não quadra com o escopo deste livro. O sebastianismo morreu, não porque alguém tivesse dado a prova cabal de que D. Sebastião morreu, mas porque a crença na sua vinda já não se compadecia com o conjunto das condições sociais e culturais que se foram introduzindo na sociedade portuguesa depois da Revolução de 1820. Tornava-se um assunto cada vez mais folclórico. Portugal passou a interpretar o seu destino histórico à luz de ideologias mais racionais, tais como o liberalismo, o socialismo, a democracia, etc., — ideologias igualmente não destituídas de elementos míticos, mas geralmente bem disfarçados sob estruturas racionais. A crença em tais elementos míticos não é

privativa do povo português, mas ocorre na história de todos os povos. Ao que parece, é uma crença inextirpável.

## NOTAS

- <sup>1</sup> Cf. *infra*, cap. II, § 4.
- <sup>2</sup> Cf. *infra*, cap. II, § 4.
- <sup>3</sup> F. Lopes, *Crónica de D. João I*, Parte II, cap. 48.
- <sup>4</sup> F. Lopes, *Crónica de D. João I*, parte I, cap. 163.
- <sup>5</sup> A. Vieira, *Antepr.* p. 51.
- <sup>6</sup> Joseph Hours, *Valeur de l'Histoire*, Paris, PUF, 1954, p. 26.
- <sup>7</sup> Cod. TT 774.
- <sup>8</sup> Cod. BN 8627.
- <sup>9</sup> *Dedução Cronológica e Analítica*, I p. 999; o Índice do *Jardim Ameno*, p. 199-202.
- <sup>10</sup> Cf. AZEV. *Seb.* p. 165-168, onde se encontra o índice desta compilação.
- <sup>11</sup> A. Vieira, *Ob. Esc.* IX, p. 20.
- <sup>12</sup> A. Vieira, *Ob. Esc.* IX, p. 27.
- <sup>13</sup> Cod. BN 9442, f. 328<sup>r</sup>; cod. TT 1172, p. 13.
- <sup>14</sup> A. Vieira, *Ob. Esc.* VI, p. 55.
- <sup>15</sup> A. Vieira, *Palavra do Pregador Empenhada e Defendida*, in: *Sermões*, XIII (1699), p. 257.
- <sup>16</sup> Cod. TT 1172, p. 95-96.
- <sup>17</sup> Cod. BN 8627, p. 398.
- <sup>18</sup> M. Nostradamus, *Centuries*, IX 49,1.
- <sup>19</sup> Cod. BN 400, f. 137<sup>v</sup>.
- <sup>20</sup> A. Vieira, *Ob. Esc.* VI, p. 104; *Repr.* I p. 224 e 324; II p. 16, 62 e 261; *Cartas* III, p. 761-762.
- <sup>21</sup> A. Vieira, *Ob. Esc.* VI, p. 58.
- <sup>22</sup> Cod. TT 774, f. 13-16.
- <sup>23</sup> Cod. BN 8627, p. 132-166.
- <sup>24</sup> Cod. BN 400, f. 136<sup>v</sup>.

<sup>25</sup> In: *História de Camões* (Porto, 1873), I p. 411-416. Há extractos do processo in: AZEV. *Seb.* p. 124-129.

<sup>26</sup> A. Vieira, *Repr.* I p. 139.

<sup>27</sup> Dom Joam de Castro, *Paraphrase et Concordância de Algũas Propheçias de Bandarra, çapateiro de Trancoso*, Paris, 1603. — Em 1942 saiu da obra uma edição fac-similar.

<sup>28</sup> É um livrinho raríssimo que só consegui encontrar na Bibl. da Universidade de Coimbra. O título por extenso é: *Trovas do Bandarra. Apuradas e impressas, por ordem de hum grande Senbor de Portugal. Offereçidas aos verdadeiros Portugueses, devotos do Encuberto*. Em Nantes, por Guillelmo de Monnier, 1644.

<sup>29</sup> Completo, sempre até certo ponto. Encontraremos uma omissão *infra*, cap. IV (no início).

<sup>30</sup> Lição emendada.

<sup>31</sup> Lição emendada.

<sup>32</sup> *As Domas* = «As Hebdómadas/Semanas».

<sup>33</sup> Lição emendada.

<sup>34</sup> Outra opinião tem AZEV. *Seb.* p. 20-21.

<sup>35</sup> A trova vem citada de diversas maneiras, cf. João de Castro, *Paráfrase*, etc., F. 34<sup>v</sup>, e cod. TT 1172, p. 12.

<sup>36</sup> Cf. Miguel D'Antas, *Les faux: Don Sebastien*, Paris, 1866.

<sup>37</sup> Cf. H. Cidade, *A literatura autonomista sob os Filípes*, Lisboa, 1943.

<sup>38</sup> Cf. o título expressivo de António de Sousa de Macedo, *Flores de España, Excelencias de Portugal*, Lisboa, 1631.

<sup>39</sup> A. Vieira, *Antepr.* p. 79.

<sup>40</sup> A. Vieira, *Antepr.* p. 88.

<sup>41</sup> Manoel Bocarro Francês, *Anacephaleosis da Monarchia Lusitana* (Lisboa, 1624), I f. 3<sup>v</sup>.

<sup>42</sup> *Op. cit.*, f. 57<sup>r</sup>.

<sup>43</sup> *Op. cit.*, f. 65<sup>v</sup>.

<sup>44</sup> Cod. BN 400, f. 187<sup>r</sup>.

<sup>45</sup> No tratado *Ante-Vieira*, in: *Obras do Padre António Vieira*, t. XIII (cod. AC, p. 271-272).

<sup>46</sup> Cod. BN 2674, p. 365-366 (no tratado *Opinião Contrária*).

<sup>47</sup> Antonius Vasconcellius, *Anacephalaeosis, id est, Summa Capita Actorum Regum Lusitaniae* (Antuérpia, 1621), p. 318.

<sup>48</sup> No tratado *Ante-Vieira* (cod. AC, p. 361).

<sup>49</sup> *Feiticeiros, Profetas e Visionários. Textos antigos portugueses. Seleção de Yvonne Cunha Rego* (Lisboa, 1981), p. 200.

- <sup>50</sup> Cod. BN 4377, f. 101<sup>r</sup> (no tratado *Novas Flores sobre a Paráfrase de Bandarra*).
- <sup>51</sup> Cod. BN 4374 (no capítulo final da parte II do tratado *Aurora*).
- <sup>52</sup> Ap. AZEV. *Seb.* p. 38-39.
- <sup>53</sup> Cod. BN 4377, f. 5<sup>v</sup> (no tratado *Novas Flores*, Parte II).
- <sup>54</sup> D. João de Castro, *Paráfrase*, etc., f. 53<sup>r</sup>; f. 121<sup>r-v</sup>.
- <sup>55</sup> A. Vieira, *Ob. Esc.* VI, p. 29-34.
- <sup>56</sup> *Cometer partidos*= «propor a paz».
- <sup>57</sup> D. João de Castro, *Paráfrase*, etc., f. 74<sup>r</sup>-75<sup>r</sup>.
- <sup>58</sup> D. João de Castro, *Paráfrase*, etc., f. 139<sup>v</sup>-141<sup>r</sup>.
- <sup>59</sup> *Abantiades*= Perseu, descendente de Abante, rei de Argos.
- <sup>60</sup> AZEV. *Seb.* p. 158-161 (com algumas correções do texto).
- <sup>61</sup> Caso semelhante aconteceu a Iulo ou Ascânio, filho de Eneias, cf. Virgílio, *Eneia*, II 682-684.
- <sup>62</sup> O principal trabalho é o de Herman Kellenbenz: *Sephardim and der unteren Elbe*, Wiesbaden, 1958 (=Beihette 40 der *Vierteljahrschrift für Sozial-Wirtschafts geschichte*).
- <sup>63</sup> Frei Filipe de Moreira, *Sermão*, in: *Applausos da Universidade a el-Rei N. S. Dom João o Quarto* (Coimbra, 1641), f. 8<sup>r-v</sup>.
- <sup>64</sup> O livro saiu (em 2 vols.) em Lisboa, 1643-1644. Existe uma edição moderna (em 4 tomos) feita por Damião Peres (Barcelos, 1939), de que me sirvo nestas anotações.
- <sup>65</sup> ALM. *Prod.* I p. 32.
- <sup>66</sup> ALM. *Prod.* I p. 93.
- <sup>67</sup> ALM. *Prod.* II p. 94-95.
- <sup>68</sup> F. Lopes, *Crónica de D. João I*, Parte I, cap. 181.
- <sup>69</sup> ALM. *Prod.* II p. 140.
- <sup>70</sup> ALM. *Prod.* III p. 96-97.
- <sup>71</sup> Justo Lúpsio (1547-1606) sugere, na sua obra *De Constantia* (Antuérpia, 1584, p. 90), o nascimento de um novo Império Mundial na parte ocidental da Europa.
- <sup>72</sup> Deste livro se tiraram exemplares com frontispícios diversos, alguns dos quais trazem a data errada de 1642. — O livro saiu sob o pseudónimo de Fernando Homem de Figueiredo.
- <sup>73</sup> Fernão H. de Figueiredo, *Ressurreição*, etc., p. 86.
- <sup>74</sup> *Op. Cit.*, 105.
- <sup>75</sup> ALM. *Prod.* III p. 139.
- <sup>76</sup> O cod. BN 810, que é a fonte principal do texto, traz a data errónea de 1641; como se pode deduzir de diversas alusões a acontecimentos posteriores, a data deve ser 1644/45.

<sup>77</sup> Na *Biblioteca Lusitana* de Diogo Barbosa Machado (Vol. III, s.v. *Sebastião*) encontramos as matérias tratadas nos 15 capítulos do tratado.

<sup>78</sup> O ms. tem: «pois não faz mais que assomar, isto por lhe dar longe à vista a bandeira», lição que me parece corrupta.

<sup>79</sup> Transmitido pelo codd. BN 400 (f. 188-198), BN 775 (f. 226-237) e TT 1172 (p. 1-44). O príncipe D. Teodósio é mencionado como pessoa viva.

<sup>80</sup> Apoc. 13, 18: «Quem tem inteligência calcule o número da Besta. Porque é número de homem, e o número dela é 666». — É muito provável que o autor tivesse em mira o nome de *Nero(n) Kaisar*, que dá o número 666, usando-se de letras hebraicas.

<sup>81</sup> Cf. W. E. van Wijk, *De late Paasch van 1943* (Haia, 1943), p. VII.

<sup>82</sup> Cf. cod. BN 551, f. 198<sup>v</sup>:

«Quando Jorge crucificar,  
e Marcos ressuscitar,  
e António espirítuar,  
alegra-te, Portugal!»

<sup>83</sup> Texto melhor no cod. TT 1172, p. 46-190.

<sup>84</sup> Texto transmitido pelos codd. BN 810 (f. 172-248), BN 400 (f. I-71) e BP 648 (folhas não numeradas).

<sup>85</sup> Texto transmitido pelo cod. BN 798, f. 107<sup>r</sup>-149<sup>r</sup>.

<sup>86</sup> Cod. BN 798, f. 127<sup>v</sup>.

<sup>87</sup> Texto integral transmitido pelos codd. BN 400 (f. 72-134), BN 551 (f. 1-63) e BP? 648 (folhas não numeradas).

<sup>88</sup> Cf. Evang. de São João, 21, 23.

<sup>89</sup> Uma das Sibilas; cf. cod. TT 1172, p. 65, onde se encontra a profecia em forma de uma copla castelhana.

<sup>90</sup> Manuel Bocarro Francês, na oitava 84 da parte I das *Anacephaleoses*.

<sup>91</sup> O *Santo Lusitano* = Santo António.

<sup>92</sup> A carta foi publicada por J. L. de Azevedo (*Cartas*, I p. 488-547) e por H. Cidade (*Ob. Esc.* VI, p. 1-66). Sirvo-me aqui desta segunda edição.

<sup>93</sup> A. Vieira, *Ob. Esc.* VI, p. 2.

<sup>94</sup> *Op. cit.*, p. 17.

<sup>95</sup> *Op. cit.*, p. 57.

<sup>96</sup> A. Vieira, *Repr.* I p. 7 e p. 150; *Cartas*, III p. 746.

<sup>97</sup> Com este título deve sair, em fins de 1987, uma edição minha da carta de Vieira e dos papéis que esta originou (pela Imprensa Nacional).

<sup>98</sup> A. Vieira, *Ob. Esc.* VI, p. 45-46.

<sup>99</sup> *Deser-se* = «faltar» (cf., em Latim: *desiderabatur*).

<sup>100</sup> *Acidentes* = «propriedades menos boas».

<sup>101</sup> A. Vieira, *Repr.* I p. 201.

<sup>102</sup> Cod. TT 774, f. 129<sup>r</sup>.

<sup>103</sup> O papel de Bourey faz parte dos autos do Processo Inquisitorial de Vieira, ocupando as folhas 54<sup>r</sup>-60<sup>v</sup>.

<sup>104</sup> Processo de Vieira, f. 54<sup>v</sup>.

<sup>105</sup> Processo de Vieira, f. 58<sup>v</sup>.

<sup>106</sup> Processo de Vieira, f. 63<sup>v</sup>.

<sup>107</sup> *Feiticeiros, Profetas e Visionários*, p. 226.

<sup>108</sup> Os mais importantes são os codd. AC (tomo XIII das *Obras do Padre António Vieira*, p. 187-428), BN 1570 (p. 1-81) e BN 2674 (p. 205-283; texto incompleto).

<sup>109</sup> Texto transmitido pelos codd. BN 2674 (p. 285-379) e TT 382 (f. 122<sup>r</sup>-134<sup>r</sup>).

<sup>110</sup> Cod. BN 2674, p. 291-292.

<sup>111</sup> Cod. BN 2674, p. 321.

<sup>112</sup> Cod. BN 2674, p. 378.

<sup>113</sup> Cod. BN 8627, p. 109-120.

<sup>114</sup> Cod. BN 8627, p. 113.

<sup>115</sup> Cod. BN 8627, p. 116.

<sup>116</sup> Cod. BN 8627, p. 118-119.

<sup>117</sup> Cf. AZEV. Seb. p. 100-101.

<sup>118</sup> José Pereira Baião, *Portugal cuidadoso e lastimado*, etc., p. 727.

<sup>119</sup> *Op. cit.*, p. 698-723.

<sup>120</sup> *Op. cit.*, p. 727.

<sup>121</sup> *Trovas do Bandarra* (ed. Porto, 1866), p. 55.

<sup>122</sup> A ideia de que as trovas do *Segundo Corpo* tratam de Mafra foi-me sugerida por umas anotações que um copista pôs no cod. BN 11133<sup>2</sup>, depois de transcrever algumas quadras desta colecção.

<sup>123</sup> *Trovas do Bandarra* (ed. Porto, 1866), p. 59.

<sup>124</sup> Frei António do Carmo Velho de Barbosa, *Explicação do Terceiro Corpo*, etc. (Porto, 1852), p. 43.

<sup>125</sup> *Trovas do Bandarra* (ed. Porto, 1866), p. 59.

<sup>126</sup> *Op. cit.*, p. 60.

<sup>127</sup> *Trovas inéditas*, etc., p. 13.

<sup>128</sup> *Op. cit.*, p. 50-51.

- <sup>129</sup> A edição lê: «em todo elle poder».
- <sup>130</sup> Cod. BN 400, f. 203<sup>v</sup>-204<sup>r</sup>.
- <sup>131</sup> Cf. A. Vieira, *Ob. Esc.* VI, p. 39 (texto algo diferente).
- <sup>132</sup> Até hoje, eu não os descobri, mas pode ser que outro pesquisador seja mais feliz.
- <sup>133</sup> Cod. BN 2673-2679.
- <sup>134</sup> Cf. AZEV. *Seb.* p. 105-106.
- <sup>135</sup> *Dedução Cronológica e Analítica*, Parte I, p. 204 e 207.
- <sup>136</sup> Cf. Pedro Vitorino, *O sebastianismo na iconografia popular*, in: *Portucale*, VIII (1935), p. 14-18.
- <sup>137</sup> Cod. BN 8627, p. 318.
- <sup>138</sup> *Trovas do Bandarra* (ed. Porto, 1866), 62.
- <sup>139</sup> Cod. BN 2674, p. 85.
- <sup>140</sup> O editor das *Trovas Proféticas de Bandarra* (Lisboa, 1822), p. XX-XXIII.
- <sup>141</sup> Cod. BN 8627, p. 1-23.
- <sup>142</sup> *Op. Cit.*, p. 19.
- <sup>143</sup> Esta é citada, de forma mais correcta, por Vieira, *Ob. Esc.* VI, p. 55:

*Veo entrar una Dama  
con armas en el Consejo,  
y que resuscita el Viejo  
debaxo de la campana,  
con su barba larga y cana.*

- <sup>144</sup> Cod. BN 8627, p. 10.
- <sup>145</sup> Cod. BN 8627, p. 297-296.
- <sup>146</sup> *Op. cit.*, p. 286.
- <sup>147</sup> *Trovas do Bandarra* (ed. Porto, 1866), p. 68.
- <sup>148</sup> Cod. BN 8627, p. 290.
- <sup>149</sup> O texto integral das três bulas consta no cod. BN 8627, p. 228-223.
- <sup>150</sup> Cod. BN 8627, p. 297.
- <sup>151</sup> Transmitido pelo cod. BN 8627, p. 354-463.
- <sup>152</sup> *Op. cit.*, p. 354-355.
- <sup>153</sup> *Um sapateiro*; o ms. tem: «um captiveiro».
- <sup>154</sup> É-me desconhecido um livro com este título. Talvez pense o autor no livro de José Pereira Baião, mas, para honra deste académico, tal disparate não ocorre na sua obra.
- <sup>155</sup> Cod. BN 8627, p. 391.
- <sup>156</sup> Cod. BN 8627, p. 206.

<sup>157</sup> *Op. cit.*, p. 453-454.

<sup>158</sup> J. A. de Macedo, *Os Sebastianistas*, p. 3.

<sup>159</sup> Esta edição, que se diz de Barcelona, é, na realidade, de Londres.

<sup>160</sup> *Trovas do Bandarra* (ed. Porto, 1866), p. 61.

<sup>161</sup> *Op. cit.*, p. 61.

<sup>162</sup> O livro tem: «em como esta».

<sup>163</sup> *Bandarra descoberto*, etc., p. 23.

<sup>164</sup> Cf. o passo citado no § 1 deste capítulo.

<sup>165</sup> *Verdade e Complemento*, etc., p. 3.

<sup>166</sup> *Explicação do Terceiro Corpo*, etc., p. 11.

## BIBLIOGRAFIA

São aqui registadas apenas as obras fundamentais. O leitor encontrará nas Notas diversas outras indicações bibliográficas.

GREGÓRIO DE ALMEIDA, *Restauração de Portugal Prodígiosa*, ed. D. Peres, 4 tomos, Barcelos, 1939-1940.

J. L. DE AZEVEDO, *A Evolução do Sebastianismo*, 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa, 1947.

R. CANTEL, *Prophétisme et Messianisme dans l'Oeuvre d'António Vieira*, Paris, 1960.

N. COHN, *The Pursuit of the Millennium*, 3.<sup>a</sup> ed., Londres, 1970.  
Desta obra deve existir uma edição portuguesa.

M. REEVES, *Joachim of Fiore and the Prophetic Future*, Londres, 1976.

Y. CUNHA RÊGO, *Feiticeiros, Profetas e Visionários*, Lisboa, 1981.

A. VIEIRA, *Livro Antepimeiro da História do Futuro*, ed. van den Besselaar, Lisboa, 1983.

*Cartas*, ed. J. L. d'Azevedo, 3 vols., Coimbra, 1925-1928.

*Obras Escolhidas*, ed. A. Sérgio e H. Cidade, 12 tomos, Lisboa, 1951-1954.

*Defesa perante o Tribunal do Santo Ofício*, ed. H. Cidade, 2 vols., Salvador (Brasil), 1957.